

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO:
CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA PARA OS
SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE PECUÁRIA FAMILIAR
DA FRONTEIRA OESTE DO RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Andréia Furtado da Fontoura

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

**A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO: CARACTERÍSTICAS E
IMPORTÂNCIA PARA OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE PECUÁRIA
FAMILIAR DA FRONTEIRA OESTE DO RS**

Andréia Furtado da Fontoura

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fontoura, Andréia Furtado da

A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira oeste do RS / Andréia Furtado da Fontoura.-2012.

150 p.; 30cm

Orientador: Pedro Selvino Neumann

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2012

1. Produção para o autoconsumo 2. Pecuária Familiar 3. Fronteira Oeste I. Neumann, Pedro Selvino II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação
de Mestrado

**A Produção para Autoconsumo: Características e Importância
para os Sistemas de Produção de Pecuária Familiar da
Fronteira Oeste do RS**

elaborada por
Andréia Furtado da Fontoura

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Comissão Examinadora



Pedro Selvino Neumann, Dr.
(Presidente/Orientador)



Vicente Celestino Pirés Silveira, Dr. (UFSM)



Cláudio Marques Ribeiro, Dr. (EMATER/RS - ASCAR)

Santa Maria, agosto de 2012.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela força e por todas as oportunidades que reservou para minha vida.

À minha família pelo suporte para superar os desafios e ajudar a trilhar os caminhos, em especial meus pais Aleir e Rosane, minhas irmãs Adriane e Adriele, meu afilhadinho Léo e a vó Lola.

Ao amigo e noivo “Tapera” pelo companheirismo, motivação e troca de conhecimentos.

À Universidade Federal de Santa Maria, que me acolheu como uma segunda casa e por seu ensino público, gratuito e de qualidade.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos professores do PPGE_xR por compartilharem seus conhecimentos e contribuírem com minha formação acadêmica e pessoal.

Ao professor Pedro Neumann pela oportunidade que me proporcionou, por sua compreensão e por todos os ensinamentos.

Ao professor Vicente e ao “Tocha” que aceitaram o convite em contribuir na construção deste trabalho.

Aos colegas do curso de pós-graduação turma 2010, pela convivência e amizade, em especial Ariane e Cláucia.

Ao Fabrício, gerente da regional de Bagé da Emater/RS – Ascar pelo incentivo e confiança.

Aos colegas da Emater/RS-Ascar do Escritório Municipal de Manoel Viana pela força e estímulo em particular à Luiza pela grande colaboração na pesquisa de campo.

As famílias de pecuaristas familiares entrevistadas pela paciência e disposição em conversarem e dividirem um pouco de suas vidas.

A todos que de uma forma ou de outra ajudaram ou torceram para a realização deste sonho, meu sincero MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A Produção para Autoconsumo: Características e Importância para os Sistemas de Produção de Pecuária Familiar da Fronteira Oeste do RS

AUTORA: ANDRÉIA FURTADO DA FONTOURA

ORIENTADOR: PROF. DR. PEDRO SELVINO NEUMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de agosto de 2012.

O objetivo principal deste trabalho foi estudar os sistemas de produção de pecuária familiar, analisando quais são as diferenças na importância da produção para autoconsumo e dos alimentos produzidos entre as famílias investigadas. Entende-se por autoconsumo todos os alimentos (origem vegetal ou animal) produzidos e consumidos pelas famílias ou ainda aqueles transformados pela agroindústria caseira. A pesquisa teve como base determinados elementos da metodologia Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) que se utiliza de alguns princípios da abordagem sistêmica. A referência para a presente análise foram os sistemas de produção de pecuária familiar do município de Manoel Viana/RS, ou seja, os sistemas de produção que apresentam pecuária bovina de corte e/ou ovina e a base do trabalho familiar. Foram estudados os aspectos sociais, produtivos e econômicos dos pecuaristas familiares e como se dá a produção para o autoconsumo nesses estabelecimentos. A lógica deste grupo de produtores é diferenciada e apresenta uma preocupação grande com a reprodução da família, que em muitos casos é mais importante que a produtividade e os ganhos econômicos. Puderam-se observar diferenças de importância da produção para o autoconsumo entre as famílias entrevistadas. As principais diferenças entre a produção para o autoconsumo entre os estabelecimentos pesquisados devem-se às rendas externas (aposentadoria principalmente) e problemas de saúde dos entrevistados que os impedem de se dedicarem mais. A importância da produção para o autoconsumo, especialmente da carne, permite com que as famílias fiquem por longos períodos (às vezes dois anos) sem comercializar sua produção, pois as necessidades mensais são custeadas por outras rendas (aposentadoria em muitos casos). E, sendo a carne um produto presente diariamente nas refeições e de elevado valor no comércio, as despesas com alimentação diminuem bastante e reduzem mais ainda pela produção de outros alimentos (outros produtos de origem animal, plantas de cercado, horta, pomar e agroindústria caseira). Se o valor da produção para o autoconsumo for contabilizado como renda, observa-se que as propriedades apresentam uma alta rentabilidade, pois se não fosse produzido, uma quantidade significativa de recursos teria que ser gasta para a compra de produtos para a alimentação.

Palavras-Chave: Produção para o Autoconsumo; Pecuária familiar; Alimentação.

ABSTRACT

Master Degree Dissertation
Program of Post- Graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

Production for self-consumption: Characteristics and importance for
production systems of familiar livestock production in the Western
frontier of RS

AUTHOR: ANDRÉIA FURTADO DA FONTOURA

ADVISER: PROF. DR. PEDRO SELVINO NEUMANN

Date and Local of the Defense: Santa Maria, August 30, 2012.

The main objective of this work is to study the production systems of familiar livestock, analyzing which are the differences in the importance of the production for self-consumption and of the food produced by the families investigated. It is understood as self-consumption all the food (with vegetal or animal origin) produced and consumed by the families or yet, those food transformed by family agro-industry. This research has as basis methodological elements of the Analysis and Diagnosis of Agrarian Systems method (ADAS) which uses some principles of the systemic approach. The references for the analysis are the production systems of familiar livestock in Manoel Viana – RS, that is, the production systems which present the beef or sheep cattle and the basis of familiar labor. The social, productive and economical aspects of the familiar livestock producers were studied, as well as how the production for self-consumption happens in these families. The logics of this group of producers is different and presents a great concern with the reproduction of the family, which in many cases, is more important than the productivity and economical profits. It is possible to notice differences of importance of the production for self-consumption among the families interviewed. The main differences in the production for self-consumption among the families researched are due to external revenues (pensions mainly) and health problems of the interviewed people which prevent them from working harder. The importance of the production for self-consumption, specially the beef, allows the families to stand long periods (sometimes two years) without selling their production, because their monthly needs are financed by other revenues (pensions in many cases). And being the beef a product which is present every day in the meals and which has a high commercial value, the expenditures with alimentation decrease a lot and are reduced even more because of the production of other foods (other products of animal origin, subsistence farming, orchards, vegetable gardens and familiar agro-industry). If the value of the production for self-consumption is considered as revenue, it is observed that the familiar farms present high profits, because if they didn't produce anything, a significant amount of financial resources should be spent to buy products for alimentation.

Keywords: Production for self-consumption, familiar livestock, alimentation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa do município de Manoel Viana	28
Figura 2 -	Biomassas do Rio Grande do Sul	30
Figura 3 -	Região da Fronteira Oeste e municípios	31
Figura 4 -	Nº estabelecimentos em % e área dos estabelecimentos em % de Manoel Viana/RS em 2006.....	33
Figura 5 -	Ocupação do território gaúcho	36
Figura 6 -	Divisão administrativa do RS em 1832.....	41
Figura 7 -	Divisão administrativa do RS em 1874 e em 1900.....	43
Figura 8 -	Divisão administrativa do RS em 1954 e em 1996.....	44
Figura 9 -	Tipologia dos estabelecimentos pesquisados	81
Figura 10 -	Paisagem da região e gado.....	92
Figura 11 -	Frequência de vendas de acordo com a tipologia	93
Figura 12 -	Produtos de transformação caseira.....	106
Figura 13 -	Valores de autoconsumo da agroindústria caseira.....	106
Figura 14 -	Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – agroindústria caseira	107
Figura 15 -	Autoconsumo agroindústria caseira	108
Figura 16 -	Plantio de mandioca e mudas de abóbora	110
Figura 17 -	Valor anual do autoconsumo da produção vegetal – plantas de cercado	111
Figura 18 -	Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – plantas de cercado	112
Figura 19 -	Autoconsumo plantas de cercado	112
Figura 20 -	Hortas dos pecuaristas familiares	115
Figura 21 -	Valores de autoconsumo da produção vegetal - horta	117
Figura 22 -	Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - horta	118
Figura 23 -	Autoconsumo horta	118
Figura 24 -	Pomares dos pecuaristas familiares.....	120
Figura 25 -	Valores de autoconsumo da produção vegetal - pomar	121

Figura 26 - Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - pomar.....	122
Figura 27 - Autoconsumo pomar.....	122
Figura 28 - Valores de autoconsumo dos produtos de origem animal	125
Figura 29 - Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – produtos de origem animal	126
Figura 30 - Autoconsumo produtos de origem animal.....	127
Figura 31 - Criação de bovinos e ovinos.....	128
Figura 32 - Valores de autoconsumo - carne	128
Figura 33 - Autoconsumo carne – dividido por tipo	129
Figura 34 - Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - carne.....	130
Figura 35 - Autoconsumo carne	130
Figura 36 - Valores totais de autoconsumo.....	131
Figura 37 - Total do autoconsumo per capita anual e total do autoconsumo per capita mensal.....	132
Figura 38 - Autoconsumo total	132
Figura 39 - Valores mensais gastos com alimentação, conforme declaração dos entrevistados.	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da localidade das propriedades visitadas para as entrevistas.....	28
Tabela 2 - Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1785.	38
Tabela 3 - Diferenças entre agricultura familiar e agricultura patronal.	73
Tabela 4 - Número de integrantes das famílias entrevistadas.....	82
Tabela 5 - Faixa etária dos integrantes das famílias entrevistadas.....	83
Tabela 6 - Perspectiva de continuidade dos filhos na atividade pecuária	84
Tabela 7 - Constituição dos integrantes das famílias entrevistadas.....	85
Tabela 8 - Grau de escolaridade dos integrantes das famílias entrevistadas	85
Tabela 9 - Número de anos que a família vive na propriedade	87
Tabela 10 - Forma de obtenção das propriedades visitadas.....	87
Tabela 11 - Distribuição dos estratos de área total das propriedades visitadas.....	88
Tabela 12 - Modalidade de exploração nos estabelecimentos visitados.....	88
Tabela 13 - Natureza do trabalho nas propriedades visitadas	89
Tabela 14 - Atividade principal e secundária das famílias entrevistadas	90
Tabela 15 - Tipo de pastagem utilizada pelos pecuaristas familiares entrevistados.....	90
Tabela 16 - Objetivo econômico da atividade pecuária nas unidades de produção pesquisadas	92
Tabela 17 - Frequência das vendas realizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados.....	93
Tabela 18 - Formas de comercialização utilizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados.....	95
Tabela 19 - Renda familiar mensal líquida com pecuária de corte declarada pelos entrevistados	95
Tabela 20 - Natureza das rendas não agropecuárias nos estabelecimentos pesquisados.....	96
Tabela 21 - Renda familiar mensal líquida total (pecuária, agricultura e rendas não agropecuárias) declarada pelos entrevistados.....	97
Tabela 22 - Relação do acesso ao crédito do PRONAF pelos entrevistados.....	98

Tabela 23 - Refeições e principais alimentos consumidos pelas famílias entrevistadas	100
Tabela 24 - Produtos de transformação caseira nas propriedades visitadas.....	105
Tabela 25 - Plantas de cercado encontradas nas propriedades visitadas.....	109
Tabela 26 - Existência de horta nos estabelecimentos visitados.....	113
Tabela 27 - Produtos da horta e frequência entre os entrevistados	114
Tabela 28 - Existência de pomar nos estabelecimentos visitados.....	119
Tabela 29 - Produtos do pomar e frequência entre os entrevistados.....	120
Tabela 30 - Produção animal encontradas nas propriedades visitadas.....	125
Tabela 31 - Média, porcentagem, média mensal, média per capita, dos grupos de produtos.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 Objetivos	23
1.1 Geral	23
1.2 Específicos	23
2 Procedimentos metodológicos	25
2.1 O método.....	25
2.2 Os procedimentos e as ferramentas.....	26
2.3 O contexto empírico: a região e o município	30
2.3.1 A região	30
2.3.2 O município	32
3 HISTÓRIA DA REGIÃO DE ESTUDO	35
3.1 A formação histórica do Rio Grande do Sul	35
3.2 O surgimento de uma nova economia no RS: a chegada dos europeus	41
3.3 O desenvolvimento do RS após a imigração europeia	44
3.4 O RS dividido em dois: o norte rico e o sul pobre	46
4 A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO	49
4.1 As abordagens Clássicas do autoconsumo	49
4.2 A Mercantilização da agricultura e a relativização do autoconsumo	55
4.3 A Permanência do autoconsumo na agricultura familiar	57
4.4 Os determinantes e as características da produção para o autoconsumo..	59
4.5 O sentido e a importância da produção para o autoconsumo	62
4.5.1 Produção de alimentos e segurança alimentar	62
4.5.2 A redução da vulnerabilidade	63
4.5.3 A melhoria das condições socioeconômicas	64
4.6 A visão da economia sobre o autoconsumo	65
4.7 As políticas públicas e o autoconsumo	67
5 Agricultura e Pecuária Familiar.....	71
5.1 A diversidade da agricultura familiar.....	71
5.2 Um dos aspectos da diversidade: a pecuária familiar	74
6 A PECUÁRIA FAMILIAR E A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO.....	79

6.1 Características do núcleo familiar.....	82
6.2 Características sócio-produtivas das unidades familiares.....	86
6.3 O autoconsumo dos pecuaristas familiares	99
6.3.1 Os hábitos alimentares	99
6.3.1 A produção para consumo familiar	101
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 137
 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 141

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, várias novas questões foram incorporadas no debate acadêmico em função das mudanças que ocorreram e vem ocorrendo no meio rural. A pesquisa por novos temas se dá também por uma demanda exercida pelos atores sociais do campo, exigindo do meio acadêmico, estudos mais aprofundados sobre as mudanças da realidade rural. Desde o reconhecimento legal da categoria social da agricultura familiar através da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006¹, observa-se um crescente número estudos relacionados à dinâmica dessa categoria social, que se apresenta tão diversa e que por muito tempo foi esquecida.

A qualificação e quantificação oficial da categoria da agricultura familiar pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) são válidas para o acesso às políticas públicas específicas para o setor familiar. Partindo do conceito estatístico de “estabelecimento agropecuário”, o MDA definiu agricultor familiar com base em um conjunto de variáveis: “direção do processo produtivo”, “uso predominante de mão-de-obra familiar” e “limite físico regional do tamanho do estabelecimento”.

A importância da agricultura familiar deve-se à suas características que lhes são intrínsecas, como a ênfase na diversificação da produção, cultivos de produtos que são destinados basicamente para o mercado interno, além da produção para o auto abastecimento. O aumento da participação do capital comercial e industrial na agricultura impulsionou mudanças na forma de produzir e de viver, ocasionando uma modificação inclusive na designação do ator responsável pela produção agrícola. O camponês passa a ser chamado de agricultor familiar², em função das transformações na lógica e na organização do processo produtivo, e assim passa a incorporar cada vez mais os cultivos comerciais, inclusive em algumas regiões ocupando espaços e mão-de-obra que eram destinados a produção para o autoconsumo.

¹ Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

² Termo consagrado e reconhecido no meio político, institucional e acadêmico.

A utilização de insumos industriais para aumentar a produtividade ocasionam uma mudança e reorganização na dinâmica produtiva nas unidades familiares. A opção em produzir cultivos comerciais, em muitos casos se torna prioritária, havendo uma reorientação nos fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra) para as produções comerciais e a produção para o autoconsumo assume uma condição complementar ou mesmo marginal. Todas essas mudanças ocasionam profundas transformações no meio ambiente, nas relações sociais, e nos ambientes de reprodução social.

Na literatura é possível encontrar várias denominações que são utilizadas para referir-se a produção para o autoconsumo, entre elas destacam-se as designações: produção pro gasto, auto abastecimento, auto produção, auto abastecimento, produção de subsistência, produção de baixa renda, etc. As denominações usadas para o autoconsumo parecem se modificar de acordo com as épocas em que os estudos são feitos, ou seja, com o setor de subsistência sendo transformada em regime de propriedade familiar, essa produção passa a ser chamada de produção para o autoconsumo. Entende-se por autoconsumo todos os alimentos (origem vegetal ou animal) produzidos e consumidos pelas famílias ou ainda aqueles transformados pela agroindústria caseira.

Em regiões de colonização italiana, estudos relatam que embora a modernização da agricultura tenha diminuído a participação do autoconsumo, ele sempre se fez presente, pois caracteriza-se numa prática que faz parte do modo de produção e vida colonial. Da mesma forma, as regiões de colonização alemã, que na sua origem praticavam a policultura como uma estratégia de sobrevivência, o auto abastecimento de alimentos foi enormemente afetado pela modernização da agricultura, através da especialização produtiva, onde passou-se a comprar praticamente tudo o que era necessário para o consumo das famílias. Mas, a partir do final da década de 1970, as frustrações de safra do trigo-soja aliado aos reflexos sociais da modernização começam a surgir, dando espaço a uma reorientação para diversificação produtiva, buscando uma maior integração entre a agricultura e a pecuária.

Já na metade sul do estado da RS, na região da Fronteira Oeste apresentam-se questões distintas de outras regiões do estado, como a formação histórica, os tipos de cultivos e criações predominantes e o modo de inserção dos produtores ao mercado. É uma região frequentemente identificada pela presença de grandes

propriedades rurais, constituídas pela distribuição das sesmarias que deram origem às estâncias de criação de gado. Historicamente a produção principal desta região baseou-se na atividade pastoril, com posterior expansão da lavoura arrozeira pelos descendentes italianos nas décadas de 60 e 70, sendo parte dessa produção em terras arrendadas.

Os municípios da região geralmente são lembrados pela predominância histórica do latifúndio, porém os dados dos censos agropecuários demonstram que são constituídos em sua maioria por unidades de produção familiares, embora juntas ocupem uma área pequena do território. A categoria familiar encontrada nessa região não é homogênea, pois a realidade rural apresenta uma grande diversidade de situações econômicas e sociais, em relação às pequenas propriedades. E quando comparada aos agricultores familiares da parte norte do estado do Rio Grande do Sul mostra grandes diferenças na relação com a terra, nas técnicas de produção que utilizam e no modo de pensar a produção, apresentando assim comportamentos sociais bastante peculiares. De acordo com Ribeiro (2003) um número expressivo das propriedades familiares nessa região, trabalha com pecuária extensiva, caracterizada como pecuária familiar.

Inicialmente, parte-se da hipótese, que exista nessa região uma produção para abastecimento das famílias, mas esta, diferenciada de outras regiões do estado, pois a Fronteira Oeste apresenta características próprias que são típicas do modo de vida da população. A principal diferença do autoconsumo na pecuária familiar estaria relacionada aos tipos de produtos produzidos e consumidos pelas famílias, tendo basicamente a carne como produto principal, além da mandioca e batata-doce. Acredita-se ainda que essa diferença pode influenciar na produção para auto abastecimento e conseqüentemente nos hábitos alimentares das famílias.

A discussão sobre autoconsumo na agricultura torna-se relevante em função da importância e necessidade da produção de alimentos, ressaltando que para muitas famílias o autoconsumo consiste num fator determinante para a continuidade das unidades de produção. A produção para o autoconsumo é um tema muitas vezes marginalizado e pouco discutido pela literatura, porém mostra-se de extrema importância para a reprodução social da agricultura familiar e ajuda a explicar as condições econômicas e sociais das famílias. Ou seja, uma família que produz seus próprios alimentos tem a tendência de ter uma maior autonomia sobre o que

consome e em relação a sua permanência no rural, pois a necessidade vital da alimentação estará contemplada.

A não produção de alimentos para o consumo da família pode gerar duas situações distintas: a) a necessidade da compra desses produtos fora das unidades de produção a preços de mercado, havendo um dispêndio de recursos para isso; ou b) a não utilização de alguns tipos de alimentos na dieta das famílias, tendo como efeito uma base alimentar restrita a determinados produtos (geralmente os mais baratos);

Desta maneira, uma das grandes contribuições que a produção para o autoconsumo pode dar, concerne no auxílio para garantir a segurança alimentar³ e nutricional das famílias rurais. No momento em que as famílias produzem seus próprios alimentos o acesso a estes é facilitado, pois não há intermediadores no processo e nem trocas financeiras. Isso assegura também a quantidade e qualidade dos produtos, pois a produção pode ser planejada de acordo com o número de integrantes da família e tomado os devidos cuidados para que sejam produtos livres de agrotóxicos e outros produtos químicos.

O conjunto de especificidades sobre a região da Fronteira Oeste do estado do RS nos leva a elencá-la como objeto empírico deste trabalho. E para tanto, foi investigado o município de Manoel Viana como município de referência da Fronteira Oeste, por ter presente em seu território um número significativo de pecuaristas familiares, por existirem poucas referências de trabalhos em relação ao município no tema da pecuária familiar e não existirem pesquisas em relação à produção para o autoconsumo desta categoria social.

Para tanto, através deste trabalho buscou-se entender como se dá a produção para autoconsumo numa região típica da campanha, onde a cultura e o modo de vida são bastante distintos das demais regiões do Estado. Assim, acredita-se que esse estudo seja de fundamental importância para revelar se esta havendo, ou não, um empobrecimento na dieta das famílias rurais no município em estudo. Por meio dos resultados espera-se subsidiar a definição e formulação de políticas locais e regionais de desenvolvimento que contribuam para melhoria da renda e da

³ O conceito de Segurança Alimentar foi apresentado na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Brasília, 1994): "Segurança Alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana".

qualidade de vida das famílias dessa região, favorecendo sua permanência no meio rural.

Estudou-se particularmente os sistemas de produção de pecuária familiar, analisando quais são as diferenças na importância da produção para autoconsumo e dos alimentos produzidos entre as famílias investigadas; os determinantes deste tipo de produção, os fatores que explicam as possíveis diferenças na importância do autoconsumo, além da quantificação do valor da produção para autoconsumo e a dependência externa de alimentos das famílias.

A partir do estudo do autoconsumo dos pecuaristas familiares é possível compreender a percepção que eles têm em relação à agricultura, à natureza e entender como são seus hábitos alimentares.

1 OBJETIVOS

1.1 Geral

- Caracterizar as funções e a importância do autoconsumo nos sistemas de produção de pecuária familiar do município de Manoel Viana/RS.

1.2 Específicos

- Compreender os determinantes da produção (ou não produção) para autoconsumo nos estabelecimentos analisados;
- Indicar os fatores que explicam as possíveis diferenças de importância do autoconsumo entre os agricultores estudados;
- Quantificar o valor da produção para autoconsumo e a dependência externa de alimentos das famílias rurais (adquiridos em comércio ou em outras unidades de produção).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 O método

A pesquisa teve como base determinados elementos da metodologia Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) que se utiliza de alguns princípios da abordagem sistêmica. Foram seguidas as etapas da referida metodologia, pois ela permite uma análise e visão geral da região onde estão inseridas as propriedades para um posterior estudo mais detalhado da unidade de produção familiar. A ideia interessante da ADSA é descrição das relações de uma escala macro, para uma escala micro, ou seja, situar o objeto de estudo no espaço partindo do global, passando para o regional e chegando ao local. Assim, buscou-se caracterizar o espaço físico e a dinâmica de ocupação local desde os primeiros habitantes até chegar aos sistemas de produção configurados hoje.

De acordo com INCRA/FAO (1997) a metodologia de Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários é empregada desde 1985, pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o INCRA e a ONU/FAO, na elaboração de diagnósticos para diferentes microrregiões do país, e desde então tem sido utilizada em uma série de trabalhos acadêmicos, especialmente em pesquisas em assentamentos rurais. A utilização dos conceitos desta metodologia tem contribuído para a consolidação do enfoque sistêmico no país e constitui em uma forma de melhor explicar e compreender a complexidade dos processos econômicos, sociais e ambientais do meio rural. Faz-se necessário “decompor” o sistema agrário em dois subsistemas principais: o ecossistema cultivado e o ecossistema social produtivo e estudar a organização e o funcionamento de cada um desses subsistemas e suas inter-relações (MAZOYER & ROUDART, 2001). O Diagnóstico dos Sistemas Agrários é uma ferramenta útil para entender o conjunto de práticas utilizadas pelos agricultores e situações nas quais estão inseridos, a fim de obter-se informações qualificadas da realidade que vivem. Destaca-se especial importância às evoluções históricas para a apreensão da seqüência dos acontecimentos que levaram as situações atuais. De acordo com Mazoyer e Roudart (2001), um novo sistema agrário emerge quando algumas formas de exploração recuam, adotando novos meios de produção e novos sistemas de culturas e criações, gerando novos ecossistemas. A sua dinâmica passada e as

contradições que dela resultam devem ser bem compreendidas para que se evidenciem tendências previsíveis para o futuro (DUFUMIER, 2007).

2.2 Os procedimentos e as ferramentas

A referência para a presente análise foram os sistemas de produção pecuária familiar do município de Manoel Viana/RS, ou seja, os sistemas de produção que apresentam pecuária bovina de corte e/ou ovina e a base do trabalho familiar. Foram estudados os aspectos sociais, produtivos e econômicos dos pecuaristas familiares e como se dá a produção para o autoconsumo nesses estabelecimentos.

Foram realizadas dezoito entrevistas, entretanto duas tiveram que ser descartadas, pois os entrevistados não apresentavam o perfil procurado, então os dados apresentados são referentes a dezesseis entrevistas. Acredita-se que esse número foi suficiente, pois com esse número de entrevistas chegou-se a saturação dos dados e os mesmos começaram a se repetir. Como forma de identificar e corrigir problemas no instrumento de coleta de dados realizou-se três entrevistas-testes com pecuaristas familiares em período anterior as entrevistas.

Desta forma, a amostragem foi não probabilística intencional, ou seja, não-aleatória e dirigida às características e fenômenos de interesse para a pesquisa, neste caso, as propriedades familiares de pecuaristas. Para seleção dos estabelecimentos visitados utilizou-se uma listagem de nomes cadastrados como pecuaristas familiares assistidos do Escritório Municipal da EMATER/RS de Manoel Viana, além de pecuaristas indicados por outros entrevistados.

O tamanho da amostra foi aquele que garantiu a representatividade da diversidade de pecuaristas familiares da região. O interesse do trabalho de campo constituiu-se em identificar a importância da produção para o autoconsumo dentro da pecuária familiar e realizar um estudo aprofundado nesses sistemas de produção com a realização das entrevistas para contemplar os objetivos da pesquisa. A produção para o autoconsumo e a dependência externa de alimentos das famílias rurais foi quantificada a partir da variedade e quantidade de produtos produzidos que foram informados e a partir do valor informado que é gasto mensalmente com gêneros alimentícios. Os valores utilizados como referencia para os cálculos de autoconsumo dos produtos foram os preços médios de compra dos produtos, ou

seja, o valor que os produtores gastariam caso tivessem que adquirir os produtos de vizinhos ou no comércio local, entretanto os custos de produção não foram considerados.

Ressalta-se que todas as entrevistas foram acompanhadas por uma extensionista da área de bem-estar-social da EMATER/RS de Manoel Viana que já desenvolve trabalhos com as famílias pesquisadas, o que colaborou para deixar os entrevistados mais a vontade, visto que exibiam laços de amizade. Tentou-se conduzir a entrevista na forma de uma conversa, buscando uma espontaneidade maior nas respostas.

As ferramentas utilizadas foram o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, as entrevistas a campo e as observações. A revisão bibliográfica realizou-se a partir de dados secundários de institutos de pesquisa estatística, pesquisas realizadas sobre a temática da agricultura familiar (pecuária familiar) e da produção para o autoconsumo, além de documentos institucionais da EMATER/RS. A pesquisa de campo foi realizada através de visitas às propriedades, utilizando diário de campo, roteiro de entrevistas (com informantes qualificados) e questionários semi-estruturados (com famílias de pecuaristas familiares), além da técnica do gravador⁴. Essa técnica foi utilizada como forma de não perder-se a riqueza de dados fornecidos que não estavam previstos no formulário aplicado ou que o instrumento de coleta de dados seria incapaz de absorver, ajudando na sistematização das informações das famílias.

As entrevistas foram realizadas em diversas localidades rurais de Manoel Viana, pois conforme o relato dos informantes qualificados, os pecuaristas encontram-se “espalhados” no município. Os informantes qualificados se constituíram de pessoas que viviam há mais tempo nas localidades e mostraram-se conhecedoras das dinâmicas locais, além de representantes de associações, sindicatos e secretarias do município, que contribuíram com um olhar “de fora” em relação às condições sociais, ambientais e econômicas das comunidades. As entrevistas com os informantes qualificados, bem como com os pecuaristas familiares, ocorreram no período de novembro de 2011 a maio de 2012.

⁴ Ver Queiroz (1991)

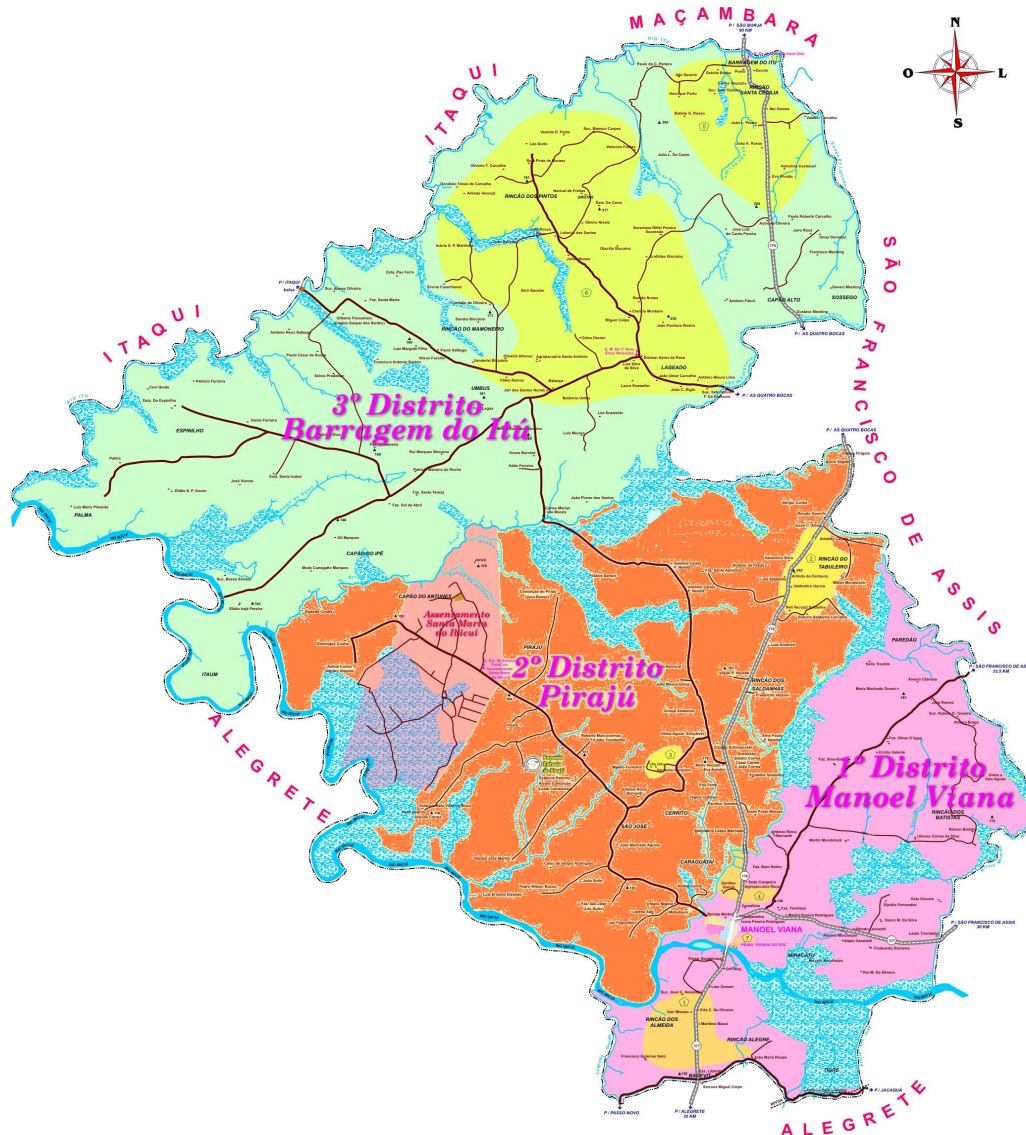


Figura 1 - Mapa do município de Manoel Viana
 Fonte: <http://www.manoelviana.rs.gov.br/turismo/dados.htm>

Tabela 1 – Distribuição da localidade das propriedades visitadas para as entrevistas

Localidade	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Rincão dos Saldanhas	4	25,00	25,00
Bacevit	3	18,75	43,75
Lajeado	2	12,50	56,25
Rincão dos Almeida	2	12,50	68,75
Rincão dos Pintos	2	12,50	81,25
Vale do Caraguataí	1	6,25	87,50
Cerro da Jaguatirica	1	6,25	93,75
Boa Vista	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

Observa-se pela tabela 1 que buscou-se para as entrevistas propriedades de pecuária familiar em diversas localidades do município, tentando comprovar a distribuição destes estabelecimentos no espaço rural. As distâncias das propriedades visitadas variaram de 3 km à 55 km da sede do município. Ressalta-se que as estradas de acesso aos estabelecimentos encontravam-se em bom estado de conservação (cascalhadas), permitindo o acesso permanente de veículos leves e pesados.

As entrevistas foram mais que um espaço de levantamento de informações, constituíram-se em uma oportunidade de aprender, trocar e discutir questões de ordem técnica, social e ambiental. Alguns produtores fizeram questão de mostrar toda a propriedade e aproveitaram para fazer questionamentos sobre temas nem sempre ligados diretamente a pecuária, como informações sobre solos (calcário e fertilizantes), manejo de horta, identificação de pragas e doenças em pomar, além de identificação de árvores nativas.

A pesquisa utilizou a análise qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Assim, buscou-se a descrição e compreensão de recortes da realidade social. Já a abordagem quantitativa por meio de uma amostra que representa estatisticamente um universo, permitiu a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes de determinada população. Esses dois métodos de investigação apresentam características e objetivos distintos, entretanto não são excludentes. O pesquisador pode, ao desenvolver o seu estudo, utilizar os dois, usufruindo, por um lado, da vantagem de poder explicitar todos os passos da pesquisa e, por outro, da oportunidade de prevenir a interferência de sua subjetividade nas conclusões obtidas (NEVES, 1996 apud TERENCE, 2006). Segundo Minayo (2001) o enfoque das pesquisas em ciências sociais vem demonstrando crescentemente a preferência por abordagens múltiplas, anunciando novos paradigmas.

2.3 O contexto empírico: a região e o município

2.3.1 A região

O estado do Rio Grande do Sul abriga dois biomas: o do Pampa e o da Mata Atlântica. O bioma Mata Atlântica abrange outros estados brasileiros e uma área de 105.252 Km² no RS originalmente (37%), e é caracterizado pela vegetação florestal e relevo diversificado. Já o bioma Pampa considerando os estados Brasileiros é restrito ao RS (está presente também no território da Argentina e Uruguai), ocupa mais da metade da área do estado e é definido por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. Toda a área da Fronteira Oeste está localizada no Bioma Pampa.



Figura 2 - Biomas do Rio Grande do Sul

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=591>

A região da Fronteira Oeste é composta por 13 municípios do Estado do RS: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Esses municípios juntos somam uma população de 549.331 habitantes, o que representa 5,39 % do total da população do Rio Grande do Sul. Dos 549.331 habitantes, 490.424 (89,28 %) residem nas áreas urbanas e 58.907 (10,72 %) residem nas áreas rurais (FEE, 2010). A soma das áreas dos municípios alcança 46.231,0 km², com densidade demográfica de 11,5 hab/km². Dos municípios da região, Uruguaiana e Santana do Livramento são os que concentram a maior população, juntos somam 35,56% da população da Fronteira Oeste.



Figura 3 - Região da Fronteira Oeste e municípios

Fonte: Site da Associação dos Municípios da Fronteira Oeste
<http://b.daterraamfro.sites.uol.com.br/amfro.htm>

A região apresentou um PIBpm em 2009 de R\$ 8.257.122 e PIB per capita de R\$ 15.439, tendo como principais atividades econômicas: arroz, bovinos, ovinos, lã, vitivinicultura, extração mineral e indústria de produtos alimentares, enquanto que o PIBpm do RS em 2009 foi R\$ 215.864 e PIB per capita de R\$ 19.778. Em relação a estrutura fundiária da região da Fronteira Oeste as grandes propriedades

predominam em área, entretanto representam um número pequeno de estabelecimentos.

2.3.2 O município

O município de Manoel Viana recebeu esse nome em homenagem ao seu Intendente no período de 1908 a 1916. A localidade foi chamada anteriormente de Passo Novo do Ibicuí e surgiu pela necessidade de um local para passagem de cavaleiros e carreteiros, pois era um ponto estratégico que facilitava o transporte de produtos entre as regiões das Missões e de Fronteira. O povoado começou a se desenvolver mais rapidamente após a construção da Ponte General Osório sobre o rio Ibicuí que foi inaugurada em 1950 facilitando o acesso a vários municípios. Em 20 de março de 1992, a vila emancipa-se do município de São Francisco de Assis, recebendo também uma parte do território de Alegrete e transforma-se no Município de Manoel Viana.

O local favorecido pelas condições geográficas e solos férteis banhados por grandes bacias hidrográficas (Ibicuí, Itu, Miracatu, Piraju e Taquari) possibilitou o estabelecimento de agricultores, pecuaristas, comerciantes e indústrias. O rio Ibicuí ainda tem uma importante função econômica para o município. Suas águas são utilizadas nas lavouras de arroz, para a pecuária, atividades como pesca e extração de areia, além de ser um ponto turístico do município, pois abriga a praia e camping Rainha do Sol.

De acordo com a FEE (2010) a população do município é de 7.072 habitantes, sendo 1.710 moradores da zona rural e 5.362 moradores da zona urbana. A área total de Manoel Viana é de 1.390,7 km² e a densidade demográfica é de 5,1 habitantes/km², enquanto que a densidade demográfica do RS é de 37,96 habitantes/km². O PIBpm do município em 2009 foi de R\$ 97.963 e o PIB per capita foi de R\$ 14.087 sendo o PIBpm do RS em 2009 de R\$ 215.864 e PIB per capita de R\$ 19.778.

Em relação à estrutura fundiária, o município mostra uma concentração de terras desde sua criação em 1992, que foi minimizada com a criação de um assentamento de reforma agrária com 225 famílias no ano de 1999. A área média dos lotes no assentamento é de 26 ha, área inferior ao módulo fiscal do município de 35 ha. Conforme o IBGE (2006), Manoel Viana tem 500 estabelecimentos rurais,

sendo 121 não familiares representando 24,2 % e 379 caracterizados como familiares representando 75,8 % do número total. O censo de 2006 mostra ainda, que a área ocupada pelos estabelecimentos familiares é de 13.031 hectares, representando 15,2 % da área total dos estabelecimentos, enquanto os não familiares ocupam uma área 72.959 hectares, representando 84,8 % da área total dos estabelecimentos rurais. Os dados mostram uma concentração fundiária que é típica da metade sul do estado, resultado do modo de como a posse das terras foram concedidas no passado.

As lavouras e criações predominantes no município continuam as mesmas do período de ocupação do território. De acordo com dados fornecidos pela Inspetoria Veterinária e Zootécnica de Manoel Viana atualmente existem 99.677 bovinos criados em 1.083 propriedades e 17.636 ovinos distribuídos em 258 estabelecimentos. Em relação as culturas, o arroz e a soja se destacam, com uma área de 4.440 ha e 22.000 ha cultivados e 18.434 ton. e 48.840 ton. de área colhida respectivamente, de acordo com o IBGE (2010).

A figura 4 mostra o número de estabelecimentos em %, divididos por estratos de área e a % de área ocupada pelos estabelecimentos.

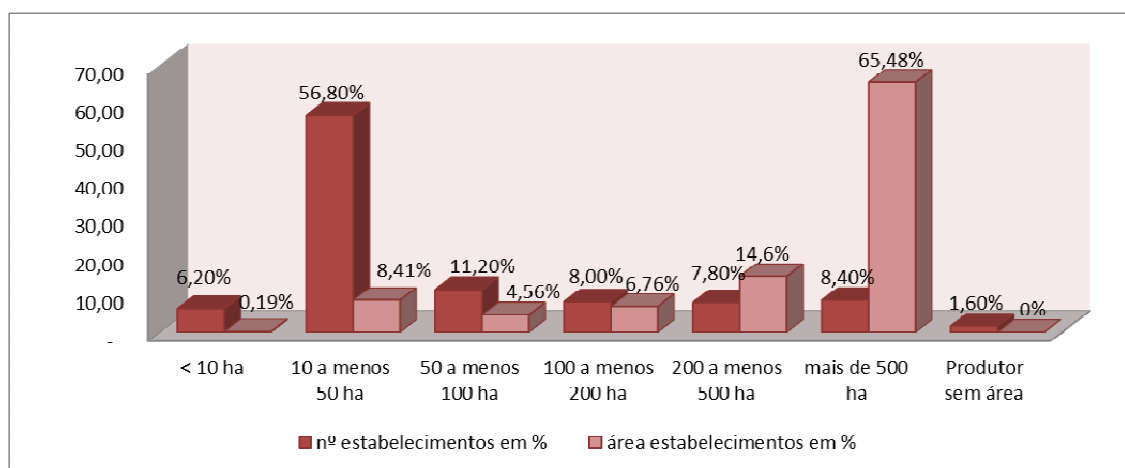


Figura 4 - Nº estabelecimentos em % e área dos estabelecimentos em % de Manoel Viana/RS em 2006

Observa-se que as propriedades com menores áreas são numericamente representativas, mas ocupam uma área pequena, enquanto que as propriedades maiores em números absolutos são poucas, mas ocupam uma área grande do município. Somando os estratos de área superiores a 200 ha, chega-se a 16,2% do total de propriedades ocupando uma área de 80,08%. Este dado reforça que a

estrutura fundiária do município segue os mesmos padrões encontrados na região da Fronteira Oeste e atenta para a importância e necessidade de políticas públicas específicas para os agricultores familiares (e pecuaristas familiares) desta região, pois estão presente e em número expressivo.

3 HISTÓRIA DA REGIÃO DE ESTUDO

Neste capítulo faz-se um resgate histórico da formação do Rio Grande do Sul - os primórdios da formação da pecuária de corte e surgimento de uma economia diversificada com a vinda dos imigrantes europeus. Aborda-se também o desenvolvimento pelo qual o RS alcançou com a imigração e a introdução de novas culturas, além das diferenciações que passaram a existir entre a metade norte e a metade sul do estado. O entendimento dos acontecimentos passados é necessário para que haja uma melhor compreensão das dinâmicas ocorridas no espaço agrário e suas mudanças até os dias atuais.

3.1 A formação histórica do Rio Grande do Sul

A partir do Tratado de Tordesilhas celebrado entre Portugal e Espanha em 1494, que dividia as terras descobertas e por descobrir, o território que hoje é o estado do Rio Grande do Sul torna-se de posse da Espanha. Em 1627, os jesuítas espanhóis criaram missões próximas ao rio Uruguai, com o objetivo de educar e catequizar os índios e, como forma de garantir a alimentação aos índios convertidos, os jesuítas introduziram o gado bovino na região das missões em 1634. Até então, as diferentes tribos indígenas que povoavam o estado sobreviviam da caça, pesca, coleta e agricultura. Conforme Verdum (2004) as missões jesuíticas já empregavam no território dos campos limpos, o arado, cultivando o milho, a batata, a mandioca, o algodão, o feijão e os legumes. De acordo com Flores (1986) o RS era povoado por três grandes grupos indígenas: Jês, Pampianos e Guaranis, algumas dessas tribos englobavam outros grupos indígenas. Ferreira Filho (1965) ressalta que as tribos que povoaram o estado viviam mais ou menos errantes, deslocando-se de um lugar para outro, segundo as necessidades de alimentação ou as imposições das guerras, não sendo correto fixar limites de domínios territoriais de uma tribo e outra.

Por volta de 1640 os jesuítas abandonam a área e passam para a outra margem do rio Uruguai em direção aos países do Prata. Por dificuldades de transporte para o gado, parte dos animais foi deixado na região, onde tornaram-se selvagens, reproduziram-se livremente pelos campos e deram origem ao chamado

gado orelhano (sem marca ou sinal), formando as vacarias. A adaptação do gado justificou-se pelas condições geográficas e ambientais favoráveis, principalmente das pastagens naturais abundantes, e isso oportunizou a exploração do couro, que teve significativa importância econômica para o RS naquela época. De acordo com Torronteguy (1994, apud Ribeiro, 2009), a situação de abandono e a atividade de preia colaborou para a denominação da região como “Terra de Ninguém”.

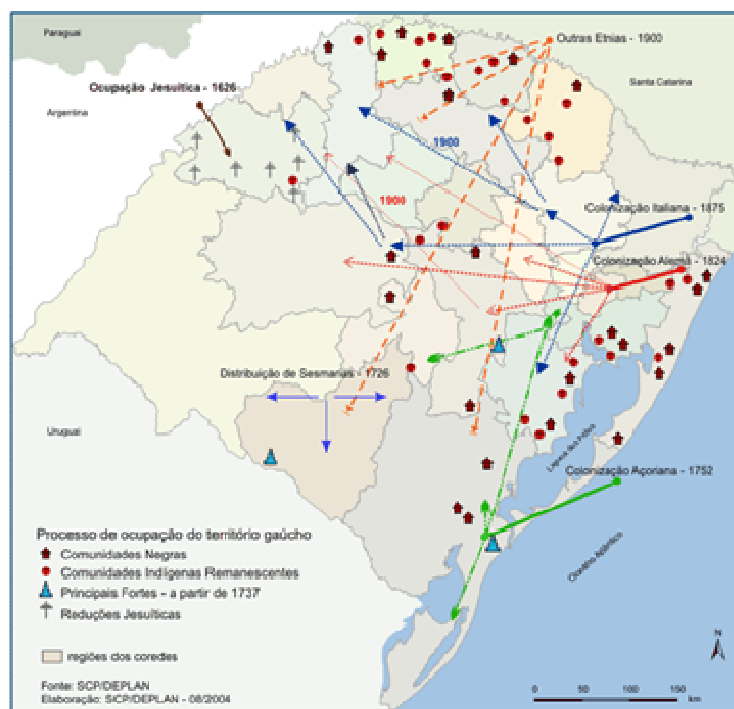


Figura 5 - Ocupação do território gaúcho
 Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul

A carne bovina dos animais capturados não apresentava valor comercial, servindo somente para a subsistência e o que não fosse utilizado era abandonado no campo. Com o aumento da população no sudeste do país, a carne ganha importância econômica e o gado passa a ser transportado vivo pelos tropeiros, até que o gado solto nos campos começa a se tornar escasso e cessa essa atividade. Na medida em que o negócio de fornecer animais em pé e couros para o centro do país se expandiu, o rebanho xucro foi sendo devastado, tornando-se necessárias atividades que repusessem os animais de forma controlada (SILVA NETO, 2010).

Ainda no século XVII inicia-se a distribuição das sesmarias pelo governo português, como uma forma de proteger e ocupar as fronteiras no sul do Brasil. A coroa Portuguesa distribuiu sesmarias à militares e a alguns tropeiros que haviam

abandonado a atividade predatória do gado. A escolha das pessoas “merecedoras” da terra deu-se a partir dos laços de confiança, convivência e/ou interesse, tendo o objetivo da ocupação do espaço e a manutenção e controle do território político. De acordo com Andreatta *et al.* (2009), em outras regiões do Brasil era exigido algum grau de capitalização para a concessão de terras, no entanto, na Região Sul, esse era um critério pouco considerado, uma vez que o principal critério que prevalecia para a distribuição de terras eram os serviços prestados à coroa.

Cada sesmaria compreendia aproximadamente 13.000 hectares, e foram elas que deram origem as primeiras estancias de criação de gado, fazendo da atividade pastoril a atividade econômica principal da época. Com as primeiras estâncias, surgiram também as cidades da região da Fronteira Oeste e Campanha, tendo sua economia alicerçada na criação extensiva de animais. A pecuária praticada extensivamente e sem muitos cuidados tinha como única prática os rodeios, que consistia em juntar os animais para realizar a contagem, e conforme Reverbel (1986) o cuidado reconhecido como necessário era o de acostumar os animais a ver os homens e a entender seus gritos, para que não ficassem completamente selvagens. Sendo assim, a pecuária desenvolvida nestes moldes era baseada na espontaneidade da vegetação nativa para suprir as necessidades dos animais; um processo praticamente extrativista. A pecuária mesmo realizada desta maneira promoveu a ocupação e o povoamento do território do RS. De acordo com Mielitz Netto (1994), a atividade criatória gaúcha utilizava-se do trabalho livre, havendo, contudo, o emprego paralelo de escravos e dos indígenas oriundos das missões, que colaboraram na criação de gado bovino, muar, equino e ovino e no desenvolvimento da indústria do charque. O charque era vendido para o centro do país e exportado para a Europa. As charqueadas naquela época deram um novo folego para a economia e estimularam o aumento dos rebanhos.

Por volta de 1750 chegam à região as primeiras famílias açorianas com o objetivo de criar no Brasil uma classe média rural que fosse consumidora de produtos nacionais e se dedicasse a produzir outras mercadorias que não o gado. Na ilha de açores, essas famílias estavam acostumadas à produção vegetal, então quando chegaram ao Brasil iniciaram o plantio de trigo que de imediato prosperou, mas em 1823 as lavouras foram atacadas pela ferrugem que destruiu metade das plantações. Com a valorização do charque, do couro e do sebo, e tendo as lavouras inviabilizadas, os açorianos passaram a produzir gado de corte, e conforme

Pasavento (2002), a atividade vegetal a partir de então se restringiu à produção para o autoconsumo. Conforme Fontoura (2000), os açorianos em pouco tempo tornaram-se grandes fazendeiros no sul do Brasil, e o objetivo do governo de formação de uma classe média rural não foi alcançado.

A estância foi a base da sociedade rio-grandense e da exploração pecuária no final do século XVII e início do século XVIII, com uma distribuição fundiária no ano de 1785 bastante concentrada, conforme dados apresentados na tabela 2, por Santos (1984).

Tabela 2 - Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1785.

Grupo de área (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
Até 100	77	9,1	1.728	0,03
100-200	3	0,3	397	0,01
200-1.000	213	25,2	70.759	14,10
1.000-5.000	232	27,5	626.980	12,43
5.000-10.000	143	17,0	1.173.941	23,26
+ de 10.000	173	20,5	3.175.063	62,89
Total	841	100,0	5.048.868	100,00

Fonte: Adaptado de Santos, 1984.

Fontoura (2000) referindo-se a produção para o autoconsumo diz que a estância era praticamente auto-suficiente no seu abastecimento, pois era baseada no churrasco e chimarrão (carne e erva-mate) e pouco dependia das trocas externas, e ressalta que inclusive o pagamento dos empregados era realizado com o gado. Freitas (1993) relata que as estâncias se constituíam num complexo rural relativamente autônomo, pois além da criação do gado, a produção se diversificava com o cultivo de trigo, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças e árvores frutíferas em pequenas áreas, além do processamento doméstico de alguns produtos, como: queijos, linguiças, conservas, charque, tecidos, rendas, artigos de couro, etc.

Enquanto nas regiões cafeeiras e açucareiras ocorriam elevados gastos com a aquisição de mão-de-obra escrava, no Rio Grande do Sul as atividades na estância eram realizadas pelos peões, com custos relativamente baixos para os pecuaristas (PESAVENTO, 1994). Os agregados eram quem mais colaboravam com a produção agrícola para o autoconsumo e parte dessa produção fazia parte de sua remuneração. Isso demonstra que o autoconsumo exercia um papel importante na

reprodução das propriedades e demonstra também o alto grau de autonomia que já existia em relação ao mercado.

Por volta de 1870, iniciaram os investimentos em melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças europeias. Entretanto, como os principais compradores de gado eram as charqueadas, e estas não exigiam um padrão de qualidade significativo, o refinamento dos rebanhos não se generalizou (FONTOURA, 2000; MIELITZ, 1994).

Naquela mesma época inicia o cercamento dos campos, o que modifica significativamente a organização do trabalho na estância. As cercas diminuem o número de agregados das estâncias, pois a partir delas o manejo com os animais e as tarefas campeiras são facilitadas. Os posteiros⁵ são figuras que também praticamente desaparecem, pois agora não seria mais necessário ter pessoas guardando os limites das propriedades, obrigando-os a irem morar nas cidades. Aqueles que não conseguiram se estabelecer nas cidades, ocuparam áreas ainda devolutas em relevos acidentados e com florestas e desenvolveram sistemas de produção semelhante ao das estâncias.

Uma consequência dos cercamentos foi uma visualização maior da separação da sociedade dividida em classes, pois ficou mais claro quem mandava e estava do lado de dentro das cercas e quem estava para o lado de fora, acentuando o poder dos proprietários e tornando-os mais independentes, pois necessitavam cada vez mais, de um número menor de empregados. Assim, a estância representava a organização social através do poder, e econômica através da riqueza gerada, tendo duas funções principais: a defesa do território e a produção. Entretanto, o cercamento incentivou para uma melhor organização da propriedade, com investimentos nas condições produtivas e regularidade das vendas.

No final do século XIX, o preço pago ao gado diminuiu consideravelmente ocasionado por dois fatores: a concorrência do charque produzido nos países latinos e a redução do consumo de charque; esses fatos são considerados por muitos como desencadeador do processo de decadência econômica do RS (ROCHA, 2000). Os altos impostos e a facilidade de entrada do charque latino,

⁵ Pessoa de inteira confiança do estancieiro, que podia morar nas terras e produzir para sua subsistência, em troca tinha a responsabilidade de cuidar para não haver roubos ou intrusos nas terras do dono e colaborava com os serviços de campo; muitos posteiros receberam pedaços de terras como indenização ou pagamento pelos serviços prestados e tornaram-se pequenos produtores.

considerado de melhor qualidade, colocaram em risco a economia do RS, que era baseada basicamente nesse produto.

Rocha (1998 apud SILVA NETO E OLIVEIRA, 2008) ressalta que o charque perdia rapidamente a posição de principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, pois passava a concorrer com a ascensão de outros produtos agrícolas, principalmente aqueles oriundos da região norte colonial do estado que se encontrava em processo de expansão.

Assim, chega ao fim a era das charqueadas e inicia o da refrigeração da carne, isso exige mudanças no tempo de abate dos animais. Na época dos ciclos do couro e das charqueadas, o tempo de abate girava em torno de sete ou oito anos que era quando apresentava uma boa relação entre espessura do couro, carcaça e gordura (FONTOURA 2000). A frigorificação exige um rebanho mais padronizado em termos sanitários⁶ o que colabora para diminuir o tempo de abate para quatro anos e meio. Andreatta *et al.* (2009) relata que a instalação dos frigoríficos no início do século XX provocou mudanças nas regiões ocupadas pela pecuária, contudo, no Rio Grande do Sul, isso só iria ocorrer em torno de cinquenta anos após a realização de tais investimentos nos países do Prata. Apesar da introdução de frigoríficos no início do século XX, a região Sul nunca mais conseguiu apresentar um ritmo de crescimento que lhe permitisse fazer face à dinâmica das regiões de predomínio da produção agrícola baseada no trabalho familiar.

A especialização produtiva na pecuária de corte do latifúndio na região sul foi uma característica na formação econômica do RS desde sua origem no século XVIII, e isso possibilitou a geração de renda e a manutenção de estabelecimentos pastoris por causa da grande extensão territorial ocupada. Até o final do século XIX, a dinâmica agrária sul-riograndense estava estreitamente relacionada às áreas de campo, mais ao sul do estado do Rio Grande do Sul (ANDREATTA *et al.*, 2009). Desta forma, desde o início da ocupação do RS, a economia foi baseada fundamentalmente no setor primário. Com o tempo, o setor agropecuário vai cedendo espaço a outros setores, diminuindo sua participação no PIB do estado.

⁶ Fontoura (2000) relata que a introdução dos banheiros carrapaticidas em 1914, junto com outras medidas na área de sanidade animal e manejo, conseguem diminuir o tempo de abate para três anos.

3.2 O surgimento de uma nova economia no RS: a chegada dos europeus

A colonização europeia no Rio Grande do Sul fez surgir um novo sistema agrário baseado essencialmente na agricultura, dinamizando a economia e as relações socioculturais do estado, através de uma distribuição de renda menos concentrada. Este novo sistema apresenta algumas características diferentes do sistema de produção das estâncias que vinha sendo desenvolvido até então. O sistema agrário colonial, como ficou conhecido, era baseado na pequena propriedade, com mão-de-obra da família e produção diversificada. Como as áreas de campo e as áreas planas já estavam ocupadas pelas estâncias, os imigrantes foram alocados nas áreas inclinadas e cobertas por floresta, predominantemente na metade norte do RS. Ou seja, as áreas que foram desdenhadas pelos gaúchos, por terem um relevo acidentado e haver o predomínio de matas virgens, foram utilizadas para demarcação dos lotes das colônias.



Figura 6 - Divisão administrativa do RS em 1832

Fonte: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s/d. apud (SILVA NETO & OLIVEIRA, 2008)

A partir da análise da figura acima, pode ser visualizado que em 1832 o RS contava com poucos municípios, havendo uma ocupação maior na metade sul. O governo imperial considerava a imigração indispensável à ocupação e exploração de regiões até então desertas e o RS apresentava uma vasta extensão de terras devolutas. Assim, as companhias de colonização se aproveitaram destas áreas para

trazer uma população camponesa que era excedente na Europa (FONTOURA, 2000).

De acordo com Waibel (1958), a colonização nas áreas de floresta tinha como objetivo principal povoar as terras de mato para evitar o ataque dos índios, aumentar a densidade demográfica e diminuir os riscos dos ataques argentinos. Desta maneira, o imigrante deveria ser um misto de soldado e agricultor; defensor da terra e cultivador do solo. De acordo com Silva Neto (1997), o sistema de produção praticado pelos colonos, baseado no processo de derrubada-queimada da mata, vai aos poucos modificando a paisagem regional. Já o sistema desenvolvido pelos estancieiros e fazendeiros, baseado na pecuária extensiva, mantém-se praticamente inalterado até por volta dos anos 1950, provocando poucas modificações na paisagem de campos (SILVA NETO, 1997).

De acordo com Roche (1969), os legisladores brasileiros definiam o imigrante como: o estrangeiro que manifestasse intenção de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola. Assim, nos anos de 1824 e 1875 iniciam no estado do Rio Grande do Sul os primeiros núcleos de colonização alemã e italiana respectivamente, a convite do governo brasileiro. Os imigrantes eram atraídos, por promessas de terra e futuro promissor no “novo mundo”, fugindo de problemas como perseguições políticas e desemprego na Europa do século XIX (ANDREATTA, 2009). Para convencerem os imigrantes a virem para o Brasil, foram oferecidos também, valores em dinheiro e produtos que os auxiliariam para iniciarem seus cultivos, porém nem sempre o governo conseguiu cumprir com essas promessas. Tanto é que os primeiros anos da imigração se caracterizaram pela falta de capital, pela precariedade de recursos técnicos, pelo relativo isolamento e pela necessidade de obter através do trabalho familiar os meios para a sobrevivência da família. Além disso, os imigrantes tinham que guardar uma parte dos escassos recursos financeiros para o pagamento dos lotes, pois só depois disso teriam o documento comprovando a posse da terra.

Silva Neto e Oliveira (2008) dividem em três períodos a vinda de imigrantes europeus para o estado:

O primeiro corresponde aos anos de 1824 a 1890, época em que se implantaram as chamadas “Colônias Velhas” num raio de 200 km ao redor de Porto Alegre. O segundo período tem início em 1890 com a instalação das “Colônias Novas” a partir da fundação da Colônia de Ijuí no noroeste do Estado e se estende até 1920, quando o governo do Rio Grande do Sul

suspende sua política de colonização por falta de recursos para financiar a infraestrutura necessária. O terceiro período, a partir de 1920, tem o predomínio da colonização privada, incorporando à agricultura as últimas áreas remanescentes de florestas na região do Alto Uruguai (SILVA NETO & OLIVEIRA, 2008, p. 85)

A ocupação das matas avança pelo interior do estado, acompanhada pelo surgimento de novos povoados que dão origem a novos municípios.

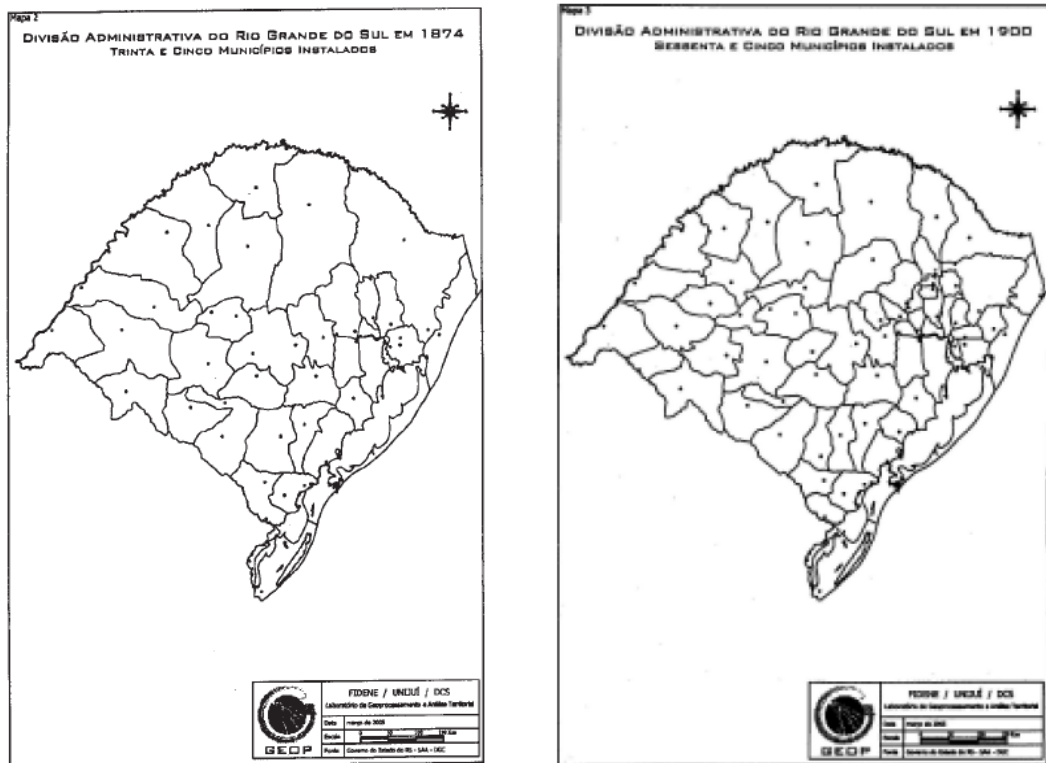


Figura 7 - Divisão administrativa do RS em 1874 e em 1900

Fonte: IGRA, s/d. apud (SILVA NETO & OLIVEIRA, 2008)

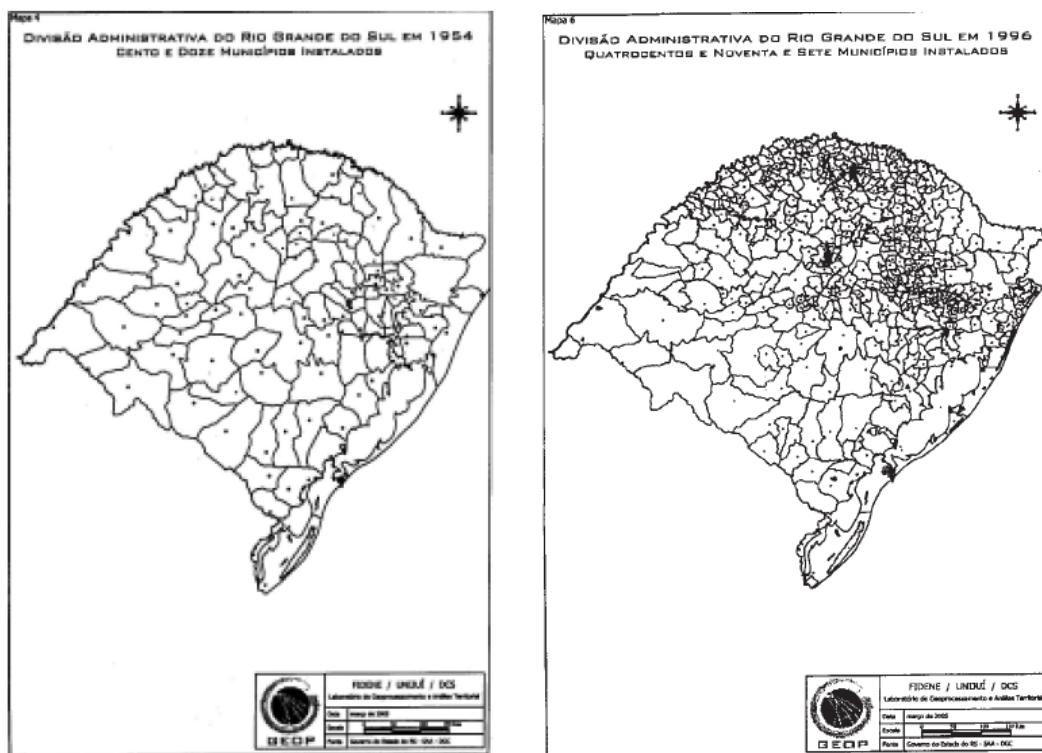


Figura 8 - Divisão administrativa do RS em 1954 e em 1996.

Fonte: IGRA, s/d. apud (SILVA NETO & OLIVEIRA, 2008)

A partir da sequência de figuras pode-se observar a velocidade dos desmembramentos dos municípios, assim como a heterogeneidade da densidade populacional entre as regiões do estado. Nota-se que as regiões que abrigaram os imigrantes europeus foram as que mais se desenvolveram e criaram novos municípios. A divisão das pequenas propriedades dos imigrantes entre os filhos levou muitos produtores a procurarem novas áreas para a exploração para permitir a reprodução social das famílias. Os promotores das políticas históricas de apoio à colonização tendo como base a propriedade familiar talvez, não tivessem tido presente que esta teria um impacto tão importante na história econômica do Rio Grande do Sul (SILVA NETO & OLIVEIRA, 2008).

3.3 O desenvolvimento do RS após a imigração europeia

Na década de 20 surge a cultura do arroz, com características diferentes das produções até então desenvolvidas no estado. O cultivo de arroz é realizado principalmente em áreas arrendadas, fazendo uso de técnicas de irrigação, e utilização de implementos. Esta produção estaria mais próxima do modelo

capitalista, pois utilizava mão-de-obra assalariada e exigia investimentos de recursos. Porém a pecuária continua sendo predominante em áreas de várzea em que não há condições de introdução da cultura do arroz por algum motivo, como por exemplo, a falta de disponibilidade de água. A utilização das várzeas com arroz foi uma alternativa criada para os momentos de crise da pecuária, assegurando a manutenção das grandes propriedades. Em larga medida, esta foi uma estratégia que os pecuaristas usaram para diversificar as fontes de renda e superar sucessivas crises decorrentes da baixa rentabilidade da atividade pecuária (FONTOURA, 2000). O arroz foi a cultura capaz de dinamizar o espaço agrário, diversificando a matriz produtiva da região que até então tinha somente a pecuária extensiva (bovina e ovina) como sua fonte de renda. Na década de 70 ocorre a expansão da lavoura de arroz no estado em áreas arrendadas, em “consórcio” com o gado bovino. O arroz após colhido cede lugar para os rebanhos aproveitarem a resteva e o rebrote das lavouras, enquanto isso, os bovinos colaboram para a fertilidade do solo através de seus dejetos.

A soja foi introduzida no RS a partir da década de 40 e ganhou espaço entre médios e pequenos estabelecimentos. Consistia numa cultura interessante para ser cultivada no verão nas mesmas áreas em que era utilizado o trigo no inverno. Nos anos 50 intensifica-se o desenvolvimento das lavouras empresariais de trigo e soja, e estas utilizam uma quantidade abundante de insumos externos, além de mecanização. Nos anos 70 expande-se a modernização⁷ da agricultura, e todo esse processo aumenta a expulsão de pessoas do campo em direção as cidades. Neste mesmo período, na região sul, a pecuária continua dominando o território, mas cede espaço às lavouras anuais. Ocorrem sucessivas divisões de propriedades e existia um grande incentivo para a agricultura através de linhas de crédito rural, além da facilidade de exploração das áreas com a mecanização nos relevos planos. Diferentemente das atividades de lavoura, o segmento da pecuária foi incapaz de estabelecer vínculos com a indústria fornecedora de insumos e equipamentos, sendo as inovações tecnológicas introduzidas na agricultura mais intensas que as inovações sugeridas para a pecuária. Grande parte dos estancieiros não tinha acesso ao crédito, não trabalhavam com técnicas de melhoramento dos rebanhos e

⁷ A modernização agrícola pode ser definida como o processo mediante o qual ocorrem modificações na base técnica da produção (GAZOLLA, 2004).

de pastagens e demonstravam temor em investir na agricultura. Isso explica em parte, a maneira como foi mantida a cultura conservadora da região sul.

Aquelas regiões que um dia foram ocupadas predominantemente com florestas e mais tarde cederam espaço para os cultivos diversificados dos colonos, sofreram mudanças significativas nas últimas décadas. Nas áreas onde as condições de relevo, solos e clima são mais aptos, como no noroeste do estado, observa-se a presença das lavouras (trigo, soja e milho), muitas vezes combinadas com a terminação de bovinos na época do inverno, ou seja, uma espécie de integração de lavouras e pecuária (ANDREATTA, 2009). As regiões do norte do estado continuam com uma agricultura colonial com baixa utilização de tecnologia: produções de trigo e soja cultivados por agricultores familiares em pequenas áreas. A bacia leiteira se expande, assim como é verificado relações contratuais de integrações verticalizadas⁸ entre grandes empresas e agricultores familiares. A região dos Campos de Cima da Serra que sempre foi tipicamente de pecuária, já observa cultivos diversificados, inclusive com espécies florestais exóticas. A região sul continuava a predominar a pecuária de corte, com o arroz ganhando destaque nas áreas de várzea, alguns cultivos de lavouras anuais como soja e milho numa escala menor, a produção leiteira como opção de alguns produtores, e mais recentemente observa-se a entrada da silvicultura disputando áreas pastoris. A região da Fronteira Oeste sempre foi identificada como sendo de latifúndio⁹; e mostra na própria estrutura física das cidades mais antigas, os traços da época em que a pecuária se expandia nas áreas de campo do RS. Entretanto a região já abriga um número representativo de agricultores familiares, que ocupam uma área pequena da região.

3.4 O RS dividido em dois: o norte rico e o sul pobre

Grosso modo, pode-se dividir o estado em duas porções: a metade sul e a metade norte, pois do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o RS

⁸ As empresas fornecem a matéria prima para os agricultores e compram a produção. Os agricultores entram com a terra, infraestrutura e mão-de-obra. O agricultor é um prestador de serviço sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas.

⁹ O poeta Mário Quintana já dizia "Em Alegrete, quem não é fazendeiro é boi", afirmando a imagem da região como uma terra de latifúndios.

apresenta duas situações distintas. A metade sul antes do século XX era detentora de grande poder econômico embasada na força do setor agropecuário (gado de corte e depois arroz) e após esse período entrou em um momento de estagnação econômica que prossegue até os dias atuais. Já a metade norte que era vista como uma região atrasada assumiu o status de região mais desenvolvida em função do processo de ocupação, de urbanização e de industrialização pelo qual passou.

A metade sul não conseguiu acompanhar as transformações pelas quais a metade norte passou o que diminuí sua participação econômica a nível estadual. O reconhecimento da diferenciação econômica entre a região norte e sul é visível a partir da segunda metade do século XIX, período em que a economia do estado se desenvolve mais, pois com a diversificação de produtos e a industrialização da metade norte, esta passa a ser a região considerada mais desenvolvida por contribuir com valores mais significativos ao PIB do estado.

As atividades produtivas desenvolvidas na metade norte, o aumento da fronteira agrícola e o desenvolvimento do setor industrial, colaboram para o deslocamento de um número significativo de pessoas da metade sul para a metade norte em busca de emprego e melhores condições de vida, fato que acentua as desigualdades entre as regiões.

Essa forma de analisar o RS sugere uma divisão concreta da organização do espaço agrário e demonstra que existem duas sociedades distintas. Uma sociedade de grandes proprietários (agricultura patronal) que praticam a pecuária extensiva em áreas de campo nativo e uma sociedade de pequenos agricultores (agricultura familiar), que desmataram a floresta e criaram seus sistemas de produção diversificados. As diferenças das estruturas fundiárias decorrem em maior densidade demográfica no norte em contraposição ao sul e produzem reflexos em aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos até hoje. Assim, foram gerados dois sistemas agrários diferentes, apresentando racionalidades distintas e sociedades também distintas: uma mais dinâmica e igualitária e outra rígida, tradicional e hierárquica.

Junto ao conjunto de ideias apresentadas, difundiu-se no estado a imagem de que no norte encontram-se somente propriedades familiares e que a metade sul é uma região de grandes propriedades rurais. Essa associação ocorre em função da origem histórica do processo de ocupação do estado: as sesmarias de um lado e as colônias de outro. No entanto, a imagem construída socialmente sobre a região sul

não corresponde aquilo que é observado na prática, e vários trabalhos científicos e dados de instituições de estatística colaboram para apresentar a verdadeira realidade da região.

4 A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

O objetivo desta seção é apresentar minimamente a discussão sobre o autoconsumo a partir de um resgate de alguns referenciais teóricos que abordaram o tema, indicando as principais noções e conceitos já discutidos por outros pesquisadores. Algumas reflexões iniciais sobre o assunto são realizadas, bem como são abordados os determinantes e as características da produção para o autoconsumo. O debate da contribuição que as políticas públicas podem dar a esta produção também são discutidos, bem como a visão da economia sobre o autoconsumo. Parte-se da premissa de que é importante resgatar alguns estudos que servem de referência teórica para essa temática mostrando a contribuição que dão aos estudos atuais e futuros.

4.1 As abordagens Clássicas do autoconsumo

Marx e Engels analisaram as intensas alterações que ocorreram nas sociedades camponesas na França e na Alemanha com a entrada do capitalismo no campo, e concluem que o pequeno lavrador está condenado a desaparecer.

A pequena propriedade rural está votada ao desaparecimento, mas o seu fim inevitável será tanto menos ruinoso para os interesses diretos e para a nação, quanto mais se antecipar o que não pode ser evitado (MARX, 1975, p. 14-15)

Chayanov (1974) contraria as orientações marxistas, que consideravam somente duas classes sociais: burgueses (aqueles que compram a força de trabalho) e proletários (aqueles que precisam vender a força de trabalho para garantir sua reprodução). Assim, o autor estuda o campesinato a partir de uma perspectiva microeconômica e contesta a teoria marxista explicando a permanência e reprodução dos camponeses através de seu funcionamento interno, ou seja, acredita na permanência de uma categoria social que não se enquadrava em nenhuma classe descrita pela teoria marxista. Naquela teoria os camponeses eram vistos como um resquício que tenderia a desaparecer, uma vez que eram os proprietários dos meios de produção e não contribuiriam para a luta de classes, não existindo então motivações para serem estudados.

Marx (1957) diz que o modo de produção capitalista se apropriou da agricultura e em decorrência assumiu o domínio de todas as esferas da produção. O camponês que antes produzia com o auxílio de sua família quase tudo o que necessitava para sua subsistência, a partir de determinado momento não se contenta em produzir só para seu uso pessoal, e “para comprar o pouco que necessita, pagar seus impostos, pagar juros das suas dívidas, precisa produzir para trocar, quer dizer, entrar em concorrência com outros produtores” (MARX, 1957).

Entretanto, a produção de alimentos para a família faz parte do modo de vida camponês. A articulação das forças produtivas da família em harmonia com a natureza resulta os meios de sobrevivência dos habitantes do rural, que se organizam e constroem relações sociais de produção.

Do ponto de vista da economia política de Marx, os camponeses se constituíam num grupo social que dificultava o progresso econômico recomendado pela sociedade moderna. Os camponeses assumiam uma posição pré-capitalista e não despertavam grande interesse de serem estudados numa sociedade em que o capitalismo industrial se tornava emergente. Todavia, o Marx tardio (pós-1870) admitiu a coexistência e a dependência mútua de formas sociais capitalistas e não capitalistas.

A produção para autoconsumo já foi estudada nas ciências sociais por Chayanov (1974) e por Wolf (1976), mas focalizando o campesinato. Com suas particularidades na forma de compreender a estrutura social e a organização econômica dos camponeses, apresentam em comum o reconhecimento da alimentação como uma importante dimensão da estrutura organizativa das famílias para sua reprodução social.

Chayanov (1974) dá ênfase em sua análise ao entendimento da morfologia e funcionamento dos elementos internos da organização camponesa, que constitui-se naquilo que passa a ser conhecido como microeconomia do comportamento camponês. Uma importante contribuição dada por Chayanov (1974) é a que concebe a unidade econômica camponesa como uma unidade de trabalho e de consumo familiar, onde a unidade produtiva e econômica visa atender primeiramente o necessário para atingir as necessidades de alimento do núcleo familiar. A composição e o tamanho da família e suas necessidades são os fatores decisivos para que o consumo e o trabalho cheguem a um equilíbrio ótimo. Para Chayanov (1974) a unidade de trabalho é composta pelo número de integrantes da família que

têm plenas condições de trabalho enquanto que a unidade de consumo é composta pelos membros da família que apresentam plenas condições de trabalho somado aqueles que ainda não a alcançaram¹⁰.

Chayanov (1974) destaca a relação consumidor/trabalhador da qual depende o maior ou menor esforço realizado pelos membros da família, pois quanto mais próximo de 1,0 essa relação, menor o grau de autoexploração dos trabalhadores e melhor será o equilíbrio entre consumo e trabalho da unidade camponesa, e quanto maior o número de consumidores e menor a produtividade do trabalho, maior a autoexploração. Fica clara na tese do autor, que o volume de atividades depende do número de consumidores, e não do número de trabalhadores que a unidade dispõe. Assim, o autoconsumo mexe com organização da família, além de orientar e afetar a reprodução e os cálculos das unidades familiares.

Chayanov (1974) analisa a unidade camponesa como integrante de um sistema econômico nacional que é influenciado por ele e o influencia. Isso quer dizer que o autor reconhece o papel que o mercado exerce na organização das propriedades. De certa forma, é o mercado que determina quais os produtos o camponês deve produzir, direcionando sua força de trabalho para esses mercados que o recompensam com uma melhor remuneração de sua força de trabalho.

Ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família começa a receber cada vez mais a influência da situação do mercado no que diz respeito à composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (Chayanov, 1974:140)

Estes vínculos comerciais que convertem a exploração familiar natural isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo. (Chayanov, 1974: 306)

Resumidamente o que o autor tenta explicar é que o avanço do mercado modifica e desestrutura o balanço entre consumo e trabalho no interior da família camponesa.

Wolf (1976) parte da mesma perspectiva de Chayanov, de que a unidade camponesa é um espaço de consumo e de trabalho. Este autor se refere ao mínimo

¹⁰ Menores de 14 anos, enfermos, idosos e incapacitados ao trabalho produtivo, são considerados somente como consumidores.

calórico como a alimentação necessária à manutenção da vida e compensar o desgaste de energia em período de trabalho. A produção dos camponeses teria que ser necessária para atender o exigido pela família e o suficiente para o cultivo da próxima safra, a alimentação animal e aquisição dos instrumentos de trabalho, ou seja, uma soma que configura um fundo de manutenção. Esse fundo constitui, além de subsídios técnicos, contribuições sociais, que são utilizados nas relações comunitárias. Wolf (1976) defende que o camponês deve ser entendido como um produtor de excedentes que transfere parte de sua produção para grupos dominantes no qual está subordinado.

Nas sociedades primitivas os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros; os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais, cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1976, p.16).

Assim, os camponeses atenderiam suas necessidades e as demandas de outros grupos; e a maneira que encontram para isso é incrementar a produção ou reduzir o consumo. As decisões tomadas transformam a organização familiar.

Kaustky (1980), também faz alusão à produção para o autoconsumo, dizendo que a família camponesa da Idade Média bastava-se quase que inteiramente, pois não só produzia o seu alimento, mas também tudo mais que necessitava em sua propriedade. A não dependência do camponês do mercado, conforme o autor tornava essa sociedade indestrutível, pois se bastava a si mesma. Segundo Kautsky (1980), a força da indústria urbana e do comércio promove uma revolução econômica a partir da Idade Média sobre as condições dos camponeses europeus. Com o avanço desse processo, a necessidade do camponês de possuir dinheiro aumenta, e esses recursos adquiridos são utilizados para comprar não apenas coisas supérfluas, mas também coisas que foram deixadas de produzir.

Além dos trabalhos citados, alguns outros estudos merecem destaque por abordarem como elemento central ou fazerem referência à produção para o autoconsumo. Esses estudos apresentam como característica em comum terem sido realizados com incursões a campo, com descrições densas e detalhadas, o que contribuí para uma visão mais real das realidades pesquisadas.

Desta maneira, a preocupação pela garantia de alimentos para suprir as necessidades alimentares das famílias foi tema na interessante obra de Candido (1997) na qual defendia o estabelecimento de uma “sociologia dos meios de subsistência” como forma de garantir alimentos aos caipiras paulistas. Para tal, buscou interpretar todas as dimensões da vida social a partir da alimentação. O autor acredita que em cada momento e em cada cultura existem necessidades mínimas abaixo da qual não é possível haver equilíbrio, a isso chamou de “mínimos vitais” que correspondem aos “mínimos sociais”, que garantiria a própria sociabilidade do grupo doméstico. Candido (1997) aborda a alimentação sob vários pontos de vista, o estatístico (como parte do nível de vida), o biológico (como qualidade nutritiva, exprimindo uma certa forma de exploração do meio), o econômico (como tipo de participação nos recursos totais do grupo), e propriamente sócio-cultural (como fator de sociabilidade).

Os meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto de “reações culturais”, desenvolvidas sob o estímulo das “necessidades básicas”. Em nenhuma outra parte vemos isto melhor que na alimentação, que é o recurso vital por excelência. (Candido, 1997, pág. 28)

A partir das palavras do autor, alguns elementos podem ser desenrolados; observar a alimentação como uma necessidade inadiável e ininterrupta que tece relações entre pessoas e com o meio que está inserida e, para tanto requer uma organização social adequada. Conforme Candido (1997), cada classe, cada nível, cada categoria econômica, dentro da mesma unidade geo-cultural, come, veste, habita de maneira específica, e há para cada cultura uma técnica de viver de que a alimentação faz parte, e a que deve submeter-se a fome para ser satisfeita.

Candido (1997) citando Alfredo Ellis Junior destaca que a nutrição dos Paulistas no São Paulo Colonial contava com uma alimentação farta e variada, muito bem combinada em elementos químicos, necessários para a perfeita manutenção da espécie em uma constante eficiência, além de que lhe pareciam mais bem nutridos que pessoas de outras nacionalidades que conhecia. Na pesquisa de campo realizada por Candido de 1948 a 1954, o autor já observa “sucessivas perdas e aquisições no terreno da alimentação”, ou seja, alimentos que por um motivo ou outro deixaram de ser produzidos e deram lugar a outros produtos. Cita que houve mudanças também em relação ao processo de manipulação de produtos dentro das propriedades, por exemplo, a fabricação de açúcar e a limpeza do arroz em casca,

foram práticas que desapareceram. Ressalta que houve uma perda de hábitos alimentares tradicionais, sem a possibilidade de incorporar de maneira regular os novamente surgidos. Naquela época já era verificado que o fim do regime de auto-suficiência econômica não permitia ao pequeno agricultor prover por inteiro as próprias necessidades alimentares. Com isso, houve um acentuado incremento de dependência, uma destruição da autonomia do grupo de vizinhança e a crescente incorporação do sistema colonial das cidades. De acordo com Candido (1997) o homem rural dependia, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos.

Um ponto importante levantado pelo autor é a oferta de alimentos entre vizinhos, na realidade um sistema amplo de troca sob a forma de presente, pois o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente (CANDIDO, 1997). De maneira geral, pode-se dizer que o trabalho de Candido serve como referência para o tema da produção para o autoconsumo, pois foi um dos primeiros a analisar com tanta profundidade e abrangência o assunto.

Brandão (1981) é outro autor que se dedicou a esta temática. Fala dos hábitos alimentares rurais e a ideologia dos camponeses do interior do Brasil referentes às práticas sociais de produção e de consumo, tendo como referência a região de Mossâmedes¹¹, observando os princípios locais de produção, circulação e consumo de alimentos. Esse autor identificou uma mudança grande de hábitos alimentares naquelas famílias que saíram do meio rural e migraram para a cidade. Destaca como eram as trocas entre a sociedade produtora e a natureza; discute o espaço da natureza e os da sociedade construída sobre ela e como ocorria as transações entre as pessoas do lugar.

Já Neves (1981) realizou um trabalho de importante contribuição teórica aos estudos entre agricultura e capitalismo descrevendo as diversas diferenciações internas aos pequenos agricultores de cana-de-açúcar e da vida cotidiana desses agricultores. Em um dos capítulos se detém a discutir como se dá a produção para o abastecimento. Conforme Neves (1981), a dedicação intensiva e extensiva à plantação de cana determinou a reordenação dos fatores de produção. Na medida em que a cana foi ocupando quase toda a área de cultivo, os pequenos produtores

¹¹ Município Brasileiro do Estado de Goiás

passaram a depender mais amplamente do mercado para obter os meios de subsistência, porque os cultivos que atendiam esse fim passaram a ocupar os espaços intersticiais ou residuais à cana. Todavia, essa minimização dos cultivos de subsistência é relativa, já que, atualmente eles desempenham importante papel na relativização dos mecanismos de subordinação ao capital industrial e financeiro (NEVES, 1981). Entretanto, a polivalência de cultivos aparece como mecanismo fundamental à reprodução social das unidades de produção.

Garcia Junior (1989) em seu estudo tem como eixo central a reflexão sobre as transformações que ocorreram na *plantation* tradicional nordestina no sistema de dominação e no espaço social rural, porém não deixa de mencionar que o cultivo das lavouras de subsistência, tanto para o autoconsumo doméstico como para a venda, faz parte da lógica do engenho tradicional para uma parte da população. Os engenhos vendiam os produtos de subsistência quando o montante obtido era superior ao gasto da casa grande e conforme Garcia Junior (1989) sempre houve mercado para esses produtos e, por isto que sempre houve circulação mercantil de tais produtos. Porém tais produtos “não dão preço” que compense a produção em larga escala baseada em trabalhadores remunerados a dinheiro (GARCIA JUNIOR, 1989). Este autor ressalta que os senhores, moradores e também os agricultores estão voltados para estes produtos, e mesmo que não consigam vendê-los, os produzem para não ter de comprá-los.

4.2 A Mercantilização da agricultura e a relativização do autoconsumo

Conterato (2004) aborda as transformações na forma familiar de produção e o processo de inserção mercantil dos colonos do alto Uruguai do RS, ocorrida a partir de 1970 que os “transformou” em agricultores familiares. Conterato (2004) descreve a mercantilização como um processo de externalização das relações de produção, onde o agricultor se torna dependente das relações com o ambiente social e econômico para comprar insumos e produtos e para vender a produção. E complementa ainda que, a mercantilização tem levado os agricultores familiares a estabelecer relações sociais e econômicas privilegiando a especialização produtiva, a concentração dos meios de produção e a individualização do processo produtivo,

reforçando o padrão de produção “moderno”, diminuindo gradualmente a produção para o autoconsumo.

Entretanto, Gazolla (2004) afirma que houve uma redução da produção voltada ao autoconsumo no meio rural, ocorrido devido ao aumento dos produtos oferecidos a baixos preços que fez com que os agricultores passassem a depender cada vez mais do mercado. E, o processo de mercantilização da agricultura familiar, através do incentivo cada vez maior à especialização produtiva em um único ou poucos produtos pode ser apontado como uma das causas da insegurança alimentar.

Uma das principais conseqüências de todas estas transformações [...] foi o solapamento da produção para autoconsumo das unidades familiares. Esta sofreu intensas modificações e passou a ocupar um lugar cada vez mais secundário na dinâmica de tais unidades. Se antes o colono possuía como preocupação fundamental para a sua reprodução social a produção dos seus alimentos, atualmente, isso não é mais a realidade para uma grande parcela destes. Assim, demonstrar-se-á [...] que a produção de alimentos para consumo foi uma das dimensões das unidades familiares que mais sofreu o processo de mercantilização iniciado nos anos 70 (GAZOLLA, 2004, p. 42).

A mercantilização foi intensificada com a modernização ocorrida na década de 1960 e 1970, que propôs significativas mudanças da base tecnológica com a introdução do melhoramento genético, da mecanização agrícola e do uso de agroquímicos. Essas inovações fizeram com que fosse minimizada a utilização dos recursos endógenos, havendo o que Goodman (1990) descreve como substituição industrial de produtos do meio rural e apropriação industrial do processo natural de produção.

O processo de modernização da agricultura, ao mesmo tempo que excluiu muitas famílias do processo produtivo e do campo, incentivou outras tantas a se especializarem em um ou poucos cultivos comerciais, forçando-os a comprarem grande parte dos alimentos para consumo da família, que antes eram produzidos. De acordo com Caporal (2003) trata-se de um modelo que levou à redução dos níveis de segurança alimentar que existiam em diferentes regiões do estado do RS.

Balem e Silveira (2005) enfatizam que o conjunto de recomendações gerados nos centros de pesquisa leva os agricultores a uma dependência diante daqueles que “dominam” tais conhecimentos e que a sua cultura do agro não é mais a referência para superar os desafios da chamada agricultura moderna. Em outro estudo Balem e Silveira (2002) destacam que o mais impressionante é a

desvalorização do agricultor como possuidor de um saber específico que o diferencia e o capacita para fazer agricultura. A perda progressiva da cultura da produção para o autoconsumo faz com que esta pareça não ser mais parte da essência do agricultor familiar (BALEM E SILVEIRA 2005). O abandono da auto produção gera a simplificação da dieta alimentar das famílias rurais, ocorrendo o que Balem e Silveira (2005) denominam erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente, alicerçada na cultura do agro e adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos. Desta maneira, o acesso aos alimentos que antes eram produzidos nas unidades de produção e consumidos pelas famílias, passa a ser uma mercadoria, pois torna-se de responsabilidade de agentes externos ao processo produtivo, fazendo com que o consumo alimentar dependa de relações mercantis.

4.3 A Permanência do autoconsumo na agricultura familiar

No âmbito da agricultura familiar são encontrados alguns estudos mais recentes que tratam da produção para consumo familiar, destacando-se os estudos de Santos e Ferrante (2003), Conterato (2004), Grisa (2007) e Grisa e Conterato (2011).

Santos e Ferrante (2003) discutem a produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo, avaliando o cotidiano e o consumo alimentar das famílias (o que usavam de sua produção e o que compravam fora), baseando-se na relevância do autoconsumo no dia-a-dia das famílias assentadas. As autoras apontam que em quase 100% dos lotes analisados na pesquisa a produção de alimentos para o autoconsumo se faz presente, demonstrando que essa produção não é apenas uma atividade secundária para as famílias assentadas, mas uma modalidade fundamental para a sobrevivência e segurança alimentar, ao lado da comercialização dos produtos agrícolas.

Grisa (2007) em um estudo atual e de referência para a temática faz uma comparação do autoconsumo em quatro municípios com características distintas (Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras), identificando a importância e as funções do autoconsumo nos referidos municípios. O estudo ressaltou que em todos os estabelecimentos pesquisados, o autoconsumo continua

sendo uma estratégia recorrida pelos agricultores familiares nos universos pesquisados, embora com intensidade e importância diferentes. Os fatores principais indicados para a manutenção dessa atividade apontados pelas famílias são: ser uma forma de economizar recursos financeiros e ser uma importante fonte de segurança alimentar em função da qualidade dos alimentos que são produzidos. A autora relata a partir das informações fornecidas pelas famílias pesquisadas que antigamente a produção para o consumo familiar era maior e mais diversificada, havendo hoje uma diminuição nesses produtos em prol dos cultivos comerciais. Os principais produtos destacados são os provenientes da horta, do pomar e os de transformação caseira. Grisa (2007) afirma que o autoconsumo consiste em uma estratégia que se reconfigurou ao longo do tempo, assumindo novas conotações e atributos, permanecendo, contudo atual ao modo de vida das unidades familiares, ou seja, constitui-se numa estratégia recorrente da agricultura familiar. Ele pode ser considerado a primeira atividade agrícola desenvolvida pelos agricultores sendo o traço mais característico das populações tradicionais como camponeses, indígenas e colonos imigrantes. Conforme Grisa (2007), essa produção que frequentemente é referenciada como uma “herança” do campesinato¹² ou resquício de um modo de produção feudal, na atualidade ela se recontextualiza e assume papéis e significados diferenciados.

Grisa e Conterato (2011) em um estudo recente pesquisaram a importância da produção para autoconsumo no Brasil, e afirmam que cerca de 3,8 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros apresentam produção para autoconsumo, o que significa que 74,09% dos estabelecimentos totais tem o autoconsumo como uma das suas estratégias de reprodução social. E, conforme esses autores são 473 mil famílias vivem exclusivamente da produção para autoconsumo, tendo o número de famílias nesta condição aumentado 46,43% (150 mil) entre 2001 e 2006. Esses dados são importantes, pois confirmam a relevância dessa produção e afirmam que essa estratégia de produção faz parte do modo de vida rural.

¹² Conforme Marx (1986) o campesinato com a introdução no capitalismo no campo, estava fadado ao desaparecimento, pois era preciso a extinção desta forma de produção agrícola, que não produzia lucro e, portanto não conseguiria se sustentar nessa lógica.

4.4 Os determinantes e as características da produção para o autoconsumo

A produção para o autoconsumo apresenta alguns determinantes e características. Ela depende do tempo disponível na propriedade para essas atividades (a “folga” do envolvimento com as atividades comerciais), depende também da “tradição” ou “costume” de produzir os próprios alimentos, assim como dos hábitos alimentares diversificados. Aparentemente esta produção é visualizada com mais frequência em famílias de baixa renda, em propriedades que tem dificuldade de acesso aos mercados ou centros urbanos, e em estabelecimentos que adotam níveis técnicos bastante baixos o que lhes confere reduzida capacidade de excedente. E, para muitos estabelecimentos a agricultura não é (e, para muitos, talvez nunca tenha sido,) uma atividade econômica realizada com a finalidade principal de ganhar dinheiro, mas serve como fonte de produção de recursos para seu autoaprovisionamento, além de local de moradia (GRISA e CONTERATO, 2011).

Grisa (2007) aponta alguns fatores como determinantes para a produção para o autoconsumo, como: a quantidade de membros da família e de força de trabalho que ela dispõe; as condições técnicas que são utilizadas para as produções agropecuárias; as diferentes fontes de renda que ingressam na propriedade; a herança cultural advinda dos pais; a proximidade com os mercados e os preços dos alimentos; aos meios de comunicação que ajudam a alterar os hábitos alimentares; e aos eletrodomésticos e alimentos prontos que representam facilidades para as famílias rurais. E lembra que a produção para consumo familiar está imbricada num complexo conjunto de elementos e relações objetivas e subjetivas, muito além de uma simples aversão ao mercado ou ao trabalho (GRISA 2007).

Romanelli (2006) chama atenção para uma característica que é observada na maioria das sociedades em relação a alimentação, a posição fundamental ocupada pelas mulheres por uma série de motivos: elas controlam, se não o orçamento doméstico, pelo menos as compras de alimentos, seu processamento, socializam os filhos para aceitá-los e distribuem a comida entre os componentes da família. Mais importante ainda, é que as mulheres têm maior acesso do que os homens a informações acerca da alimentação, provenientes de várias fontes e de programas diversos de orientação. As mulheres são mediadoras entre universos nos quais predominam regras alimentares diversificadas e podem ser agentes transformadores

de hábitos alimentares (ROMANELLI 2006). Este mesmo autor explica que o caráter social da alimentação está presente desde o nascimento, com o ato da amamentação. O leite materno é o primeiro alimento oferecido ao ser humano e sua ingestão envolve o contato com o corpo da mãe, mediado pelo seio. Por isso, desde o início da vida humana a alimentação está associada tanto a afeto e proteção quanto seu preparo está indelevelmente ligado ao universo feminino (ROMANELLI 2006).

Na maioria dos casos a produção destinada para casa, apresenta peculiaridades, como: pequena área, não utilização de agrotóxicos, diversidade de produtos, etc. No caso do RS, estudos mostram que em regiões em que o *ethos de colono* se mantém forte, são as que apresentam uma expressividade maior de autoconsumo. Regiões em que a dinâmica agroexportadora tem um grau mais intenso, o autoconsumo diminuiu consideravelmente ou inexistente.

A combinação dos fatores de produção se dá de forma distinta em cada grupo social a fim de produzir os bens que ela necessita e não há como discutir o autoconsumo sem evidenciar o conteúdo cultural e simbólico que os alimentos trazem consigo. Assim, os aspectos culturais das regiões também são determinantes da produção ou não produção para consumo próprio, assim como influencia na escolha dos produtos produzidos.

A cultura se insere e permanece profundamente entranhada no modo de vida das pessoas e essa inserção tende a ser tão profunda que até escapa à nossa consciência durante a maior parte do tempo. (CAPRA, 2002, p. 99)

Em um estudo comparando quatro regiões geográficas do RS (Pelotas, Cerro Largo, Frederico Westphalen e Caxias do Sul) Sacco dos Anjos et. al. (2005), pressupõem que as condições agronômicas e as potencialidades do meio físico por si só são insuficientes enquanto instrumentos de interpretação da heterogeneidade dos processos de reprodução da agricultura gaúcha.

Desta forma, entende-se que a autoprodução de alimentos pelas famílias, também é dependente de muitos fatores que se entrelaçam para compor as diferenças significativas de produtos, quantidades, modos de preparo de alimentos entre regiões e entre unidades de produção.

[...] os valores, as crenças da cultura também afetam o seu corpo de conhecimentos. Fazem parte das lentes através das quais vemos o mundo; ajudam-nos a interpretar nossas experiências e a determinar quais espécies de conhecimento são significativas. (CAPRA 2002, p.99)

Ressalta Hirai (2008) que os valores, as crenças e os significados formatam espaços nos quais se materializa um “modo de vida”. E que o modo de vida se converte no conjunto de estratégias que dão sentido às práticas e saberes que permanecem sendo adotadas pelas famílias e que são cruciais para sua manutenção.

O ato de saciar a fome é específico de cada sociedade e em torno da comensalidade construíram-se inúmeras regras que fazem parte de um sistema, já que alimentação não é prática isolada, mas integra um sistema simbólico e relaciona-se com outros sistemas. Se todos precisam comer, não o fazem de um mesmo modo. (ROMANELLI, 2006)

Ou seja, as regiões apresentam produções agrícolas, características sócio-econômicas e culturas distintas. Essas diferenças são fruto do próprio contexto local em que estão inseridas as unidades de produção e aos hábitos alimentares das famílias. E ainda, entre as unidades observam-se diferenças significativas nos tipos de produções. Essas características conferem ao autoconsumo diferenças de importância entre a diversidade da agricultura familiar. De acordo com Maluf (2000) o Brasil possui uma grande heterogeneidade social, ou seja, um dos mais elevados níveis de desigualdades de renda do mundo. Por isso, nas distintas classes sociais existem diferenças quanto a variedade, qualidade e quantidade de alimentos. As famílias com menores condições em termos de renda, geralmente não apresentam um acesso regular e adequado a alimentos, mas ainda assim a alimentação ocupa o primeiro lugar nas despesas das famílias e compromete o acesso a outros bens e serviços. O gasto com alimentação é um dos indicadores de maior despesa da renda familiar, e o de maior prioridade entre as famílias pela necessidade diária de alimentos.

Conforme Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho do camponês, incluindo o ato de produzir é complexo, nos quais interagem o espaço, o meio ambiente, a cultura, a ideologia, a divisão do trabalho, a cooperação, as crenças e os costumes, todos agindo como um modelo ideal que é maior que um saber agrônomo. Esses autores contribuem com o debate, pois relacionam o modo de vida dos camponeses e seus saberes no trabalho com a terra, dando destaque ao processo de trabalho dos camponeses nordestinos mostrando que as relações de produção constroem espaços agrícolas e também sociais. O trabalho além de produzir cultivos, produz cultura, e desta forma, o ato da produção e do consumo é

uma ação total, social, política, ideológica e cultural (WOORTMANN E WOORTMANN 1997).

4.5 O sentido e a importância da produção para o autoconsumo

4.5.1 Produção de alimentos e segurança alimentar

Dentre diversos estudos em relação a agricultura familiar, destacam-se as pesquisas relacionadas ao autoconsumo (ainda que como tema pouco discutido na literatura brasileira), mostrando as vezes laços estreitos com a segurança alimentar ou com a pobreza rural. Para Sacco dos Anjos et al (2005, p. 3), autoconsumo familiar significa "produtos ou processos que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração, com base no uso da força de trabalho familiar". Desta forma, consideram-se todos os produtos de origem vegetal e animal e os processados pela agroindústria caseira que servem para alimentação da família.

Leite (2004) destaca que a produção para autoconsumo possibilita às famílias rurais um padrão médio de alimentação superior ao conjunto de famílias, com níveis de renda similares, que habitam as grandes cidades. Isso reforça o benefício da produção para o autoconsumo para as unidades de produção, principalmente para aquelas que se encontram em regiões com maior dificuldade de acesso a alimentos.

A discussão sobre a auto produção na agricultura torna-se relevante em função da importância e necessidade da produção de alimentos, ressaltando que para muitas famílias consiste num fator determinante para a continuidade das unidades de produção. De acordo com os estudos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), aproximadamente 800 milhões de pessoas passam fome, continuamente em todo o mundo hoje. A maior causa se deve a incapacidade de acesso aos alimentos em função da baixa renda. Por outro lado, muitas famílias agricultoras se mantêm e se reproduzem socialmente a partir de uma produção que é destinada basicamente para o consumo familiar. Leite (2004) comparando a alimentação de famílias urbanas e rurais observa que o autoconsumo possibilita às famílias rurais um padrão de alimentação superior às famílias urbanas situadas em níveis de renda similares.

Com a autoprodução de alimentos pode-se contribuir para a segurança alimentar das famílias, sobretudo em função da qualidade dos alimentos, visto que neste tipo de produção busca-se não utilizar agroquímicos e são seguidos os hábitos alimentares e os saberes locais das comunidades. Conforme Maluf (2000), o recurso da produção para autoconsumo, por sua vez, pode atenuar o problema da desnutrição no meio rural. E para as famílias que vivem no meio rural e que dispõem dos meios de produção necessários, a maneira mais segura de garantir a segurança alimentar é através da produção própria de alimentos.

4.5.2 A redução da vulnerabilidade

Esse tipo de produção origina uma renda não monetária, que colabora para assegurar a reprodução social da família, garantindo estabilidade econômica e reduzindo a vulnerabilidade. Segundo Chambers (1995) vulnerabilidade não significa carecer de algo, mas exposição e desproteção. Pode-se ainda relacionar a autoprodução com a identidade social das famílias de uma determinada região, através da manutenção dos aspectos culturais e esta contribuir para a sociabilidade e a reciprocidade das relações sociais por meio da troca de serviços e de alimentos entre vizinhos. A troca de excedentes pode funcionar como uma estratégia de sobrevivência. Palmeira (1991) realizou um estudo a respeito deste tema, referindo-se ao universo camponês, onde diz que estas “formas de reciprocidade” alimentam a sociabilidade na comunidade. O autor ressalta que “parentes ou não, as pessoas relacionam-se, no dia a dia, através de múltiplos fluxos de trocas”, ou seja, esta ajuda ou favores recíprocos garantem um compromisso de ambas as partes.

Woortmann (1978) mostra que a produção diversificada é uma estratégia que dá segurança às famílias rurais, uma vez que assim o agricultor não produz o que o mercado quer, mas sim o que ele necessita para suprir, primeiramente a necessidade alimentar da família, para depois atender ao mercado. Ocorrendo frustrações de safra, a produção para o autoconsumo adquire uma maior valorização pelas famílias, pois é o momento que a família percebe o quanto economiza com a produção desses produtos e ganha com a venda eventual das “miudezas”.

4.5.3 A melhoria das condições socioeconômicas

Por algum tempo, pensou-se que a produção para autoconsumo era uma produção atrasada e antieconômica, que não merecia esforços no sentido de desenvolver pesquisas em função da aparente pouca relevância que apresentava sendo considerada uma forma de reprodução do passado e vista como uma estratégia de resistência por parte das famílias.

Essa ideia continua sendo compartilhada por pesquisadores que afirmam que a produção para consumo das famílias prejudica a formação de agricultores, que dedicariam suas produções para a comercialização. Entretanto, outros a enxergam como uma opção ou alternativa econômica de renda através da economia de recursos e da venda do excedente. Para os estudiosos do campesinato e da agricultura familiar, é quase consenso que a produção para uso e consumo próprio de alimentos, bens e meios de trabalho continua a ser uma marca característica destas formas sociais (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2005).

A produção para o autoconsumo contribui para que sejam melhoradas as condições sócio-econômicas das unidades familiares, desta maneira, podendo colaborar para o desenvolvimento rural. De acordo com o DESER (2003/2004), um dos elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável da agricultura está na produção para o autoconsumo. É uma estratégia de proteção diante das incertezas e oscilações das produções comerciais, funcionando também como uma forma de economização, uma expressão discutida por Lovisoló (1989), utilizada para definir a possibilidade de economia de recursos financeiros que pode ser investida em outros bens. Outros autores, como Santos e Barreto (2005) concordam com esse ponto de vista e destacam como principal característica do autoconsumo a redução das despesas com alimentação. Sendo assim, o auto-abastecimento gera independência e fortalece a autonomia das famílias, no sentido de que assegura o controle de uma necessidade vital que é a alimentação.

Fica evidenciado a importância da produção destinada ao autoconsumo não só visto como uma forma de subsistência das famílias, mas pelo conjunto de relações que são tecidas no seio do núcleo familiar e fora dele. Com o autoconsumo, muitos aspectos são fortalecidos entre as famílias, como a independência e autoestima das comunidades.

4.6 A visão da economia sobre o autoconsumo

Conforme Delgado (2005) a medição empírica do setor de subsistência rural na atualidade apropria-se de noção já utilizada na história econômica por Celso Furtado, na qual é reconhecido pelo fato de não gerar excedentes de renda monetária, ou fazê-lo em proporções reduzidas. Esse autor lembra que a noção a respeito de setor de subsistência na literatura da história econômica brasileira não tem uma única interpretação, porém é quase sempre definido negativa ou residualmente. Constitui-se numa prática efetiva, mas invisível na contabilidade formal. Os valores de seus produtos não constam nas cifras oficiais do produto interno bruto dos países e tem sido um fenômeno pouco estudado pela teoria econômica. Um exemplo disso é que no Brasil, nos dados sobre o Produto Interno Bruto, não constam informações sobre os produtos destinados ao autoconsumo, não sendo mensurada assim, a importância dessa produção.

Especialistas que fizeram análises da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009, afirmam que o número de pobres no Brasil é inferior ao estimado no documento. Consideram que os pobres somam 19,9 milhões no Brasil e não os 30,5 milhões que haviam sido calculados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2008. A pobreza no Brasil vem sendo reduzida paulatinamente em função de uma série de fatores, como: crescimento econômico, aumento dos salários e expansão da política de transferência de renda. O fator que levou especialistas a reverem seus cálculos para afirmarem que o número de pobres é menor, é a crescente importância da renda não monetária na renda total da família, e quanto menor a renda total da família, maior é a importância das rendas não monetárias. De acordo com esses estudos, a renda não monetária, que inclui pesca, caça, coleta e troca de bens, representa 12,8% do rendimento médio da população e chega a significar 25,8% para os mais pobres. A produção para autoconsumo inclui-se na renda não monetária e para as famílias do meio rural pode representar valores mais significativos. Anjos, Del Grossi e Caldas (2010) analisaram os dados do PNAD e afirmam que somados estabelecimentos rurais e urbanos, são cerca de 6,1 milhões de famílias brasileiras que produzem para o autoconsumo. Esses valores mostram a importância dessa produção como uma estratégia de reprodução social das famílias, e economicamente falando é uma das principais razões da persistência da manutenção dessa produção. Segundo Leite (2004) o

autoconsumo apresenta um “efeito anticíclico”, pois essa produção pode compensar as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano agrícola, proporcionando uma renda total mais constante, além de garantir a reprodução e a alimentação do grupo social mesmo em épocas adversas.

É interessante lembrar que a renda agropecuária é o somatório da renda obtida pela venda de todos os produtos – renda monetária, somada ao valor da produção consumida pela família – renda não-monetária (considerando o valor de mercado dos produtos), menos o que foi gasto para a produção.

O valor das rendas não-monetárias na maioria dos casos são desconsideradas nas estatísticas por serem de difícil obtenção, embora já não haja dúvidas de que representam um valor bastante significativo na renda das famílias. As rendas monetárias em muitos casos são estimadas, pois para as propriedades que trabalham com culturas diversificadas ou que apresentam um fluxo de caixa não constante no mês, o cálculo é mais dificultoso. No caso das rendas não-monetárias, ocorre que muitas famílias não tem a noção do valor que muitos dos produtos produzidos e consumidos nas propriedades valeriam se fossem comercializados, ou valeriam se fossem comprados no comércio. Às vezes, os próprios agricultores desconhecem a quantidade e preços que deveriam ser atribuídos a frutas, verduras e produtos da chamada agroindústria caseira, que são consumidos no núcleo familiar. E quando tentam inferir valores, eles tendem a atribuir um valor inferior ao preço pago aos produtos no mercado, além de não enxergarem o papel relevante que essa produção assume como fonte indireta de renda, o que dificulta ainda mais a sua análise. Sendo assim, são poucos os trabalhos que consideram a produção para autoconsumo nas análises de viabilidade econômica, devido sua complexidade.

O valor da renda agropecuária não-monetária na composição da renda de agricultores familiares é importante, na medida que contribui para assegurar a alimentação básica garantindo a sustentabilidade da agricultura familiar e sua reprodução. Desta forma, o autoconsumo apresenta-se com uma função direta e indireta. De forma direta ele é importante porque garante consumo da família (renda não-monetária) e de forma indireta colabora com a renda adquirida pela venda do excedente (renda monetária), que por sua vez ajuda na compra de outros produtos.

4.7 As políticas públicas e o autoconsumo

A relativa facilidade de acesso ao crédito rural do PRONAF, a infraestrutura pública de transportes e serviços além de outros fatores externos à propriedade afetam diretamente as escolhas e tomada de decisão para o desenvolvimento das ações na unidade familiar. No entanto, isso somente, não garante o sucesso da agricultura familiar enquanto categoria social. Considerando toda sua diversidade, é de extrema importância políticas públicas específicas para cada tipologia da agricultura familiar.

Observa-se frequentemente que projetos e programas atuam no apoio e incentivo a áreas produtivas comerciais, deixando de estimular atividades destinadas ao auto-abastecimento das famílias que colaboram para a segurança alimentar e nutricional. É necessário o reconhecimento e incentivo à produção doméstica de alimentos que consiste num dos fatores da persistência da agricultura familiar enquanto categoria social e que ocupa um lugar peculiar e estratégico para o desenvolvimento do meio rural.

O termo Segurança Alimentar ganhou destaque após a Primeira Guerra Mundial, momento em que ficou claro que um país que dispõe de suprimentos alimentares, dispõe de uma poderosa arma contra países que não dispõem de meios para atender sua própria demanda. Nesse sentido, o abastecimento alimentar adquire um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação depende de sua capacidade de autoprovisão de alimentos e de matérias-primas (HIRAI, 2008).

Hirai (2008) ressalta que no Brasil, a política de Segurança Alimentar adquiriu ampla visibilidade apenas nos anos 1990, quando seus objetivos centrais voltaram-se não apenas à questão do suprimento das necessidades alimentares da população e autosuficiência nacional na produção agroalimentar, mas diante de esforços no sentido de incorporar outros aspectos relativos ao acesso aos alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos. A temática da Segurança Alimentar tornou-se um desafio mundial desde a Declaração de Roma, em 1996 e, apesar da segurança alimentar ter se convertido em um direito humano e de todo o avanço científico e tecnológico para a produção farta de alimentos, existem milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo.

Hoje, há o reconhecimento por parte do governo e da sociedade civil, de que a insegurança alimentar tem como causa a falta de poder aquisitivo de quase um terço da população brasileira. Daí a necessidade de pensar em políticas públicas com participação e decisão democrática, para que as necessidades regionais e locais sejam levadas em consideração e estejam de acordo com os anseios da população.

Gazolla (2004) afirma que as políticas públicas acabam sendo uma maneira de reforçar o padrão de desenvolvimento agrícola que, em larga medida, é o responsável pelo solapamento da reprodução social e alimentar dos agricultores familiares. As estratégias seguidas pelas políticas públicas seguem apoiando e financiando a especialização produtiva com o cultivo de grãos e a integração agroindustrial, estimulando a intensificação do padrão tecnológico moderno.

Países da América Latina como Argentina e Chile, parecem estar à frente na discussão sobre segurança alimentar e fome, e reconhecem a contribuição que a produção para o autoconsumo pode fornecer para a diminuição da pobreza e da insegurança alimentar. Assim, esses países criaram programas específicos nessa área “Pro-huerta” (Argentina) e “Apoyo a la Producción Familiar para el Autoconsumo” (Chile).

O Pro-Huerta é um programa de segurança alimentar desenvolvido a âmbito nacional, financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e executado pelo Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA). Surgiu em 1990, como resposta a um estudo realizado em todo país, demonstrando o baixo peso das crianças e sua relação com a alimentação deficiente. O referido programa tem como objetivos: complementar a alimentação de grupos populacionais com necessidades básicas insatisfeitas através da produção em pequena escala de hortaliças e outros alimentos, incorporando nessas populações o hábito de consumir alimentos de maior qualidade, por meio de uma dieta mais balanceada, e a consequente redução dos gastos familiares com esses produtos. Tem como objetivo ainda, difundir e capacitar os beneficiários do programa sobre a prática da horta orgânica e da produção de animais de pequeno porte, e incrementar a participação comunitária dos beneficiários, para a solução dos problemas de alimentação.

O programa Chileno é bem mais recente, teve início no ano de 2006, mas conforme seus coordenadores apresenta resultados satisfatórios e vem sendo expandido para um número maior de famílias. Foi criado com o objetivo de fortalecer

as capacidades das famílias em gerarem seus próprios alimentos, através de técnicas simples relacionadas com o cultivo de hortaliças, criação de animais e coleta de frutos ou espécies marinhas. O programa objetiva também trabalhar em sete áreas: produção, preservação, processamento e preparação de alimentos, administração do orçamento familiar, promoção de hábitos alimentares saudáveis e distribuição equitativa das tarefas domésticas.

Esses programas isoladamente não irão resolver a problemática da fome e da pobreza rural em seus referidos países, entretanto surgem como um instrumento que deve estar entre de um conjunto de políticas públicas que servem para reduzir a vulnerabilidade das famílias beneficiadas.

No Brasil, sob o guarda chuva do programa Fome Zero, o governo federal criou uma série de iniciativas que contemplam ações de caráter estrutural, programas de garantia de renda mínima e políticas de transferência de renda. Entretanto, isoladamente essas políticas públicas não bastarão para deixar-se falar de pobreza, de insegurança alimentar e de fome. Estes programas podem colaborar, mas o fundamental é enxergar o potencial de superação da problemática alimentar que a produção para o autoconsumo tem para enfrentar as desigualdades sociais.

Embora nos últimos anos tenham ocorrido avanços nos dados da insegurança alimentar em função das políticas públicas que tem como foco a superação das desigualdades e exclusão, os números não estão diminuindo no ritmo esperado.

Para um grupo significativo de famílias é necessário o incentivo a comercialização de produtos comerciais e de produtos excedentes, e isso exige um esforço no sentido de facilitar informações sobre a compra pelos programas governamentais (PAA, PNAE) e um auxílio para o transporte desses produtos, visto que muitos agricultores estão em regiões distantes dos centros urbanos. É fundamental também o incentivo a comercialização em feiras e redes de supermercados, pois no RS, por exemplo, em muitos municípios do interior do estado verifica-se que a maioria dos produtos são provenientes de outras regiões ou da CEASA de Porto Alegre. Entretanto é necessário que haja também o incentivo à produção para o autoconsumo, buscando fortalecer as capacidades das famílias na produção de seus próprios alimentos.

O incentivo à produção para o autoconsumo consiste numa via simples, estratégica e econômica e deve ser assumida como prioridade das políticas públicas, dentro de conjunto de intervenções coerentes e sistemáticas de combate a

pobreza e de promoção da equidade social, através da geração de trabalho e renda para os grupos ameaçados pela insegurança alimentar. Ou seja, deve ser entendido como um eixo estratégico para que se alcance a segurança alimentar das famílias rurais, dentro de uma proposta maior que vise o desenvolvimento.

Embora o autoconsumo não contemple todas as necessidades alimentares das famílias, podendo inclusive ser deficitário em determinados nutrientes (Norder, 2004; Santos, Biolchi e Angelis, 2006), alguns estudos tem evidenciado que as famílias rurais em melhores condições de segurança alimentar são aquelas cujos índices de produção para autoconsumo são mais elevados (Norder, 2004; Dombek, 2006).

5 AGRICULTURA E PECUÁRIA FAMILIAR

5.1 A diversidade da agricultura familiar

O debate sobre a agricultura familiar ganha força no meio político e acadêmico na década de 90, com a superação de algumas noções frequentemente atribuídas as formas familiares de produção como: pequeno agricultor, agricultor de subsistência, trabalhador rural, etc. Este debate culmina com a criação da lei da agricultura familiar (lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), tendo num primeiro momento um cunho político que buscava definir quem seriam os beneficiários das novas políticas públicas. O termo agricultura familiar, tem uma série de definições e um conjunto de características próprias. Entretanto, parece existir certa dificuldade em definições precisas para descrever quem são os agricultores familiares, o que acaba por sugerir a utilização do conceito que é utilizado para o enquadramento dos agricultores nas políticas públicas.

A principal das políticas públicas para a agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1995 e que teve como objetivo minimizar o problema das desigualdades entre os produtores. O PRONAF vem disponibilizando crédito para uma parcela importante da população rural que historicamente foi excluída das políticas de governo, mas responde pela produção da maioria dos produtos consumidos no mercado interno.

Segundo o PRONAF, o agricultor familiar é caracterizado, para fins de atendimento do público alvo do programa, como sendo: (a) aquele que possui 80% da renda originária da atividade agropecuária; (b) detém ou explora estabelecimentos com área até quatro (4) módulos fiscais; (c) explora a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; (d) utiliza mão-de-obra essencialmente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; e (e) reside no imóvel ou em aglomerado rural próximo.

De acordo com o convênio FAO/INCRA, pode-se definir a agricultura familiar a partir de três características centrais:

(a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e (c) a propriedade dos meios de produção, embora

nem sempre da terra, pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p. 4).

A discussão sobre a agricultura familiar é recente no Brasil e diferentes vertentes teóricas vêm se ocupando na construção de conceitos. No sul do Brasil a categoria social hoje reconhecida como agricultura familiar teve origem a partir das formas produtivas criadas pelos imigrantes europeus que se estabeleceram no estado e buscaram sua sobrevivência e a reprodução familiar.

Ploeg (1992) enxerga os agricultores familiares como uma categoria heterogênea, com propriedades e com estilos diferentes de produção que variam em função dos graus de mercantilização e do processo de trabalho a que a propriedade está exposta. Ribeiro (2003) complementa esta ideia dizendo que existe uma diversidade enorme de “tipos” de produtores familiares que devem ser considerados e compreendidos a partir das suas diferenças. A heterogeneidade entre os agricultores origina diversas classificações e tipologias que apresentam como critério na formação dos grupos os aspectos sócio-econômicos, a lógica de funcionamento da propriedade, a relação com o mercado, etc.

Para Lamarche (1993) a exploração familiar, como conceito de análise, é a unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Muitos autores buscam descrever a agricultura familiar como um contraponto da agricultura patronal, elencando as diferenças que existem entre elas. Veiga (1996) trás um comparativo entre a agricultura familiar e patronal.

Tabela 3 - Diferenças entre agricultura familiar e agricultura patronal.

Modelo Patronal	Modelo Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões <i>in loco</i> , condicionadas pelas especificidades do processo produtivo.
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Veiga, 1996

Friedman (1986) aponta uma vantagem competitiva que a produção familiar apresenta em relação à produção capitalista; na produção familiar os custos são menores porque nas unidades familiares não existe uma necessidade estrutural pelo lucro e há uma flexibilidade do consumo. A racionalidade das famílias volta a produção econômica para sua reprodução social, através do atendimento das necessidades básicas, ou seja, existe uma lógica própria de reprodução e, a produção para o autoconsumo pode representar um exemplo clássico dessa lógica.

Em relação às políticas públicas para a agricultura no Brasil, constata-se que estas sempre privilegiaram a agricultura patronal, produtora de commodities destinados para exportação. Tanto é que, na década de 60 é lançado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com o objetivo de modernizar a agricultura do país, que disponibilizou a grandes produtores um montante alto de recursos a juros subsidiados, para que modernizassem a base técnico-produtiva de suas propriedades. O projeto modernizador teve como finalidade aumentar a produtividade agrícola, aumentando as exportações e formando um mercado interno para produtos como tratores e fertilizantes. Porém, apresentou também um lado negativo, aumentando o êxodo rural, a pobreza e as desigualdades entre produtores e entre regiões.

Na década de 80, houve uma mudança na política agrícola, e o governo passa a adotar a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com o objetivo de influenciar indiretamente os produtos e a quantidade deles, entretanto, os beneficiários dessa política continuaram sendo os grandes agricultores, especialmente os produtores de grãos.

Schneider (1999) explica a permanência das unidades familiares dentro do sistema capitalista dizendo que existem formas sociais no capitalismo que o capital não conseguiu subordinar inteiramente a sua dinâmica. Abramovay (1992) apresenta e discute três explicações para o comportamento e permanência das formas familiares de produção: a maximização do lucro (utiliza os recursos que dispõe de acordo com sua lógica econômica e racionalidade visando o lucro), a minimização do risco (por viverem num ambiente hostil e cheio de incertezas organizavam a produção para ao menos conseguirem suprir as demandas da família) e a aversão à penosidade (a família trabalha até garantir a sua reprodução; o trabalho a mais que terá que realizar é avaliado de acordo com a necessidade e a vontade). Este mesmo autor ressalta a importância de diferenciar os camponeses dos agricultores familiares. Para Abramovay (1992), o campesinato sofreu uma metamorfose que os transformou em agricultores familiares.

5.2 Um dos aspectos da diversidade: a pecuária familiar

Tanto no período colonial, como nos séculos XIX e XX, há registro da presença de pequenos proprietários, situados ao largo da grande propriedade, em terras de pior qualidade e sem chegar a constituir um estrato social expressivo, com identidade cultural distinta (FOCHEZATTO, *et al.*, 2004). De lá para cá, houve mudanças na estrutura fundiária do estado, inclusive nas regiões dos latifúndios. As estâncias¹³ que ocupavam grandes extensões de áreas e durante muito tempo predominavam na paisagem, foram se fracionando pelo resultado de heranças, pagamento de dívidas ou compra, e deram origem a um número significativo de propriedades menores.

¹³ Com baixas rentabilidades por área, pouco planejamento e administração, baixa produtividade e pouca tecnologia, garantiram por séculos aos donos da terra um bom padrão de vida pela escala de produção.

Parte importante destes estabelecimentos, entremeados aos latifúndios pastoris, apesar de áreas limitadas e recursos restritos, manteve a lógica produtiva da região baseada em bovinos de corte, tendo como referência o sistema de produção das estâncias. Ribeiro (2003) diz que são os herdeiros empobrecidos das sesmarias que vem tentando sobreviver a partir da pecuária, atividade histórica, adaptada ao ambiente, pela qual o homem tem familiaridade e gosto, sendo adequado à sua formação e aos seus valores culturais. Esse gaúcho peão, com o passar do tempo e com o processo de desenvolvimento vem sofrendo uma metamorfose como forma de garantir sua sobrevivência e de sua família, e então aspira a posição de detentor dos meios de produção (terra, capital e mão-de-obra) transformando-se num pequeno produtor de bovinos de corte, ou melhor, num pecuarista familiar.

Ribeiro (2003) expõe que o termo pecuarista familiar tem sido utilizado para indicar um “tipo” diferenciado de agricultor familiar que se dedica basicamente à pecuária (bovina e/ou ovina) de onde provém a maior parte de sua renda. Alguns pecuaristas familiares complementam a renda com cultivos agrícolas ou venda de excedente de produções para o autoconsumo.

A pecuária de corte atualmente se apresenta de forma complexa e diferenciada entre as regiões do estado em que está presente, e compõe sistemas de produção com diferentes formatos (isolados ou em conjunto com outras atividades e com diferenças econômicas entre os sistemas de produção). Andreatta *et al.* (2009) indica que os agentes ou atores sociais estão mais pulverizados, anteriormente os pecuaristas estavam localizados mais ao sul, enquanto os colonos e agricultores familiares mais ao norte, e atualmente, eles são figuras presentes em ambas as regiões.

A EMATER/RS, na tentativa de identificar seu público nas regiões onde existem pecuaristas familiares, buscou caracterizá-los a partir da definição de agricultor familiar. Para isso, foram realizados seminários internos em 1999 e 2000 nas regiões administrativas com maior representatividade deste público (MIRANDA 2004). Assim, para a EMATER/RS o pecuarista familiar¹⁴ é aquele que contempla os

¹⁴ A partir da lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, através de seu artigo 4º, itens I, II, III, IV e V, entende-se por pecuarista familiar, para fins do Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar - aqueles produtores rurais que atendam conjuntamente a:

I- Produção de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos de corte e/ou ovinos;

seguintes itens: a) tem como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte/ovinos ou tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural; b) proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha¹⁵; c) more na propriedade rural ou aglomerado urbano próximo; d) tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária; e) use mão-de-obra familiar, considerando-se os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (PRONAF); f) tenha renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais. Importante lembrar que esta foi uma definição utilizada para delimitar o público da extensão rural e não teve como intenção estabelecer uma definição conceitual, entretanto foram esses os critérios considerados neste trabalho para identificar a campo os pecuaristas familiares.

Ribeiro (2003), Cotrim (2003), Focchezato *et al.* (2004), entre outros autores, demonstram preocupação com o número significativo de pecuaristas familiares que apesar de sua baixa renda, não se enquadram nos critérios das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar, como o RS Rural e o PRONAF. A pecuária de corte ainda é vista como sendo uma atividade de grande porte, e essa imagem contribui para não ser contemplada pelas políticas públicas. Embora os pecuaristas familiares tenham características muito semelhantes aos agricultores familiares, possuem peculiaridades que diferenciam seus sistemas de produção (um pode ser o limite de área), e assim, acabam não sendo contemplados pelas políticas públicas por falta de conhecimento dos gestores públicos sobre as especificidades dessa categoria social.

Em relação à caracterização do pecuarista familiar em seus vários aspectos, alguns trabalhos foram realizados no RS, como Cotrim (2003), Sandrini (2005), Alende (2006), Porto (2008), Ribeiro (2009) e Sá Brito (2010).

II- Produção predominantemente familiar, podendo utilizar mão-de-obra contratada até 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III- Posse, a qualquer título, de propriedades rurais com área não superior a 300 há (trezentos hectares), contínua ou não;

IV- Residência na propriedade ou em local próximo;

V- Obtenção de, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

¹⁵ Para fins de crédito do PRONAF, era considerado o limite máximo de 6 módulos fiscais para delimitar o pecuarista familiar.

Cotrim (2003) através de seu estudo identificou três “tipos” de pecuaristas familiares. O primeiro tipo identificado é formado por produtores que na sua maioria são herdeiros dos estancieiros da região que gradualmente tiveram suas áreas reduzidas; esse grupo foi chamado de “pecuarista familiar tradicional”. O segundo tipo identificado é formado na sua maioria por descendentes de peões e agregados que trabalhavam nas estâncias. Conforme o autor este tipo implementa diversos cultivos além de atividades não agrícolas, e por isso foram denominados de “pecuaristas familiares pluriativos”. O terceiro tipo identificado é formado por criadores de gado de corte de forma extensiva, mas que estão mais inseridos no mercado da carne, comercializando gado diretamente para os frigoríficos ou para intermediários e assim esse grupo foi chamado de “pecuarista familiar comercial”. O autor ressalta que os pecuaristas analisados possuem realidades diferentes embora seus sistemas de produção sejam semelhantes, e chama atenção para a necessidade de políticas públicas específicas.

Sandrini (2005) realizou um estudo para a identificação das principais formas de inserção dos pecuaristas familiares do sul do RS na cadeia da carne, bem como os principais fatores ou variáveis que explicam as formas de inserção. Como resultado, identificou três formas de inserção das unidades familiares na cadeia da carne, as unidades autônomas que comercializam o gado no momento em que necessitam de dinheiro, as unidades familiares diversificadas com médio grau de mercantilização que comercializam o gado principalmente no momento em que o preço está elevado, e as unidades familiares com alto grau de mercantilização que vendem o gado quando o mesmo encontra-se pronto para o abate.

Alende (2006) realizou um trabalho buscando identificar os agricultores familiares da Fronteira Oeste do RS, bem como suas condições de trabalho para garantirem sua reprodução sócio-econômica. Assim, discutiu as potencialidades e limites das várias categorias e sistemas de produção que integram a agricultura familiar. Seu estudo se destaca por constatar uma diversidade tanto de fatores naturais quanto de elementos humanos que regem a complexidade da dinâmica da espacialização agrária da Fronteira Oeste (ALENDE, 2006). Segundo este autor, dentre estes sistemas pesquisados, um número grande de estabelecimentos familiares trabalha com pecuária de corte, com diversos subsistemas produtivos.

Porto (2008) realizou um estudo de caso na região da Campanha Meridional através da caracterização da pecuária familiar no município de Bagé, concluindo que

a pecuária familiar se mostra aderente ao conceito de agricultura familiar levando-se em consideração suas especificidades próprias, inerentes ao processo produtivo pecuário, e se constituindo em sistemas de produção adaptados ao meio ao qual estão inseridos.

Ribeiro (2009) utiliza o conceito de modo de vida como conceito teórico principal na busca de explicações das estratégias de sobrevivência e reprodução dos pecuaristas familiares. Esse autor identificou cinco características do modo de vida dos pecuaristas familiares. A primeira é a bovinocultura de corte como principal atividade agrícola, praticada sobre pastagens naturais e com baixo uso de insumos externos sendo os bovinos de corte considerados mercadoria de reserva; a segunda é a autonomia em relação ao mercado estabelecendo estratégias de comercialização a partir das necessidades da família; a terceira é o uso principal da mão-de-obra da família associada com uma troca de serviços com os vizinhos; a quarta é a grande quantidade e a grande importância que a aposentadoria rural representa para os pecuaristas familiares; e a quinta é a presença do autoconsumo de maneira significativa representada não pelo consumo de vegetais, mas pelo consumo de carne bovina e, principalmente ovina.

Sá Brito (2010) buscou compreender quais são as dinâmicas e os grupos sociais presentes na APA do Rio Ibirapuitã (APA do Bioma Pampa) e a relação que mantêm. Estudou também as estratégias que permitiram à categoria familiar se reproduzirem econômica e culturalmente, mesmo inviabilizados naquele ambiente, além dos fatores limitantes para a ampliação de sua reprodução. Identificou várias categorias de agricultores familiares e uma grande diversidade de sistemas de produção que desenvolvem. Um dos tipos identificados na categoria familiar foi o pecuarista familiar que pratica a pecuária de corte de maneira extensiva e pouco especializada.

Apesar de já existirem alguns estudos sobre a pecuária familiar, ainda verifica-se uma falta de pesquisas sobre a situação sócio-econômica e do perfil dos produtores rurais que se dedicam a pecuária de corte. A caracterização da pecuária familiar e suas tipologias são importantes para os formuladores de políticas públicas e dos órgãos de assistência técnica e extensão rural para que realizem ações de intervenções em nível de propriedade e de políticas públicas para cada grupo identificado.

6 A PECUÁRIA FAMILIAR E A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

Para compreender como se dá a produção para o autoconsumo nos estabelecimentos de pecuária familiar, é importante ressaltar características gerais sobre as famílias pesquisadas, que colaboram para o entendimento da pecuária familiar no município. As características discutidas foram obtidas a campo e são relacionadas ao núcleo familiar, as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade, a relação com o mercado e a representatividade da produção para o autoconsumo e sua importância em seus vários aspectos.

A fragilidade do ecossistema da região acaba limitando algumas produções agrícolas, reafirmando que a vocação da maioria das áreas tem aptidão para pecuária de corte a partir do campo natural. Ao mesmo tempo em que os sistemas de produção de pecuária poderiam ser vistos como rudimentares e talvez pouco sustentáveis do ponto de vista econômico (Fochezatto, *et al.*, 2004), é um sistema de produção que colabora para manter o equilíbrio dos ecossistemas regionais através da preservação da flora e fauna originais da região, garantindo uma produção com sustentabilidade. E neste processo, é importante ressaltar e considerar o grande saber que os pecuaristas familiares detêm em relação ao ambiente em que estão inseridos, pois esse conhecimento foi construído no dia a dia a partir da convivência harmônica com o ambiente e interferências mínimas, favorecendo a preservação das características naturais da região. A maneira como os estabelecimentos familiares são conduzidos, é fruto de um conjunto de valores e de uma lógica própria; uma racionalidade que considera a reprodução da família e os objetivos para o futuro e não somente os resultados econômicos. Essa maneira de ver o meio rural como espaço de produção, moradia e especialmente reprodução social será apresentada por meio dos dados colhidos diretamente com os pecuaristas familiares. E é a partir do entendimento e dinâmica familiar que surgem os esclarecimentos para o comportamento baseado nas diferentes estratégias de reprodução social.

Foi possível observar a heterogeneidade dos pecuaristas familiares no que diz respeito aos recursos que dispõem (diferenças nas condições de solo, tamanho das propriedades, etc), aos objetivos para o futuro (produção e família), ao acesso ao conhecimento e ao mercado. Nesta perspectiva as tradições culturais também podem influenciar acentuando as diferenciações, e podem refletir no

desenvolvimento de diferentes condições sociais e rendas familiares. Para o conjunto de agricultores familiares, Ploeg (1992) já havia os identificado como uma categoria heterogênea, pois contam com propriedades com estilos diferentes de produção que variam em função dos graus de mercantilização e do processo de trabalho a que a propriedade está exposta.

As unidades familiares de pecuária se encontram entremeadas às unidades de produção maiores, o que dificulta sua identificação e sua organização. Observam-se dificuldades de se reunirem em função das distâncias e ausência de transporte particular na maioria dos casos (para participarem de reuniões, por exemplo). Isso é negativo para a categoria de pecuaristas familiares que não conseguem se organizar e unirem forças para mostrarem suas necessidades e reivindicarem o acesso a melhorias produtivas que trariam reflexos na qualidade de vida das famílias.

Assim, na busca de tentar compreender melhor as unidades familiares pesquisadas, estratificou-se a realidade estabelecendo a tipologia de produtores, tentando identificar e explicar possíveis comportamentos diferentes entre grupos. Dentro de um mesmo sistema de produção, no caso, os sistemas de produção de pecuária familiar observam-se racionalidades distintas, ou seja, diferenças no modo de saber-fazer que interferem no resultado final em termos econômicos, sociais e ambientais.

Essas classificações e tipologias têm como objetivo a melhor compreensão dos sistemas de produção de cada grupo afim da proposição de políticas públicas e ações de intervenção no meio rural. Em uma pré-tipologia realizada com informantes qualificados, sugere-se a formação de dois grupos entre os pecuaristas familiares: aqueles que dependem de alguma forma da aposentadoria rural e aqueles que dependem da atividade pecuária. O critério utilizado para a formação dos grupos se deu a partir do julgamento da dinâmica central dos estabelecimentos, ou seja, a característica principal que poderia explicar a sua reprodução econômica. De posse dos dezesseis questionários utilizados para as entrevistas a pré-tipologia se confirma acrescentando-se uma categoria a mais, os estabelecimentos que apresentam assalariamento, e fica com a seguinte configuração.

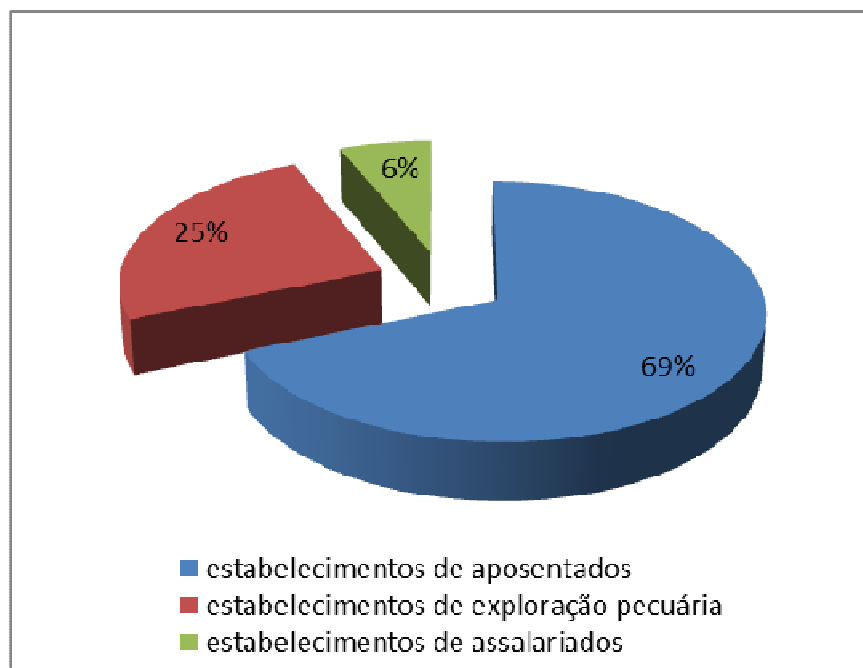


Figura 9 - Tipologia dos estabelecimentos pesquisados

A aposentadoria está bastante presente nos estabelecimentos entre a categoria social pesquisada (69%) e tem contribuído para a organização social e produtiva das famílias. Em muitos casos é a aposentadoria que tem garantido a permanência dessas famílias no campo com uma razoável qualidade de vida. De acordo com os entrevistados, este benefício social é responsável pelas despesas da casa e por pequenos custos com as atividades agrícolas não havendo a necessidade de comercialização dos animais frequentemente.

Pôde-se observar que algumas famílias de aposentados que hoje trabalham prioritariamente com pecuária de corte, antes da aposentadoria trabalhavam em outras atividades, como pecuária de leite ou lavouras anuais de grãos. Relatam que a pecuária de corte sempre constituiu-se numa alternativa de renda nas propriedades e com a necessidade de um trabalho menos penoso e depois de uma renda fixa garantida mensalmente (aposentadoria), a pecuária passou a ser a principal atividade dessas famílias, tendo no gado uma poupança.

As propriedades que tem sua maior fonte de renda a atividade pecuária são 25% e aquelas em que o assalariamento tem um valor superior representam 6% dos estabelecimentos.

As informações que forem diferenciadas entre os três tipos encontrados na tipologia serão ressaltadas, caso contrário serão discutidas no grande grupo. O autoconsumo entre os três tipos será melhor discutido mais adiante.

6.1 Características do núcleo familiar

Foram entrevistadas dezesseis famílias de pecuaristas familiares no município de Manoel Viana, somando quarenta e sete pessoas envolvidas. Das dezesseis famílias entrevistadas duas delas possuem também residência urbana, na qual as esposas se dividem entre a moradia rural e urbana a fim de atenderem os filhos que vivem na cidade. A tabela abaixo apresenta o número de integrantes de cada família.

Tabela 4 - Número de integrantes das famílias entrevistadas

Número de integrantes	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
1 pessoa*	1	6,25	6,25
2 pessoas	7	50,00	56,25
3 pessoas	5	25,00	81,25
4 pessoas	1	6,25	87,50
5 pessoas	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

* Considerou-se uma pessoa, entretanto finais de semana a esposa e dois filhos pequenos residem na propriedade rural.

A maior parte das famílias entrevistadas é composta de duas pessoas sendo estes na sua maioria formada de um casal de pessoas com idade que variam de 45 anos a 80 anos. Algumas das famílias de três integrantes também são de pessoas de mais idade, onde além do casal vive um parente próximo como irmão/irmã ou filho/filha que optaram em permanecerem com os pais. As duas famílias de cinco integrantes da amostra pesquisada são compostas da “união” de duas famílias, ou seja, uma delas é um casal que cedeu parte da propriedade para seu filho e este casou e tem um filho pequeno (mora em outra residência na propriedade, mas realizam as refeições juntos), e outra são dois casais de primos (moram na mesma casa) e um deles tem um filho pequeno. Estes dados demonstram que o número de indivíduos que integram o núcleo familiar é relativamente pequeno, muito distinto da época das famílias numerosas. De acordo com Modolo (2009) a tradição da família numerosa principalmente nas áreas rurais, no passado funcionou como uma espécie de proteção dentro da própria família aos pais que ficariam idosos, ficando normalmente o filho mais velho com o encargo de cuidar dos pais idosos. A tabela 5 retrata a faixa etária dos integrantes das famílias entrevistadas.

Tabela 5 - Faixa etária dos integrantes das famílias entrevistadas

Faixa etária dos integrantes das famílias	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0 - 10 anos	2	4,54	4,54
11 - 20 anos	3	6,82	11,36
21 - 30 anos	2	4,54	15,90
31 - 40 anos	7	15,91	31,81
41 - 50 anos	5	11,36	43,17
51 - 60 anos	8	18,19	61,36
Mais de 60 anos	17	38,64	100,00
Total	44	100,00	

A tabela 5 indica um envelhecimento da população que está envolvida com a pecuária familiar. Mais da metade dos integrantes tem idade superior a cinquenta anos, dados que corroboram as informações encontradas por Ribeiro (2009) para os municípios de Bagé (42,2% com mais de 60 anos), Dom Pedrito (32% mais de 60 anos) e Quaraí (30% mais de 60 anos), envolvidos na atividade da pecuária familiar.

Por ser uma atividade relativamente pouco exigente em mão-de-obra, comparada com outras rurais, muitas famílias que trabalhavam com grãos e leite, após certa idade transformaram seus sistemas de produção e passaram a se dedicar à bovinocultura de corte. O envelhecimento da população rural tem sido tema de diversos autores tais como Abramovay (1998), Camarano & Abramovay (1998), Silvestro (2001), Spanevello (2008) entre outros, e tem relação estreita com os problemas de sucessão familiar pelas quais muitas propriedades estão passando. A perspectiva de continuidade dos filhos no meio rural de certa forma é preocupante, e os dados são melhor observados na tabela 6.

Tabela 6 - Perspectiva de continuidade dos filhos na atividade pecuária

Perspectiva de sucessão	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Filho (s) desenvolve(m) outra profissão na cidade e não quer(em) voltar	6	37,50	37,50
Filho(s) que mora(m) na propriedade pretende(m) seguir no campo	5	31,25	68,75
Filho (s) que mora(m) junto não quer(em) ficar no campo	1	6,25	75,00
Filho(s) que mora(m) na cidade quer(em) voltar para o campo	1	6,25	81,25
Não sabem ainda porque os filhos são pequenos	2	12,50	93,75
Não tem filhos	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

Aproximadamente 38% das famílias expõem terem a sucessão garantida, no entanto, a maioria delas (44%), relata que os filhos já construíram suas vidas na cidade (família e emprego) e não apresentam planos de voltarem para o campo e/ou não querem ficar no campo. “A campanha é só para nós velhos” (entrevistado 7). Outras famílias ainda não sabem como será o futuro ou não têm filhos. Esta realidade compromete as unidades familiares de produção que trabalham com pecuária, além de contribuir para a diminuição da população do meio rural.

Se antigamente o processo sucessório era uma escolha realizada pelos pais que apontava o filho mais preparado para assumir a propriedade ou aquele considerado menos apto aos estudos, hoje se observa que os filhos tem um poder maior de decisão em continuar ou não na atividade rural e que geralmente sua opção é respeitada pelos pais. A desistência dos filhos pela ocupação agrícola está baseada em diferentes razões como: renda, penosidade do trabalho agrícola, desvalorização da ocupação, falta de reconhecimento do trabalho feminino, entre outras (BRUMER e SPANEVELLO, 2008).

Silvestro *et al.* (2001) relata que a cidade aparece como horizonte promissor quanto menor é a renda familiar. A vontade de que os filhos saiam da propriedade em muitos casos acaba sendo dos pais, visto que acreditam que as condições da propriedade não são boas (pouca área e infraestrutura) e a cidade pode oferecer melhores condições de vida. Na tabela 7 mostra-se a composição em relação ao gênero dos integrantes das famílias entrevistadas.

Tabela 7 - Constituição dos integrantes das famílias entrevistadas

Constituição das famílias	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Homens	25	56,82	56,82
Mulheres	19	43,18	100,00
Total	44	100,00	

A diferença de homens e mulheres entre as famílias pesquisadas não representa ser muito significativa, embora haja uma tendência ao número de mulheres reduzir em função de que as meninas saem do meio rural para estudar e não retornam. De acordo com Camarano e Abramovay (1998) na década de 1990, a saída da população do campo estava concentrada na faixa etária mais jovem (homens de 20 a 24 anos e mulheres de 15 a 19), com maior proporção de moças. Segundo Brumer e Spanevello (2008) os motivos para a maior emigração das mulheres se deve ao esforço físico necessário para o desenvolvimento da atividade agrícola, a possibilidade de continuar os estudos, não gostar da agricultura, buscar independência financeira, pouco reconhecimento do seu trabalho, etc. A tabela a seguir exibe o grau de escolaridade dos membros das famílias.

Tabela 8 - Grau de escolaridade dos integrantes das famílias entrevistadas

Grau de escolaridade	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Não alfabetizado	1	2,27	2,27
Analfabeto	6	13,64	15,91
Primeiro grau incompleto	28	63,64	79,55
Primeiro grau completo	4	9,09	88,64
Segundo grau incompleto	3	6,82	95,46
Segundo grau completo	1	2,27	97,73
Superior incompleto	0	0,00	97,73
Superior completo	0	0,00	97,73
Pós-graduação	1	2,27	100,00
Total	44	100,00	

Analisando os dados, pode-se perceber que o grau de escolaridade das famílias é bastante baixo. Aproximadamente 78% dos entrevistados não completaram nem o primeiro grau. Todos relatam sobre as dificuldades que passaram para tentar estudar; que as distâncias eram grandes, os meios de transporte escassos e os pais não faziam questão que estudassem, pois julgavam

mais necessário a ajuda nas atividades agrícolas. De acordo com o IBGE (2006) a maior parte dos produtores agropecuários do país tem baixa escolaridade. Segundo o levantamento, a "grande maioria" dos produtores é analfabeta ou sabe ler e escrever, mas não tem nenhum estudo (39%) ou tem ensino fundamental incompleto (43%), totalizando mais de 80% dos produtores rurais do país. Entre as mulheres, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto entre os homens, essa taxa é de 38,1%. Apenas 3% dos produtores têm ensino superior no Brasil, de acordo com o Censo.

6.2 Características sócio-produtivas das unidades familiares

Importante perceber a identidade que os “criadores de gado em pequena escala” têm deles próprios. Se para a sociedade o termo agricultor familiar é relativamente recente, a denominação pecuarista familiar é mais jovem ainda. Os entrevistados em um primeiro momento se identificam como: produtores rurais, criadores, pecuaristas ou ainda como agricultores. Essa ideia de identidade que carregam é o resultado e a herança da formação histórica do estado e das condições sociais e econômicas de seus primeiros habitantes, que permanece em alguns hábitos dos moradores de hoje. Desta maneira, os pecuaristas familiares carregam algumas características e se identificam mais semelhantes com os grandes proprietários do que com os agricultores familiares, pela atividade que desenvolvem. Assim, nenhum dos entrevistados se designou como pecuarista familiar embora depois de explicações a respeito desta categoria social, tenham se identificado com o termo. “É [...] é isso aí que a gente é” (entrevista 16), disse um pecuarista familiar ao compreender as características que os definem.

De acordo com Garcia Junior (1989) a criação de gado soma-se à agricultura e ao negócio como forma de obtenção da renda que garante o consumo doméstico necessário e permite a reprodução das condições sociais de produção. Desta forma, o autor indica que o gado faz parte das estratégias de sobrevivência de várias categorias sociais de agricultores.

Todas as famílias pesquisadas têm origem rural, ou seja, nasceram e se criaram no campo. O tempo em anos, que as famílias vivem na propriedade é apresentado na tabela 9.

Tabela 9 - Número de anos que a família vive na propriedade

Tempo	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
até 5 anos	3	18,75	18,75
6 - 10 anos	3	18,75	37,50
11 - 20 anos	1	6,25	43,75
21 - 30 anos	2	12,50	56,25
Mais de 30 anos	7	43,75	100,00
Total	16	100,00	

A maioria das famílias vive a mais de vinte anos na propriedade. Aqueles que declararam viver a menos tempo moravam em outras localidades e há pouco tempo residem nas propriedades em que foram entrevistados. O motivo da mudança foi: adquirir propriedade mais próxima à cidade e/ou busca de áreas com melhor solo e infraestrutura de estradas. A tabela 10 mostra como foi a forma de obtenção das propriedades pesquisadas.

Tabela 10 - Forma de obtenção das propriedades visitadas

Forma de obtenção	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Comprada	8	50,00	50,00
Herança	6	37,50	87,50
Comprada + herança	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

Esta tabela permite observar que 50% das unidades de produção visitadas foram adquiridas por meio exclusivo de compra, enquanto 12,50% através de compra e herança. Este dado é importante, pois revela a origem da formação dos estabelecimentos familiares que trabalham com pecuária. Alguns destes trabalhavam de empregados em propriedades maiores de pecuária de corte, e com o tempo tiveram condições de comprar área própria e continuarem trabalhando com a mesma atividade. A obtenção exclusiva por herança representa 37,50% dos estabelecimentos, tendo surgido a partir do fracionamento de áreas maiores entre os herdeiros, dando origem a várias unidades familiares de produção. A tabela 11

retrata como estão distribuídas as áreas totais¹⁶ (própria e arrendada) dos estabelecimentos pesquisados.

Tabela 11 - Distribuição dos estratos de área total das propriedades visitadas

Estratos de área (ha)	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
0 – 50	6	37,50	37,50
50 – 100	4	25,00	62,50
100 – 200	4	25,00	87,50
200 – 300	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

Observa-se que 37,50% das famílias trabalham com pecuária de corte em áreas relativamente pequenas para tal atividade. Os entrevistados que se encontram na faixa etária inferior a 40 anos, demonstram o desejo de adquirirem outras áreas porque ainda dispõem de mão-de-obra e poderiam aumentar o rebanho. Alguns, já arrendam áreas, como pode ser visualizado na tabela 12.

Tabela 12 - Modalidade de exploração nos estabelecimentos visitados

Modalidade exploração	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Própria	6	37,50	37,50
Própria + arrendada	9	56,25	93,75
Própria + parceria	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

Os dados indicam que 56% trabalham com arrendamento de áreas buscando aumentarem sua área de exploração. O arrendamento por cabeça é bastante frequente, e se dá em áreas de campo e em florestas de eucalipto de empresas multinacionais vizinhas às suas propriedades. Neste último caso o número de animais alocados nos plantios florestais é bem menor. Outra estratégia utilizada pelos pecuaristas familiares para aumentarem suas áreas, é a utilização do corredor. Aproximadamente 25% dos entrevistados afirmam que nos períodos de pouca disponibilidade de vegetação nativa, aproveitam a vegetação do corredor. Sá Brito (2010) em seu estudo na APA do rio Ibirapuitã já havia identificado como estratégias

¹⁶ Porto (2008) chegou a resultados bastante semelhantes em relação à distribuição por estratos de área em propriedades de pecuária familiar no município de Bagé.

engendradas pelos pecuaristas familiares o arrendamento por cabeça e o gado no corredor.

Todas as propriedades apresentam mais de 90% de superfície de área útil, visto que são poucas as áreas de mato nativo (variam entre 0 hectares à 5 hectares) e áreas reflorestadas (variam entre 0 hectares e 3 hectares). Algumas propriedades contam com afloramento de rochas ou banhados, mas conforme os produtores são áreas aproveitáveis para a pecuária de corte.

Na tabela 13 é apresentada a natureza do trabalho nos estabelecimentos pesquisados.

Tabela 13 - Natureza do trabalho nas propriedades visitadas

Natureza do trabalho	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Familiar	8	50,00	50,00
Familiar + contratada	2	12,50	62,50
Familiar + troca de serviços	4	25,00	87,50
Fam. + contr. + troca serv.	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

Enfatiza-se que o trabalho nas propriedades é realizado em 50% dos casos somente com a família. Nos outros 50% o trabalho é desenvolvido com a família e auxílio de mão-de-obra contratada e/ou troca de serviços. Entretanto, nenhuma unidade de produção tem empregado agrícola permanente nem temporário. A mão-de-obra contratada é de diarista e somente em quatro propriedades. Os produtores relatam que existe muita dificuldade de encontrar pessoas para o trabalho no campo, especialmente para atividades mais ligadas à agricultura. Os principais afazeres dos diaristas contratados são para os serviços de reparos em cercas, corte de lenha ou preparo do solo para formação de pastagens. As tarefas realizadas na troca de serviços entre vizinhos estão relacionadas às atividades da lida do campo como, banho carrapaticida, vacinação, recorrer o campo para curar bicheiras dos animais, etc. A troca de serviços foi identificada em outros estudos de pecuária familiar, como em Ribeiro (2009), Neske (2009), Porto (2008) entre outros.

A tabela 14 apresenta a atividade principal e secundária das propriedades visitadas.

Tabela 14 - Atividade principal e secundária das famílias entrevistadas

Atividade principal	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Bovinos corte	15	93,75	93,75
Ovinos	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	
Atividade secundária			
Bovinos corte	1	6,25	6,25
Ovinos	8	50,00	56,25
Não se aplica	7	43,75	100,00
Total	16	100,00	

Analisando a tabela, observa-se que a bovinocultura de corte é a atividade principal em quinze estabelecimentos, e destes, oito têm ovinos como atividade secundária. Sobre o rebanho ovino, um produtor diz que “não investe no que não dá lucro” (entrevista 1), todavia outros destacam a importância de manterem o pequeno rebanho ovino que contribui para a alimentação do núcleo familiar pois “a ovelha é uma coisa que sempre tá pronta pra carnear” (entrevista 2). Encontrou-se apenas uma propriedade com a ovinocultura como atividade principal, e bovinos de corte como secundária. O tipo de pastagem utilizada pelos pecuaristas familiares visitados é apresentada na tabela 15.

Tabela 15 - Tipo de pastagem utilizada pelos pecuaristas familiares entrevistados

Tipo de pastagem	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Só Nativa	0	0,00	0,00
Só Cultivada – ver./inv.	1	6,25	6,25
Nativa e cultivada – inverno	4	25,00	31,25
Nativa e cultivada – verão	1	6,25	37,50
Nativa e cultivada – ver./inv.	10	62,50	100,00
Total	16	100,00	

A tabela indica que não existe nenhum produtor entre os entrevistados que utilize somente o campo nativo como fonte de alimentação para os animais. Todos eles, em alguma estação do ano (verão e/ou inverno) utilizam pastagens perenes ou anuais. As áreas cultivadas com pastagens anuais não são muito grandes e variam de 1 ha a 10 ha, sendo utilizada mais frequentemente a aveia no inverno e o milheto

no verão. Um entrevistado utiliza somente pastagens cultivadas e assim consegue obter uma lotação animal maior em sua área. Entretanto a base da alimentação dos animais das demais propriedades é o pasto nativo. De acordo com Trindade, Facioni e Borba (2007), o conhecimento das diferentes espécies que compõem os campos e suas características constituem uma condição fundamental para construir estratégias de manejo e aproveitamento do potencial natural das diversas formações campestres existentes. O campo nativo como maior recurso forrageiro do RS tem sido utilizado como a base alimentar da pecuária na região e tem alicerçado o desenvolvimento econômico no sul do Brasil. Assim, a produção da pecuária familiar mostra-se bastante dependente dos fatores da natureza fazendo baixo uso de insumos externos, o que indica que esse público não foi atingido totalmente pelo processo de modernização ao qual passou a agricultura, pois nos moldes em que é praticada a pecuária familiar não há grandes investimentos em capital, nem um grande consumo de produtos da indústria.

O manejo com o gado entre os entrevistados é bastante semelhante. É realizado o controle de: verminose com dosificações periódicas, banhos para carrapatos e moscas, além das vacinas obrigatórias. Fornecem ainda sal mineral e utilizam farelo para alguma categoria animal, quando julgam necessário, por tempo determinado. Destacam que quase diariamente fazem recorridas ao campo para cuidar “bicheiras”. Nenhum dos pesquisados trabalha com inseminação artificial, somente monta natural a campo com touros próprios ou de terceiros. Em relação às raças bovinas utilizadas pelos pecuaristas familiares, observa-se que alguns tentam manter um padrão racial. As mais citadas foram Angus, Devon, Braford e Shorthorn, entretanto a maioria dos entrevistados diz ter gado sem raça definida; cruzas de raças europeias com zebu, pois relatam que gado cruzado é mais resistente, “a gente tem que ir cruzando as raças aí o gado vai ficando forte [...] não é para plantel” (entrevista 7). “Gado de pobre é misto” (entrevista 12).



Figura 10 - Paisagem da região e gado

Grandes investimentos em manejo, alimentação, etc, não representa uma prioridade entre os pecuaristas familiares pelo risco que poderá representar. Às vezes não adota determinadas tecnologias por ser avesso ao risco, e ter consciência de que qualquer mudança que ocorrer em seu sistema já estabelecido pode trazer prejuízos e comprometer o sustento familiar.

A estrutura fundiária (áreas pequenas que não permitem ganhos por escala), deficiência em políticas públicas com linhas de crédito destinadas as características desse público e o pouco poder de barganha com o mercado, aumentam o receio em investimentos na área produtiva. O objetivo econômico da atividade pecuária nas propriedades visitadas pode ser visualizado na tabela 16.

Tabela 16 - Objetivo econômico da atividade pecuária nas unidades de produção pesquisadas

Objetivo econômico	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Cria/recria	7	43,75	43,75
Ciclo completo	9	56,25	100,00
Total	16	100,00	

Dentre os entrevistados 56,25% tem o ciclo completo dos bovinos de corte como objetivo econômico, ou seja, mantém animais em todas as fases: cria, recria e terminação. Esse grupo diz que assim, as opções de comercialização são maiores, pois comercializam conforme está o mercado. De acordo com Ribeiro (2009) o sistema de ciclo completo (cria, recria e engorda) é uma forma de diversificação, e isso lhes garante uma maior autonomia sobre sua produção. As atividades de cria/recria são desenvolvidas por 43,75% dos entrevistados e é uma maneira de

tentar especializar a produção de bovinos de corte, diminuindo e concentrando alguns manejos.

Quando questionados sobre a produção comercializada por ano, foi uma das respostas mais difíceis de obter, pois relatam que a quantidade de animais que é vendida varia bastante, pois para a maioria depende se precisam de dinheiro, já alguns aproveitam a melhora dos preços que ocorre geralmente no mês de abril. A frequência de vendas podem ser melhor visualizadas na tabela 17.

Tabela 17 - Frequência das vendas realizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados

Frequência das vendas	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Mais de 1 vez por ano	4	25,00	25,00
1 vez por ano	5	31,25	56,25
Mais de 1 ano sem vender	5	31,25	87,50
Mais de 2 anos sem vender	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

Aproximadamente 44 % dos pecuaristas familiares entrevistados dizem que não realizaram nenhuma venda nos últimos anos, entretanto o comportamento “padrão” desta categoria social é realizar a venda dos terneiros machos anualmente quando “estão prontos” e algumas vacas velhas. A maioria dos produtores tem alguma vaca gorda que “guarda no campo” para os momentos de “precisão”. A figura 11 mostra a frequência das vendas de acordo com a tipologia realizada.

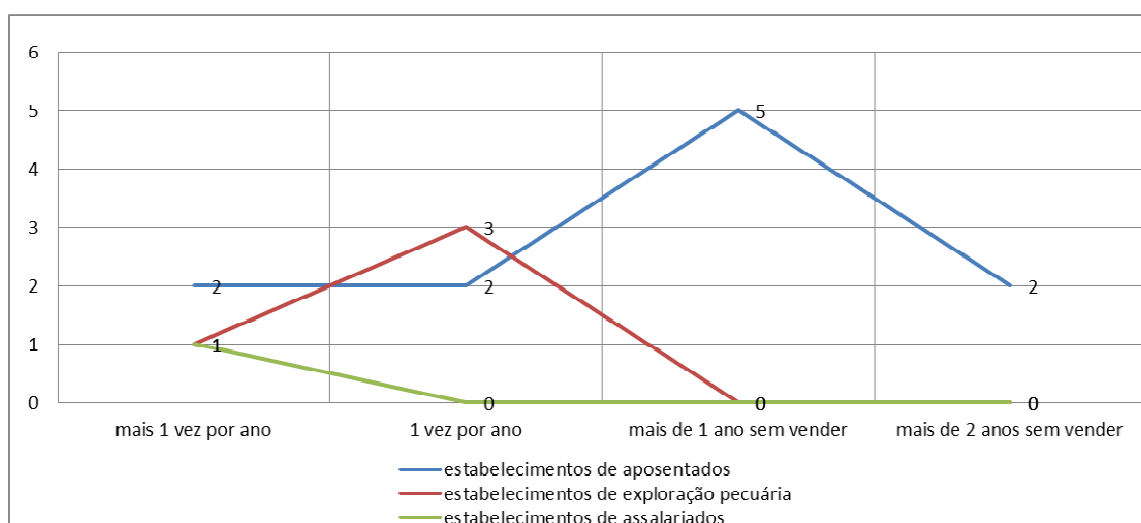


Figura 11 - Frequência de vendas de acordo com a tipologia

Pelos dados obtidos, alguns produtores não comercializam gado a mais de dois anos. A característica comum do grupo que apresenta este comportamento é o recebimento de aposentadoria(s) rural(ais), que para alguns constituem em valor suficiente para as despesas básicas da família.

Quando questionados sobre o que define quando os animais serão vendidos, a resposta mais frequente é “quando preciso do dinheiro”, isso confirma dados de outros autores estudiosos da pecuária familiar, que afirmam que o gado é uma mercadoria de reserva, uma poupança em pé guardada no campo de que os produtores dispõem para momentos de necessidade financeira (SANDRINI, 2005; PORTO, 2008, RIBEIRO, 2009; NESKE, 2009). Garcia Junior (1989) diz que a criação de gado preenche a função de reserva e acumulação, ou seja, garante o abastecimento da casa ou a realização de uma despesa eventual particularmente grande, e no caso estudado é a única fonte de renda agropecuária para a grande maioria das propriedades.

Essa ideia é reforçada pela fala de um entrevistado que diz que “o gado é uma defesa, se eu preciso, eu meto a mão” (entrevista 12). Todavia, alguns pecuaristas dizem que comercializam quando os animais estão no ponto de venda, ou quando o campo fica apertado (quando falta alimento para manter os animais que têm), ou ainda, quando o preço está bom.

A carne, que é o produto comercializado pelos pecuaristas familiares apresentam algumas particularidades em relação a outros produtos. Enquanto grãos, verduras e frutas devem ser comercializados em um curto espaço de tempo ou armazenados adequadamente (geralmente a um custo elevado), a carne pode ser “armazenada a campo” e só ser comercializada no momento que o produtor desejar. Outra característica é que o preço de venda dos animais geralmente é definido pelo mercado e não pela contabilização do que foi gasto no processo produtivo, visto que os “materiais” usados para a produção não representam custos diretos. Assim, em muitos casos, o preço recebido pode ser até mesmo inferior ao custo de produção, caso fosse contabilizado todos os custos de produção, como custos de oportunidade da terra e a mão-de-obra. Na tabela 18 são apresentadas as formas de comercialização utilizadas pelos entrevistados.

Tabela 18 - Formas de comercialização utilizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados

Forma de comercialização	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Outros pecuaristas	10	62,50	62,50
Intermediários	3	18,75	81,25
Frigorífico	3	18,75	100,00
Total	16	100,00	

A maior forma de comercialização utilizada é a venda para outros pecuaristas (62,50%), esta é uma característica importante dos pecuaristas familiares e foi identificada por outros autores, como Ribeiro (2009). Os intermediários se referem aos escritórios de vendas ou a produtores que “fecham a carga” para venderem a frigoríficos, e neste caso, ela ocorre entre 18,75% dos entrevistados. A venda direta a frigoríficos ocorre em 18,75% dos casos. Observou-se que alguns dos entrevistados realizam o que chamam de “briques” de gado, ou seja, compram de outros pecuaristas criam os animais por um tempo (ou o tempo necessário para a engorda), ou ainda, compram e repassam a outras pessoas de imediato, neste caso, agindo como um intermediário também. Esse procedimento é adotado por aqueles produtores que são bem relacionados comercialmente; que conhecem as oscilações do mercado e o preço do quilo vivo da carne nos diferentes períodos. Aqueles pecuaristas familiares que acabam vendendo os animais aos produtores que fazem “brique”, é porque naquele momento necessitavam de dinheiro rápido e vendem os animais por valores geralmente abaixo do preço de mercado. A renda familiar obtida com a comercialização de bovinos e/ou ovinos é apresentada na tabela 19.

Tabela 19 - Renda familiar mensal líquida com pecuária de corte declarada pelos entrevistados

Renda mensal com pecuária	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
1/2 salário	8	50,00	50,00
1 salário	3	18,75	68,75
1 1/2 salários	0	0,00	68,75
2 salários	4	25,00	93,75
2 1/2 salários	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

Dentre os entrevistados, 50% deles relata que os valores monetários adquiridos com a pecuária não são muito altos e giram em torno de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês, entretanto lembram que o custo da atividade também é bastante baixo e com pouca exigência em mão-de-obra, se comparado à pecuária leiteira ou lavouras anuais de grãos, por exemplo. Para 18,75% a renda com a pecuária é de 1 salário e para 25% os valores mensais chegam a 2 salários mínimos.

Observou-se que aqueles que não dependem de nenhum outro tipo de renda, como aposentadoria, se empenham no manejo com os animais (pastagens, genética, sanidade), para que garantam melhores resultados. Aqueles que dispõem de aposentadoria(s) estão numa situação financeira mais tranquila e são os que menos intensificam suas produções e menos comercializam animais mantendo-os como uma poupança. A tabela 20 apresenta a natureza das rendas não agropecuárias entre os entrevistados.

Tabela 20 - Natureza das rendas não agropecuárias nos estabelecimentos pesquisados

Rendas não agropecuárias	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Aposentadoria rural	11	68,75	68,75
Prestação de serviços	3	18,75	87,50
Funcionário público	1	6,25	93,25
Rendas mistas	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

Chama a atenção o grande número de propriedades que apresentam aposentadoria rural (68,75%). As três propriedades que realizam algum tipo de prestação de serviços estão relacionados a atividades agropecuárias (serviços com gado, porcentagem nos serviços com o trator da prefeitura e colheita e transporte de soja). A propriedade que conta com a renda de um funcionário público é da esposa de um pecuarista que é professora na cidade. Em rendas mistas foi classificada uma propriedade que conta com uma aposentadoria rural, a renda de um filho que é assalariado rural e a esposa trabalha com artesanato rural (xergão).

Tabela 21 - Renda familiar mensal líquida total (pecuária, agricultura e rendas não agropecuárias) declarada pelos entrevistados

Renda mensal total	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
1 salário	1	6,25	6,25
1 1/2 salários	1	6,25	12,50
2 salários	0	0,00	12,50
2 1/2 salários	6	37,50	50,00
3 salários	4	25,00	75,00
3 1/2 salários	2	12,50	87,50
4 salários	2	12,50	100,00
Total	16	100,00	

A tabela acima apresenta a soma das rendas agropecuárias e das rendas não agrícolas. Os valores na opinião dos entrevistados são suficientes para garantirem uma boa qualidade de vida para as famílias, e nenhum deles demonstrou interesse em desistir da atividade. Todos se mostram satisfeitos com a pecuária e dizem ser o que sabem fazer de melhor.

Quando questionados sobre o que ainda falta no meio rural para melhorar a qualidade de vida, as respostas foram as mais diversas. De imediato alguns responderam que não falta nada, que tudo está bom, porque agora todos têm luz e água. Observa-se nas falas dos entrevistados um posicionamento satisfatório com as condições de vida no meio rural, embora para quem enxergue de fora, encontre algumas melhorias que poderiam ser realizadas e trariam um conforto maior às famílias. Uma melhor assistência na área da saúde é indicada por 2 entrevistados, visto que a alguns anos atrás existiam agentes de saúde que realizavam visitas domiciliares e hoje o atendimento é realizado somente no posto de saúde na cidade, ou em hospitais de municípios vizinhos. Um dos entrevistados fala que falta vontade das próprias pessoas, outro reclama um maior incentivo para a produção (como programas que subsidiem a compra de insumos). Algumas sugestões de melhorias giram em torno de um apoio maior para organizar a comercialização e escoar a produção, facilidade de acesso ao crédito (PRONAF), visto que relatam que a burocracia é grande e muitas vezes as informações são desconstruídas. A fala de outro entrevistado confirma essa ideia dizendo que “o PRONAF já melhorou, mas ainda é muita burocracia [...] queria fosse lá e conseguisse o dinheiro fácil, que a garantia fosse os bens e sem avalista, porque hoje não é fácil achar avalista” (entrevista 16). Ainda em relação ao PRONAF, um entrevistado diz que “é um

dinheiro quase dado para quem trabalha direitinho (entrevista 15)”. Isso demonstra que embora a burocracia citada por alguns, essa tem sido uma política pública que tem beneficiado um grupo de famílias que não teriam acesso a outras fontes financiadoras. A tabela 22 apresenta como está sendo a relação do acesso ao PRONAF entre os entrevistados.

Tabela 22 - Relação do acesso ao crédito do PRONAF pelos entrevistados

Acesso ao PRONAF	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Já acessaram	6	37,50	37,50
Não têm interesse em acessar	7	43,75	81,25
Ainda querem acessar	3	18,75	100,00
Total	16	100,00	

Os dados indicam que 37,50% dos entrevistados já tiveram acesso ao PRONAF, entretanto a maior porcentagem (43,75%) é de agricultores que não tem interesse no crédito, “não vou me meter mais em dívida, chega!” (entrevistado 9). A falta de interesse em acessar ao PRONAF deve-se a fatores como: medo de endividamento, receio pela burocracia, dificuldades de acesso ao banco já que não existe no município o banco que disponibiliza o PRONAF, desconhecimento sobre as políticas públicas e suas linhas de crédito, ou ainda pela não necessidade do crédito. Mas também existem produtores que demonstram o desejo em acessar o PRONAF, mas ainda não foram se informar sobre as linhas de financiamento.

Chimello (2010) faz uma análise negativa do PRONAF, dizendo que de modo geral, pode-se afirmar que o que era para ser um programa de desenvolvimento rural se transformou em um programa que visa fortalecer e apoiar a produção agropecuária, a especialização produtiva e a inserção mercantil dos agricultores familiares nas cadeias agroindustriais de grãos e *commodities* agrícolas. Nesse sentido, o PRONAF que é uma política de apoio da agricultura familiar, via crédito rural, fortalece condições adversas à reprodução social dos agricultores (CHIMELLO, 2010). Pensando por esse ponto de vista, a pouca inserção dos pecuaristas familiares nas políticas do PRONAF pode ser uma das causas de sua sobrevivência enquanto produtor e demonstra a necessidade de uma avaliação criteriosa e um bom planejamento para que os pecuaristas familiares acessem o crédito e obtenham retorno em seus investimentos e não cause sua descapitalização

e nem colabore para o aumento dos índices de inadimplência do programa. As reflexões de Chimello (2010) incitam também a importância de se pensar em outras políticas públicas (que não o crédito), especialmente para a categoria dos pecuaristas familiares.

Gadelha e Maluf (2008) verificaram que as famílias que têm na produção de alimentos para consumo próprio, uma das principais formas de acesso à alimentação, geralmente, não acessam os programas de crédito para custeio de suas plantações ou criações, tampouco recorrem a financiamentos e empréstimos para as atividades produtivas.

A respeito das organizações sociais que os pecuaristas familiares entrevistados fazem parte, alguns fizeram referência à associação de produtores de suas localidades, entretanto ressaltaram que há algum tempo atrás as reuniões eram mais frequentes e que existiam recursos públicos para melhorias nas propriedades. Relatam que conseguiram melhorar a moradia e tiveram acesso a insumos e viagens de capacitação através de programas e projetos de governos anteriores e sentem falta daquela época. Das dezesseis famílias entrevistadas, apenas duas não fazem parte da associação de produtores e/ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

6.3O autoconsumo dos pecuaristas familiares

6.3.1 Os hábitos alimentares

Buscando compreender como é a alimentação diária das famílias, elaborou-se a tabela 23 com os alimentos mais frequentemente consumidos pelos entrevistados em todas as refeições.

Tabela 23 - Refeições e principais alimentos consumidos pelas famílias entrevistadas

Refeições	Alimentos mais consumidos
Café da manhã	leite, pão, margarina
Almoço	carne, arroz, feijão, mandioca ou batata doce e verduras (quando tem)
Café da tarde	-
Janta	carne, arroz, feijão, mandioca ou batata doce e verduras (quando tem)

Os produtos mais citados que são consumidos no café da manhã são: leite, pão (quase sempre caseiro) e margarina. Foram ainda mencionados outros itens em um número menor de vezes: café preto, mortadela, queijo, salame e ovo frito; foram referidos também: carreteiro e carne, quando sobra do dia anterior. Pelos relatos, as mulheres apresentam uma preocupação maior com a alimentação saudável e buscam comer mais frutas e verduras, enquanto para os homens a carne é o produto que não pode faltar nas refeições.

A carne (gado, ovelha, galinha e porco com diversos preparos), arroz, feijão, mandioca ou batata doce e verduras nas épocas de produção própria são os produtos mais consumidos no almoço dos entrevistados. “Aqui todos são carnívoros, se não tem carne eles não tem o que comer” (entrevista 9). “A bóia de tropeiro é a carne” (entrevista 7). Outros itens também consumidos em menor quantidade durante a semana é a massa, batata inglesa, polenta, entre outros.

No café da tarde os entrevistados dizem não terem o costume de comerem nada na maioria dos dias, de vez em quando comem alguma fruta quando têm ou suco e pão, ou ainda, vinho e pastel. Nesta refeição, podem-se observar algumas diferenças entre os homens e mulheres, adultos e crianças. Os homens são os que frequentemente não consomem nada à tarde, enquanto mulheres e crianças comem geralmente frutas.

No jantar, quase sempre é consumido o que restou do almoço. As famílias quando preparam o almoço, já o fazem em quantidades suficientes para que possam ser consumidos na janta também. Algumas famílias relatam às vezes consumirem café e pão na janta. Ressalta-se que o mate (chimarrão) está presente no intervalo de praticamente todas as refeições sendo um hábito de todas as famílias entrevistadas.

6.3.1 A produção para consumo familiar

As pequenas produções para o consumo da casa são realizadas por questões culturais de acordo com os relatos, pois desde a época de seus pais já criavam e cultivavam mais ou menos os mesmos produtos. Para outros, o trabalho com “as miudezas” funciona como uma forma de ocupar o tempo, além de resultar em economia financeira e conseguirem se alimentarem com produtos de melhor qualidade.

Quando questionado aos entrevistados qual a pessoa da família se preocupa mais com essas produções, as respostas se dividem. Parte responde que é o homem e parte garante que são as mulheres. Entretanto geralmente as mulheres são incentivadoras desses cultivos e criações por se dedicarem ao preparo dos alimentos.

Os entrevistados contam que a alimentação desde a época de seus pais até hoje apresenta algumas mudanças. Hoje o acesso ao mercado em função dos meios de transporte é mais fácil e existem mais opções industrializadas às vezes a preços baixos, que desestimulam a produção para o auto abastecimento. “Antes a gente plantava tudo e comprava pouca coisa [...] fazia farinha, canjica... [...] eram coisas grosseiras, mas era mais forte e mais natural” (entrevistado 4). “Verdura a gente sempre consumiu, mas tinha mais coisas crioulas. Hoje existem muitas coisas industrializadas que tem que ser compradas, até temperos” (entrevista 16). “Tem coisas que trazendo do mercado é mais barato” (entrevista 7).

A dependência externa de determinados produtos não é exclusiva da categoria social pesquisada, mas sim, faz parte do fenômeno de globalização, onde o consumo de produtos industrializados é uma consequência do modo de vida moderno. As famílias relatam que compram coisas que não são tão necessárias, mas que são “boas”.

Em regiões próximas à Morro Redondo e Veranópolis, conforme relatado por Grisa (2007) existem comerciantes ambulantes que frequentemente transitam o meio rural de porta em porta vendendo produtos olerícolas e panificados, o que facilita a aquisição destes produtos. Na região ora pesquisada, não existe ninguém que realize este comércio, pois as distâncias são bastante grandes e inviabilizariam este negócio.

Outra diferença apontada em relação à época dos pais foi a eletrificação rural, que possibilitou a utilização da geladeira e do freezer no meio rural, melhorando a qualidade de vida no sentido alimentar, pois permitiu o armazenamento e melhor acondicionamento dos alimentos. “Carne era só charque, e fresca só quando abatia algum animal ou trocava com vizinhos” (entrevista 16). “Antes carneava mais seguido, até porque o número de filhos contribuía para isso” (entrevista 6). “Carneava porco e fazia tudo [...] hoje não tem mais isso [...] de primeiro fazia salame, embutido, charque e guardava a carne de porco na banha” (entrevista 9).

Grisa (2007), Santos e Ferrante (2003), Gazolla (2004), referem-se a influência dos meios de comunicação que colaboraram para alterar os hábitos de consumo alimentar das famílias do meio rural, e no município pesquisado o cenário não é diferente. Com grande difusão no meio rural, a televisão e o rádio divulgam hábitos urbanos e noticiam oferta de produtos nos mercados.

No tocante às relações de reciprocidade entre vizinhos, ainda existe a troca de produtos, mas em quantidade e frequência menor à que ocorria a mais de vinte anos, por exemplo. “Antigamente, eu abatia e doava um pedaço de carne, depois era retribuído com a mesma peça” (entrevista 9). As poucas trocas que ocorrem são de produtos como “[...] carne, ovos, frutas e verduras, sabão, ou algo que esteja sobrando” (entrevista 1). “[...] ajudamos para que nos ajudem” (entrevista, 12). “Chamamos de vizinhar [...] quando eu carneio dou para os vizinhos um quarto, uma paleta [...] e quando o vizinho carneia devolve o mesmo pedaço [...] a gente troca produtos da horta também quando tem bastante [...] aqui eu vizinho com uns cinco ou seis” (entrevista 16). As pessoas que recebem algum produto “doado” sentem-se na obrigação de retribuir a gentileza dos vizinhos e “doam” o produto que dispõem no momento, e a partir daí configuram-se as relações de reciprocidade a partir da troca de produtos.

Algumas famílias dizem não trocarem produtos com vizinhos porque todos têm as mesmas coisas, e nestes casos ocorre a doação de produtos para filhos, parentes ou pessoas conhecidas que se relacionam com a família, ou seja, grande parte das doações de produtos ou troca de produtos estão relacionadas a laços familiares.

Uma diferença constatada na pesquisa de campo e em trabalhos de outros autores que investigaram a produção para o autoconsumo em outras regiões, diz respeito à venda do excedente. Entre os pecuaristas familiares a comercialização de

produtos é bastante limitada a alguns produtos de transformação caseira, em alguns casos existe uma produção maior do que a capacidade de consumo da família, entretanto não existe a venda de outros produtos. Esta dificuldade de inserção nos mercados deve-se a alguns fatores: a) pouca valorização por parte das famílias, atribuída aos produtos, o que gera um desinteresse pela venda; b) dificuldade de acesso aos mercados pelas distâncias e pela frequência que vão à cidade; c) vergonha em oferecer os produtos; d) não necessidade da venda dos produtos, pois contam com outras rendas (em muitos casos, a aposentadoria).

Nenhuma propriedade diz apresentar atividades extrativistas de caça e pesca que poderiam colaborar na alimentação.

A maioria dos produtores não mensura os valores que a produção para o autoconsumo assume, pois não sabem valorar os produtos produzidos, ou acreditam que valem muito pouco, ou ainda porque os produtos são consumidos aos poucos, o que não lhes dá uma dimensão das quantidades que são produzidas e consumidas. Aquelas que cultivam uma variedade maior de produtos e/ou produtos mais valorizados comercialmente conseguem obter uma renda não-monetária mais alta.

Existe uma multiplicidade de tipos de produtos produzidos para o autoconsumo que acompanham a lógica da diversidade da agricultura familiar e apresentam significativas diferenças entre as regiões, municípios e propriedades. Na região estudada embora exista um produto que se destaca como preferência em função dos hábitos alimentares (carne), pode-se observar a produção e o consumo de uma boa variedade de produtos.

Os entrevistados falam sobre a importância da diversificação da produção como forma de não dependerem de um único produto para obter renda, entretanto, não arriscam trabalhar comercialmente com culturas e criações que culturalmente não apresentam significativa presença na região e na tradição familiar de cada um. “Na lógica diversificar é bom, mas tudo que tenho foi adquirido com pecuária” (entrevista 3). “Com certeza seria melhor ter várias atividades, mas eu só sei lidar com pecuária [...] não achei outra coisa barata que me renda isso” (entrevista 16). As falas mostram que os entrevistados reconhecem a importância da diversificação, mas não a praticam comercialmente, e representam bem a ideia que os pecuaristas familiares têm sobre a diversificação restrita que possuem (bovinos e ovinos, e cultivos agrícolas e criações em pequena escala destinados para o autoconsumo). Todavia, Ribeiro (2009) entre outros autores, identifica uma diversificação da

pecuária familiar um tanto diferenciada, pois ela ocorreria a partir da criação de diversas categorias animais, ou seja, a produção bovina é realizada mantendo-se todas as etapas (cria, cria e engorda). A diversificação “por dentro” foi identificada por Ribeiro (2009) como um dos modos de vida dos pecuaristas familiares.

Quando discutido sobre a produção para o consumo da família, os entrevistados reconhecem a importância dessa produção e um deles diz que “se a pessoa tiver aqui fora e produzir só pra ele já é bom” (entrevista 2), já outro diz “para o consumo na casa é importante, mas hoje com o mercado não vale a pena coisas que não mostram lucro” (entrevista 1). Uma constatação que pôde ser feita e que chama a atenção, diz respeito a pouca valorização dos produtos produzidos com o fim específico de auto abastecimento. Todos os entrevistados julgam que essas produções e cultivos valem muito pouco. Até mesmo por não comercializarem esses produtos (e em muitos casos não os comprarem quando não produzem) não têm a real noção do valor que essa produção adquire. Embora poucos produtores, houve aqueles que enxergam a produção para o autoconsumo como uma forma de economia de recursos “[...] porque não precisa tirar dinheiro para comprar” (entrevista 3). A maior parte dos produtores alega não produzir uma maior quantidade e variedade para o consumo da casa, por não terem mais pessoas para ajudar nos manejos exigidos, mas tentam produzir parte do que é necessário para a alimentação da casa (o que for possível), pois confiam que frutas e verduras, por exemplo, fazem bem para a saúde e por poderem atestar a qualidade de seus produtos. “As minhas eu sei o que eu ponho, lá no mercado eu não sei o que tem [...] a minha é muito mais sadia” (entrevista 14). O entrevistado se refere aos produtos químicos que são utilizados nas produções comerciais. Além disso, todas as famílias afirmam não utilizarem nenhum agrotóxico nem fertilizantes sintéticos, somente adubação orgânica nas produções consumidas na moradia, o que faz os produtores relacionarem produção para o autoconsumo com saúde.

Os produtos transformados pela agroindústria caseira são apresentados na tabela 24.

Tabela 24 - Produtos de transformação caseira nas propriedades visitadas

Produtos de transformação caseira	Frequência Autoconsumo	Porcentagem (%)	Frequência venda	Porcentagem (%)
Pão	9	56,25	0	0
Doce de leite	8	50,00	2	12,5
Queijo	6	37,50	2	12,5
Bolachas	4	25,00	1	6,25
Compotas	4	25,00	0	0
Rapadura	3	18,75	0	0
Conservas	3	18,75	0	0
Ambrosia	2	12,50	0	0
Massa caseira	2	12,50	0	0
Cuca	2	12,50	0	0
Xergão	0	0,00	1	6,25

As porcentagens foram calculadas considerando as 16 propriedades entrevistadas

De acordo com a tabela 24 verifica-se a variedade de produtos que são produzidos nas unidades familiares de produção visitadas. O pão é produzido em 56,25% dos casos, e dentre todos os produtos que são transformados é o que aparece mais vezes, sendo destinado somente para o consumo da família, e contendo a maioria dos ingredientes comprados no comércio, incluindo seu principal ingrediente, a farinha. O doce de leite também é frequente sua fabricação (50,00%) e é destinado para o consumo da casa e em dois casos para a comercialização; os ingredientes em sua maior parte são oriundos da unidade familiar. O queijo é feito em 37,50% das propriedades para o abastecimento da família e é comercializado em dois estabelecimentos, com matérias-primas quase todas da propriedade. As compotas e a bolachas são fabricadas em 25,00% das propriedades, para a família e para a comercialização no caso da bolacha, em uma propriedade. Conservas e rapadura são feitas em 18,75% dos estabelecimentos somente para o auto abastecimento da casa. A massa caseira, as cucas e a ambrosia são fabricadas em 12,50% dos casos pesquisados para o consumo da família. O xergão, um artesanato típico regional é fabricado em um estabelecimento utilizando, às vezes matéria prima própria, às vezes comprada e seu destino é a comercialização.



Figura 12 – Produtos de transformação caseira

A figura 13 apresenta a soma dos valores dos produtos do autoconsumo da agroindústria caseira por família no ano.

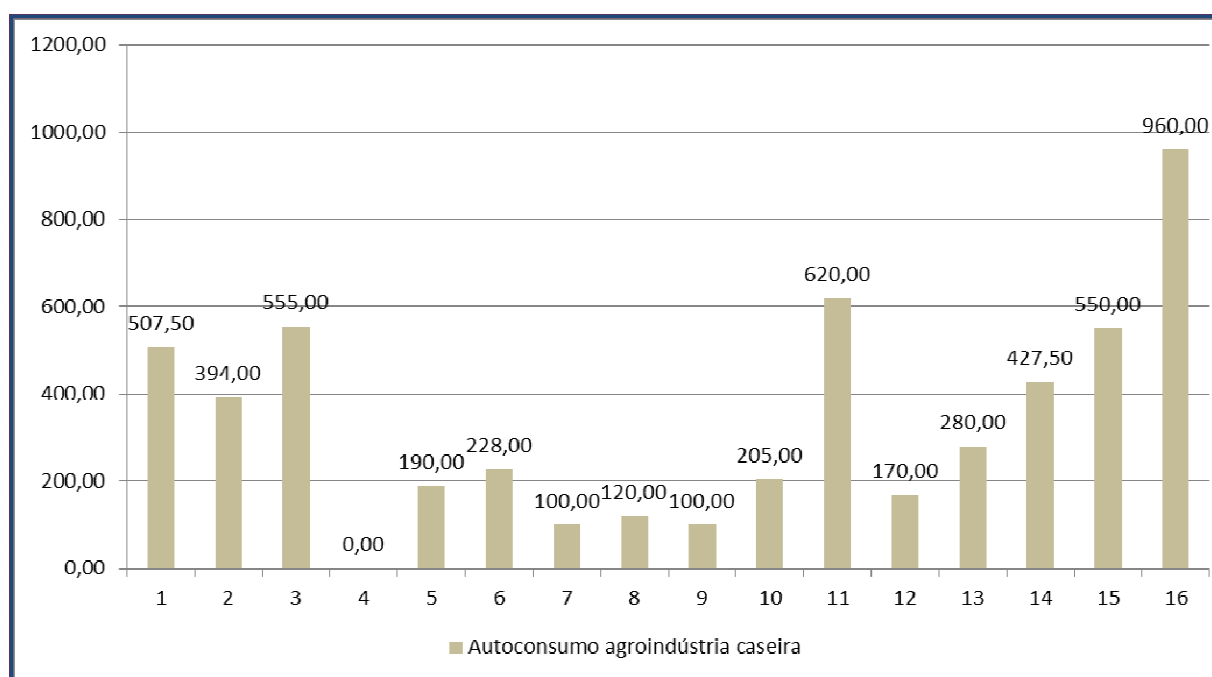


Figura 13 - Valores de autoconsumo da agroindústria caseira

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

Os valores dos produtos da agroindústria caseira variam de R\$ 0,00 a R\$ 960,00. De todos os grupos de produtos de autoconsumo formados e descritos no trabalho, os produtos da agroindústria caseira são os que apresentam maior número de ingredientes comprados, o que acaba por superestimar os valores encontrados, pois os cálculos foram realizados utilizando o valor que as famílias gastariam para comprar os produtos que foram produzidos.

A transformação caseira de produtos na região estudada parece ser menor e diferenciada a encontrada por Grisa (2007) onde pesquisou os municípios de Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras. As diferenças em relação aos tipos de produtos podem ser atribuídas a não produção de algumas matérias primas para sua posterior transformação, talvez como reflexo da cultura em que estão inseridos e dos hábitos alimentares.

A figura 14 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal dos produtos de transformação caseira.

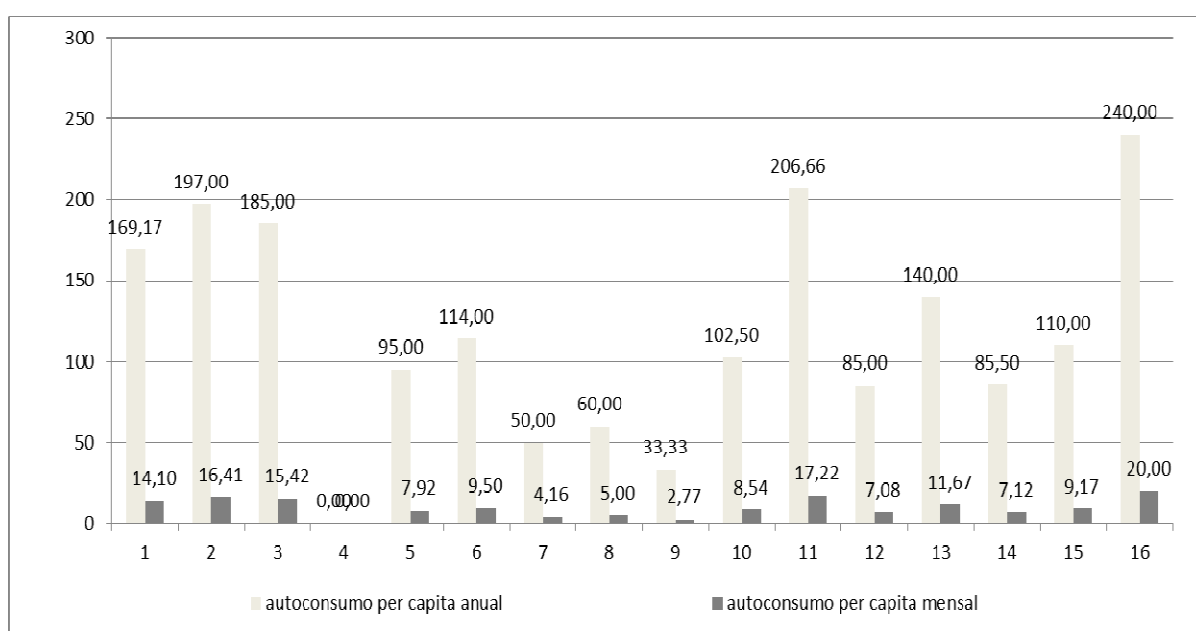


Figura 14 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – agroindústria caseira

A figura 15 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos transformados pela agroindústria caseira a partir da tipologia formada. E aqui cabe uma observação que serve para todas as figuras que serão apresentadas que referem-se a tipologia. Embora tenha sido utilizada para a criação das tipologias a característica que explica a reprodução econômica das famílias, estas apresentam uma série de características que as diferenciam. Para a determinação dos valores de autoconsumo por categoria, foi utilizada a média de cada grupo de propriedades e nem sempre a média representa a realidade, pois é uma mistura de várias situações.

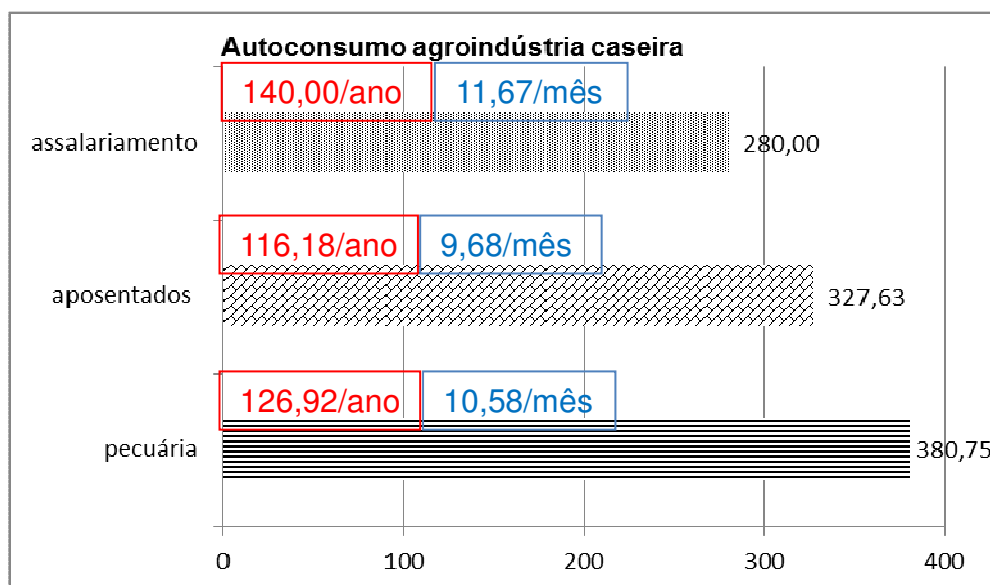


Figura 15 – Autoconsumo agroindústria caseira

A figura 15 indica que a agroindústria caseira é mais importante para as famílias que a atividade pecuária se sobressai (R\$ 380,75), seguido pelas famílias que contam com aposentadoria (R\$ 327,63). Em destaque na figura estão os valores em reais que os produtos da agroindústria caseira representam, per capita por ano e por mês de cada categoria formada, e analisando os valores por pessoa, observa-se que a representatividade é maior na categoria de assalariamento, seguido daqueles que trabalham com exploração pecuária.

Existem alguns produtos que são típicos da cultura da região e que foram verificados em um número significativo de estabelecimentos, entre eles destaca-se a mandioca, a batata doce e as culturas de barão representadas pelas abóboras, morangas e melancia.

A tabela 25 apresenta os cultivos agrícolas das plantas de cercado encontrados nas propriedades visitadas.

Tabela 25 – Plantas de cercado encontradas nas propriedades visitadas

Culturas	Frequência	Porcentagem (%)
Mandioca	15	93,75
Batata doce	12	75,00
Abóboras/Morangas	11	68,75
Melancia	10	62,50
Milho	6	37,50
Feijão	4	25,00

As porcentagens foram calculadas considerando as 16 propriedades entrevistadas

Alguns produtos como abóboras/morangas e melancia em alguns casos são cultivados em áreas próximas as áreas com mandioca, batata-doce e feijão, em outros casos na horta.

A produção de grãos nos estabelecimentos pesquisados não é muito representativa em relação às quantidades produzidas. Apenas uma propriedade tem exploração vegetal comercial de soja, cultivando 18,5 hectares. As demais culturas são todas destinadas ao autoconsumo familiar e/ou consumo animal, além de serem frequentemente doadas para parentes e conhecidos.

A mandioca é o cultivo agrícola mais frequentemente encontrado nas propriedades rurais (93,75%), em áreas que variam de: menos de 0,5 a 2,0 hectares, que são destinados ao consumo humano e animal, sendo um produto típico da região e que faz parte dos hábitos alimentares da população local. “Sempre plantei mandioca, mas horta nunca fui muito” (entrevista 8). A batata-doce é cultivada em 75% das unidades de produção em áreas menores que 0,5 hectares, sendo suficientes para o consumo das famílias que produzem.

Mandioca e batata-doce são produtos bastante consumidos pelas famílias de pecuaristas familiares, apenas uma família relatou não produzir nenhum desses produtos e outra diz não produzir batata-doce por não gostarem de consumir. As que produzem, consomem praticamente todos os dias ou no mínimo uma vez por semana nas épocas em que se dispõe dos produtos. Todos afirmam não venderem esses produtos, mas doarem para quem os visite e não tenha. A mandioca é utilizada por alguns como fonte de alimentação para os animais (bovinos e suínos), sendo uma importante fonte energética.

O cultivo de abóboras e morangas é realizado em 68,75% dos estabelecimentos, e o cultivo de melancia é realizado em 62,50% das propriedades. A área ocupada por esses cultivos não chegam a 0,5 hectares.

O cultivo do milho é realizado em 37,50% das propriedades em áreas que variam de 0,5 a 3,0 hectares. Os produtores que não plantam, acham que não compensa financeiramente o cultivo, ou porque não conseguem produzir em função da alta população de caturras nas áreas. O milho é destinado à alimentação animal e humana, e nenhuma propriedade o comercializa. O feijão é produzido em 25% das propriedades em áreas de 0,5 a 1,0 hectare com produções suficientes para o abastecimento das famílias que cultivam.



Figura 16 – Plantio de mandioca e mudas de abóbora

Na região da Fronteira Oeste os produtos de lavoura destinados ao autoconsumo são mais restritos em termos de variedade do que outras regiões do estado, demonstrando a pouca vocação agrícola da região e dos habitantes da região para as lavouras anuais. Grisa (2007) realizou seus estudos nas regiões da Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Região das Missões e Alto Uruguai e entre os cultivos de lavoura destaca o feijão, batata-inglesa, batata-doce e mandioca como principais, enquanto na Fronteira Oeste se destacam praticamente só a mandioca e a batata-doce, por questões culturais e por adaptação ao clima e solos.

A figura 17 apresenta a soma dos valores anuais dos produtos de autoconsumo das plantas de cercado por família.

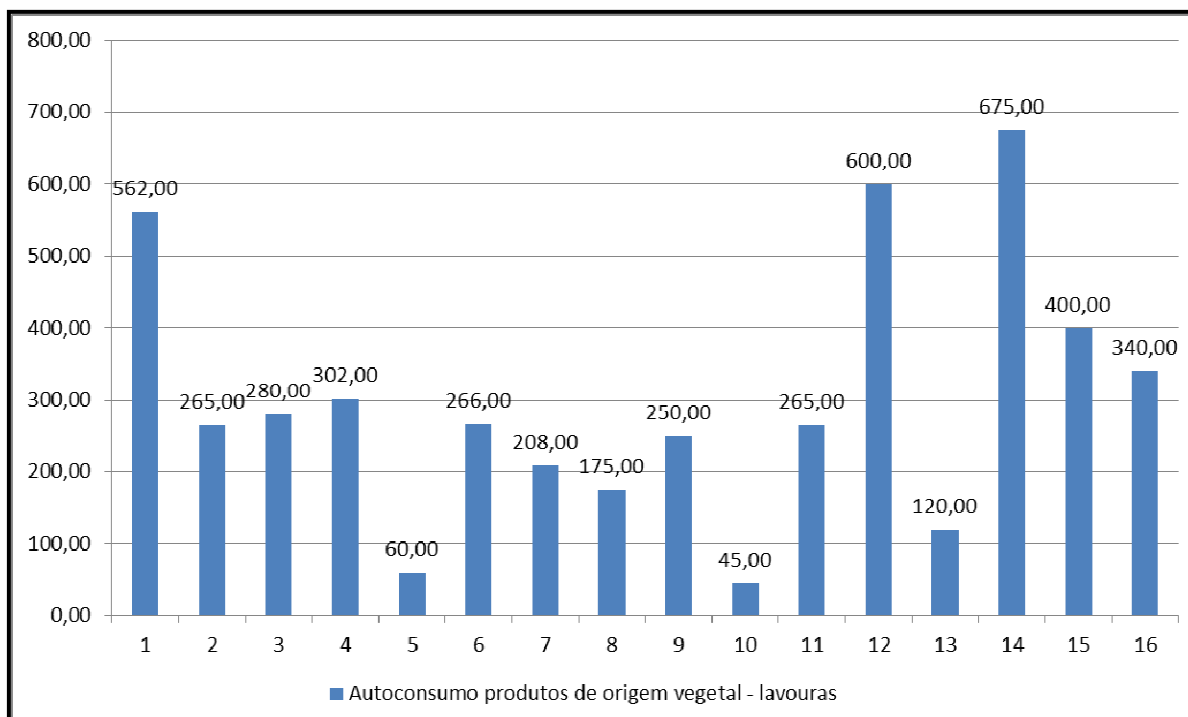


Figura 17 - Valor anual do autoconsumo da produção vegetal – plantas de cercado

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

A figura mostra que os valores de autoconsumo dos produtos das plantas de cercado variam de R\$ 45,00 a R\$ 675,00. O cálculo foi realizado a partir de informações das quantidades de produtos consumidas pelas famílias no período de um ano. Aqueles que conseguem diversificar mais a produção vegetal das plantas de cercado têm um somatório maior de autoconsumo.

A figura 18 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal das plantas de cercado.

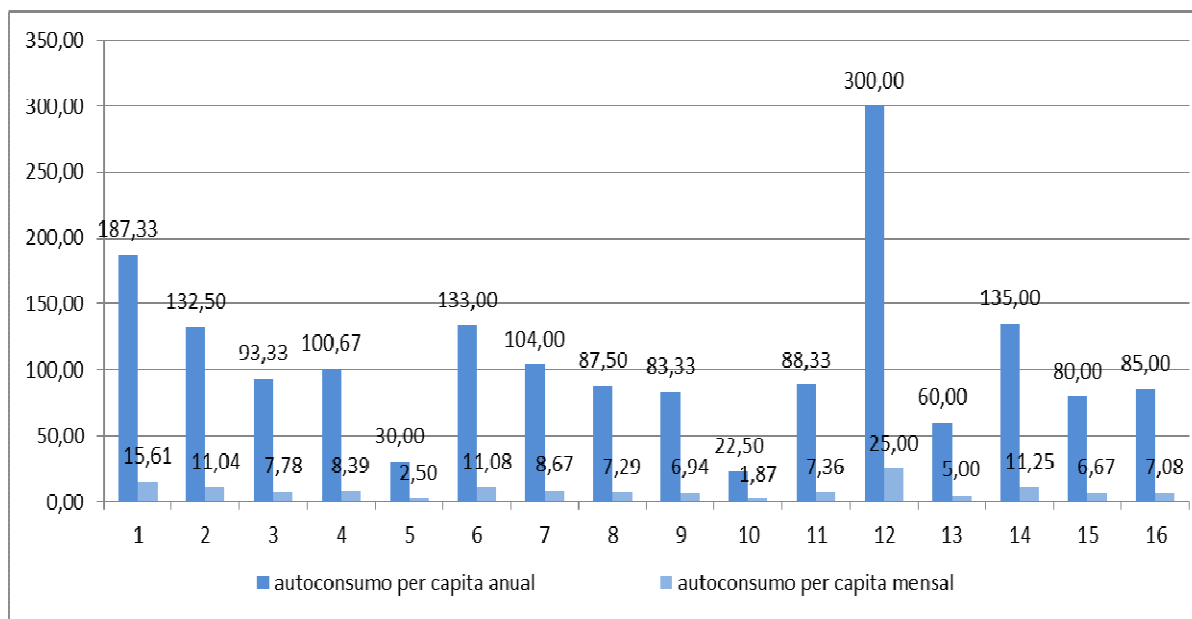


Figura 18 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – plantas de cercado

A figura 19 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos da lavoura agrupados a partir da tipologia formada.

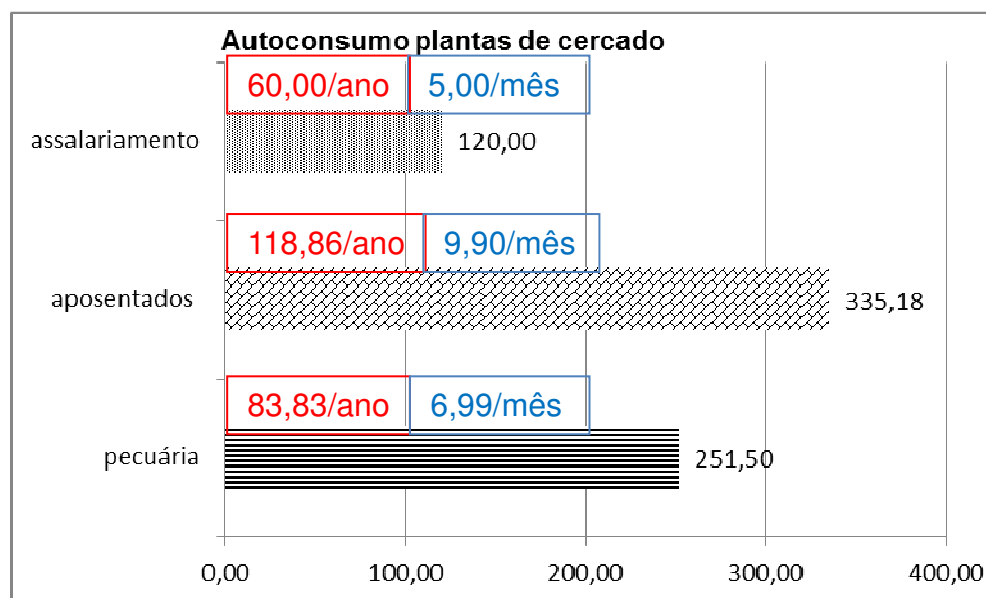


Figura 19 – Autoconsumo plantas de cercado

A figura 19 indica que a categoria de aposentados é a que apresenta o valor mais alto de autoconsumo de produtos das plantas de cercado (R\$ 335,18) por não exigirem muita mão-de-obra nos manejos, seguidos do grupo que depende da

atividade pecuária (R\$ 251,50). Esse mesmo comportamento pode ser verificado nos valores por pessoa, como destacado em vermelho e azul na figura 19.

A tabela 26 mostra a existência de horta nas propriedades visitadas.

Tabela 26 - Existência de horta nos estabelecimentos visitados

Existência de horta	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Sim	15	93,75	93,75
Não	1	6,25	100,00
Total	16	100,00	

As informações colhidas a campo indicam que apenas 1 propriedade não tem horta, que justifica ser por problemas de saúde de todos da família, impedindo os cuidados necessários. O tamanho das hortas variam de 15 m² à 1000 m² e estão relacionados ao número de integrantes da família que consomem a produção e que ajudam a produzir, além da satisfação das famílias em produzir. A variedade de produtos está relacionada com os hábitos alimentares da família, com a facilidade ou dificuldade de conseguir as sementes e também com a qualidade das sementes, pois alguns produtores relatam que existem anos que as sementes não germinam.

As espécies encontradas bem como sua frequência podem ser melhor visualizadas na tabela abaixo:

Tabela 27 - Produtos da horta e frequência entre os entrevistados

Produtos da horta	Frequência	Porcentagem (%)
Alface	15	100,00
Couve	13	86,67
Repolho	13	86,67
Tempero verde	13	86,67
Beterraba	10	66,67
Cenoura	10	66,67
Pepino	10	66,67
Rúcula	9	60,00
Cebola	5	33,33
Ervilha	5	33,33
Radite	4	26,67
Tomate	4	26,67
Alho	2	13,33
Brócolis	2	13,33
Couve-flor	2	13,33
Morango	2	13,33
Pimenta	1	6,67
Rabanete	1	6,67

Dados considerados a partir das 15 propriedades que declararam terem horta

Os produtos que merecem destaque são a alface que é cultivada por 100% das famílias, a couve, o repolho e o tempero verde (salsa e cebolinha) cultivada em 86,67% das propriedades, seguidos da grande representatividade da beterraba, cenoura e pepino (66,67%). A partir da frequência dos produtos é possível observar os hábitos de consumo das famílias e inferir que há certa homogeneidade nos hábitos alimentares dos pecuaristas familiares em relação aos produtos de horta, pois existem produtos que foram encontrados na maior parte dos estabelecimentos enquanto alguns produtos não são cultivados e nunca foram consumidos pelas famílias.



Figura 20 - Hortas dos pecuaristas familiares

Os entrevistados dizem que na região predomina o “brasileiro”, ou seja, aquelas pessoas que nasceram e se criaram no país e não apresentam uma etnia definida, sendo uma mistura de diversas etnias, e assim, também são chamados de “pelo duro”. “Na região são todos brasileiros e a produção é mais ou menos igual” (informante 1). “Aqui no município tem mais pelo duro, mas todo mundo tem horta e pomar” (informante 2). Entretanto é ressaltado as diferenças que poderão existir de acordo com as etnias. “Os descendentes de imigrantes parecem mais dedicados à horta [...] a horta deles é mais bonita, e italiano e alemão conseguem ter horta o ano inteiro” (informante 1). Chimello (2010), argumenta que entre as etnias percebe-se diferenças entre a produção para o autoconsumo, sendo para os alemães, poloneses e italianos uma produção mais presente na maioria dos estabelecimentos rurais; já para os caboclos, esta produção tem menor intensidade.

As hortas nesta região apresentam algumas características peculiares, como a sazonalidade, pouco planejamento e desproteção contra intempéries, ou seja, existe um período restrito para a produção, onde a preparação dos canteiros inicia em março e abril, e a produção começa a partir de maio se estendendo até dezembro. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, a maioria dos produtos é inviabilizada por questões climáticas (sol muito forte e geralmente seca) e a não utilização de nenhuma cobertura de proteção contra o sol, como o sombrite. O pouco planejamento se refere ao não escalonamento da produção, por exemplo, a alface é semeada e em muitos casos, não existe uma preocupação em semeá-la novamente após determinado período para sempre haver aquele produto. A desproteção contra intempéries diz respeito a não utilização de estufas ou túneis baixos, ou seja, toda a produção é realizada a campo aberto, e sem uso de sistemas de irrigação.

A frequência de consumo de produtos olerícolas pelas famílias é diária ou quase diária nos meses em que existe a produção própria. Nos meses que não tem produção, a maioria assinala que o consumo de hortaliças diminui bastante ou inexistente. A explicação para esse comportamento pode ser atribuída à falta de hábito de comprar esses produtos, a falta de recursos financeiros para destinar a esses produtos, a dificuldade de encontrar alguns olerícolas em geral no mercado local, a falta de confiança na qualidade dos legumes e verduras, a distância dos mercados e/ou a dificuldade de acesso frequente à cidade. Algumas falas ilustram esses argumentos: “Comemos quase todos os dias quando têm, mas não é sempre, porque às vezes nem no mercado acha [...] mas tem que ter um verde” (entrevista 10); “Quando não tem da horta, não compro e quando tem é todos os dias” (entrevista 15); “Quando tem crioula é todos os dias, senão só do mercado, mas aí dura só uns dias depois que faz o rancho” (entrevista 16); “Compro, mas não na mesma quantidade de quando tem, e demoro para ir na cidade e às vezes procuro e não acho [...] e comprado sempre dói mais [...] eu tenho loucura por alface” (entrevista 14); “Não compro porque não sei da origem [...] não compro porque tem veneno” (entrevista 12); “Compro, mas não conserva muito tempo na geladeira e o rancho é uma vez por mês” (entrevista 11); “Compro na cidade, mas não na mesma fartura” (entrevista 6);

A figura 21 apresenta a soma dos valores dos produtos de autoconsumo da horta encontrados nas propriedades visitadas por família no ano.

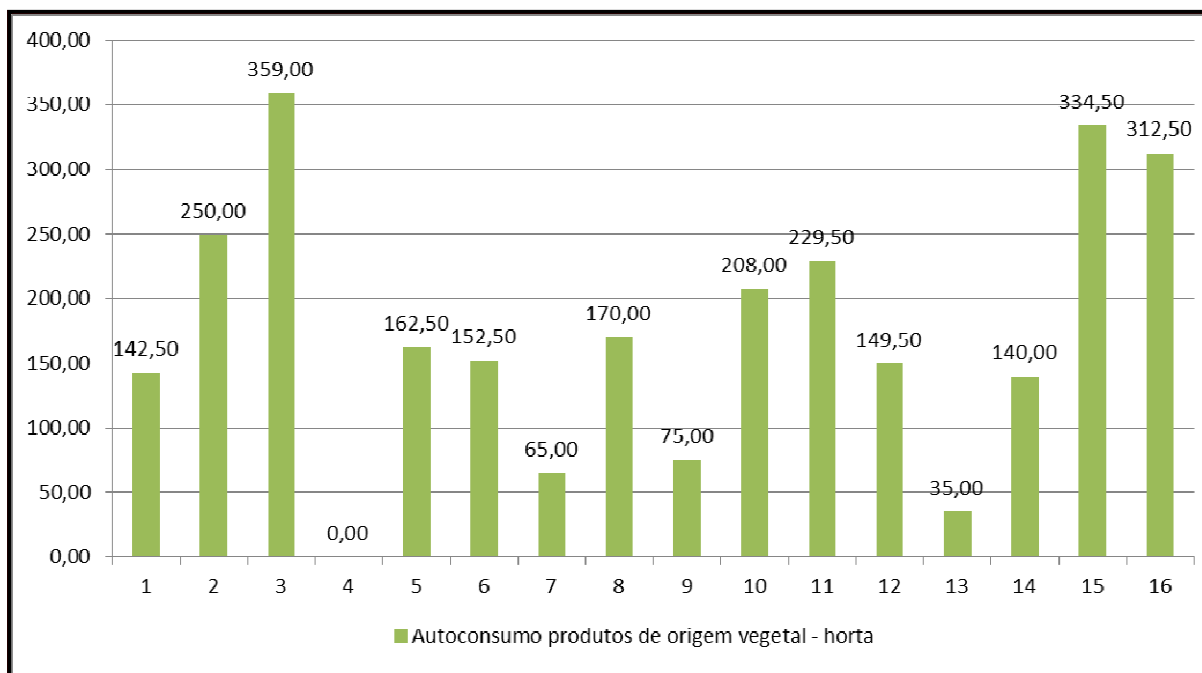


Figura 21 - Valores de autoconsumo da produção vegetal - horta

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

Os valores dos produtos da horta variam de R\$ 0,00 a R\$ 359,00, com custos de produção bastante baixos. Os entrevistados afirmam que gastam anualmente apenas com sementes de algumas hortaliças e que algumas espécies é possível guardar sementes de um ano para outro, o que reduz ainda mais os gastos. Os adubos utilizados são provenientes da propriedade: esterco bovino e/ou de ave, e não é utilizado nenhum tipo de agrotóxico para o controle de pragas e doenças.

A preocupação e o capricho com a horta aumentam, conforme a distância da propriedade à cidade. Ou seja, quanto mais afastado é o estabelecimento da cidade, mais difícil é o acesso ao mercado e menor é o número de vezes que conseguem ir para a cidade e isso aumenta a variedade e quantidade de produtos na horta. Entretanto, existe alguns produtos que são de consumo frequente, apresentam uma perecibilidade maior e não são produzidos na região ou não é possível o cultivo em todas épocas do ano como a cebola, o tomate e a batata inglesa, e assim são comprados com certa frequência no mercado quando fazem o rancho.

A figura 22 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal dos produtos da horta.

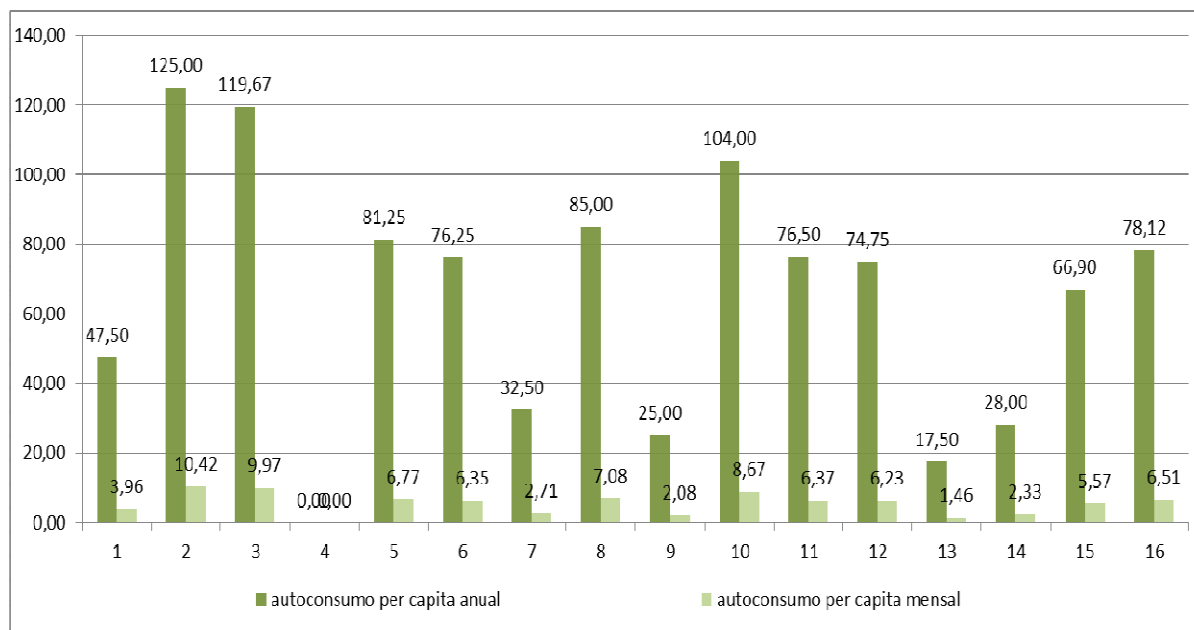


Figura 22 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - horta

A figura 23 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos da horta agrupados a partir da tipologia.

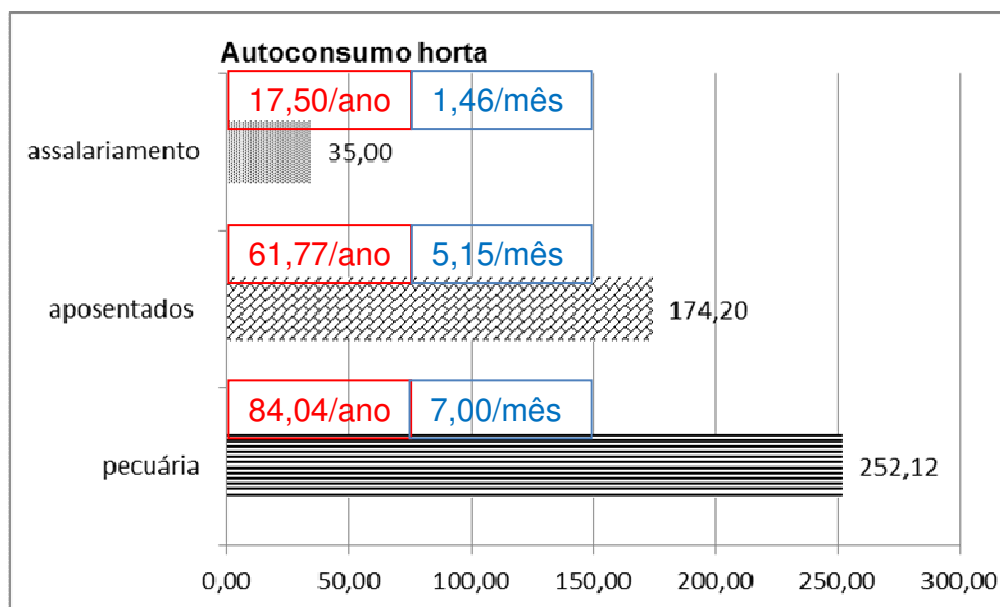


Figura 23 – Autoconsumo horta

A figura mostra que para aqueles que dependem da pecuária a horta apresenta valores superiores (R\$ 252,12). Já para a categoria de aposentados os valores são inferiores (R\$ 174,20), pois neste grupo a força de trabalho encontra-se

reduzida para atividades que exigem um esforço e dedicação quase que diário, como é o caso da horta. Os valores per capita são apresentados, mostrando o mesmo comportamento.

A tabela 28 mostra a existência e a frequência de pomar nas propriedades visitadas.

Tabela 28 - Existência de pomar nos estabelecimentos visitados

Existência de pomar	Frequência	Porcentagem (%)	Porcentagem acumulada (%)
Sim	16	100,00	100,00
Não	0	0,00	100,00
Total	16	100,00	

De acordo com a tabela 28, 100% das propriedades visitadas contam com pomar, embora 4 pomares ainda não estejam produzindo frutos ou estejam produzindo pouco, pelas frutíferas terem sido plantadas a menos de 2 anos. O tamanho dos pomares variam de 200 m² a 1200 m² nos casos em que as frutíferas estão agrupadas em um só local, pois em algumas unidades produtivas visitadas não existe um lugar determinado para frutíferas, estando “espalhadas” na propriedade. A variedade de espécies depende em maior grau das frutas que as famílias gostam e conseguem comprar as mudas. As espécies e a frequência encontradas estão listadas na tabela abaixo:

Tabela 29 - Produtos do pomar e frequência entre os entrevistados

Produtos do pomar	Frequência	Porcentagem (%)
Pêssego	16	100,00
Laranja	16	100,00
Bergamota	16	100,00
Limão	15	93,75
Uva	13	81,25
Pera	9	56,25
Abacate	6	37,50
Figo	6	37,50
Maça	5	31,25
Goiaba	4	25,00
Caqui	3	18,75
Banana	3	18,75
Ameixa	2	12,50
Romã	1	6,25
Jabuticaba	1	6,25
Cereja	1	6,25

A diversidade de frutas encontradas nas visitas como apontado na tabela acima é bastante grande. As frutas que merecem destaque são o pêssego, a laranja e a bergamota que são cultivados em 100% dos estabelecimentos visitados seguidos do limão e da uva, e assim como verificado com as olerícolas é possível perceber uma homogeneidade nas frutas mais consumidas pelas famílias.

**Figura 24 - Pomares dos pecuaristas familiares**

A frequência de consumo de frutas, assim como nas olerícolas, é maior nos períodos em que existe produção na propriedade, sendo praticamente diária. Relatam que algumas frutas como banana, maçã e abacaxi compram no mercado

quando vão à cidade em todas as épocas do ano, independentemente se existe produção ou não de outras frutas, porque são frutas que criaram o hábito de consumo.

A figura 22 apresenta a soma dos valores dos produtos de autoconsumo do pomar encontrados nas propriedades visitadas, por família no ano.

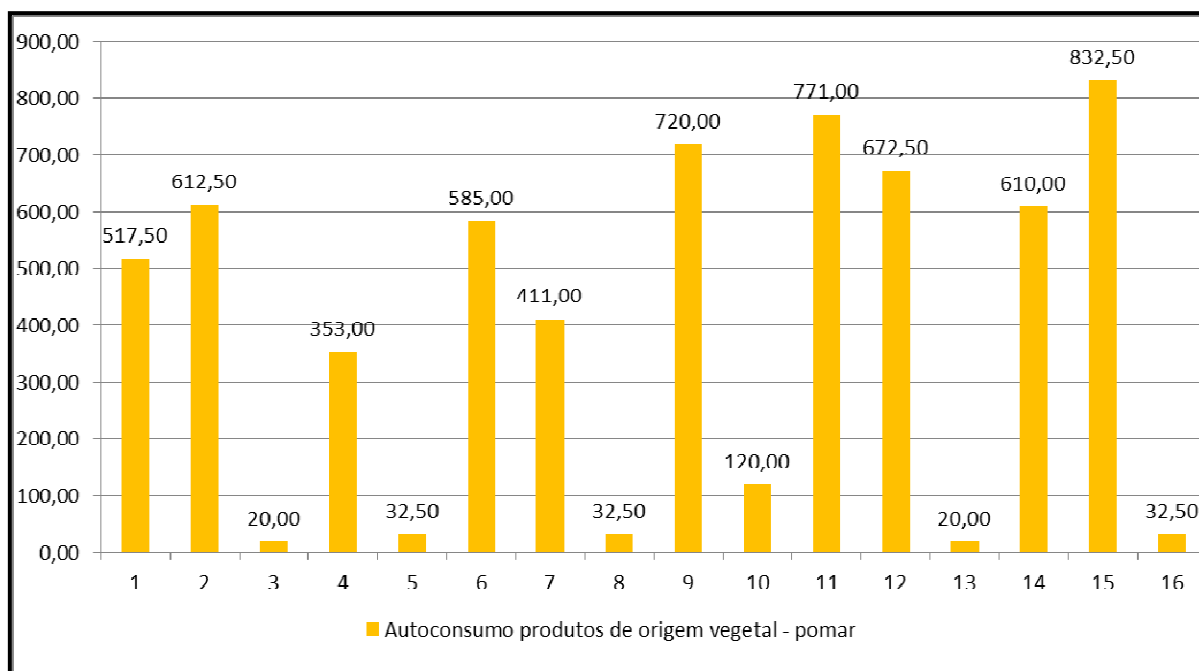


Figura 25 - Valores de autoconsumo da produção vegetal - pomar

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

Os valores dos produtos produzidos no pomar variam de R\$ 20,00 a 832,50. Nos pomares são utilizados somente adubos orgânicos e não é usado nenhum tipo de tratamento com agrotóxicos, alguns relatam fazer uso da calda bordalesa nas videiras e iscas para mosca das frutas nos pessegueiros, além disso, são realizadas podas que na maioria dos casos não são anuais.

A figura 26 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal dos produtos do pomar.

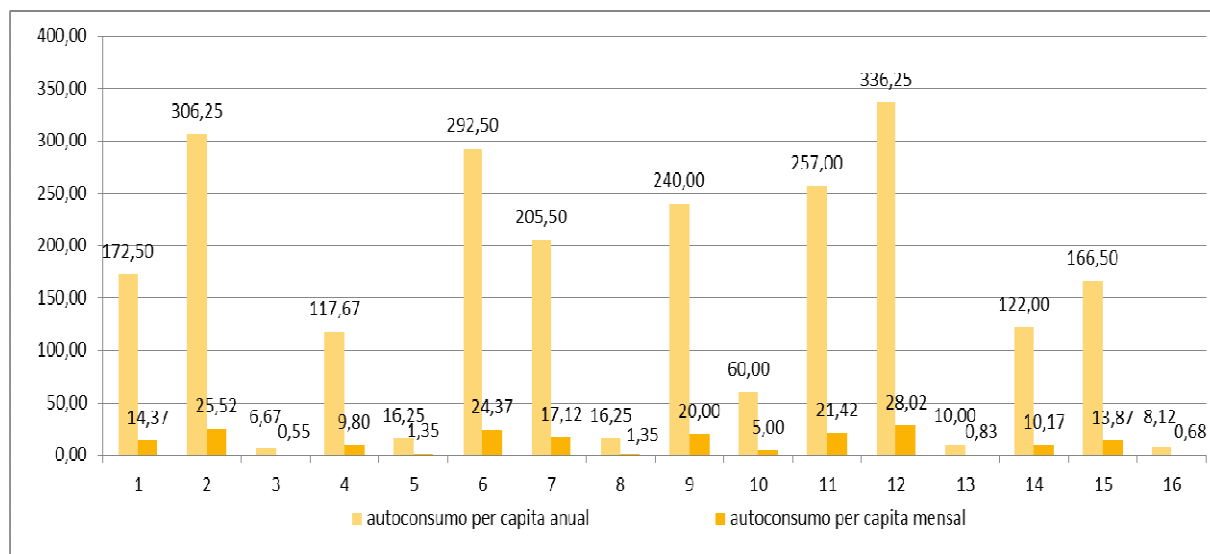


Figura 26 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - pomar

A figura 27 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos do pomar agrupados a partir da tipologia.

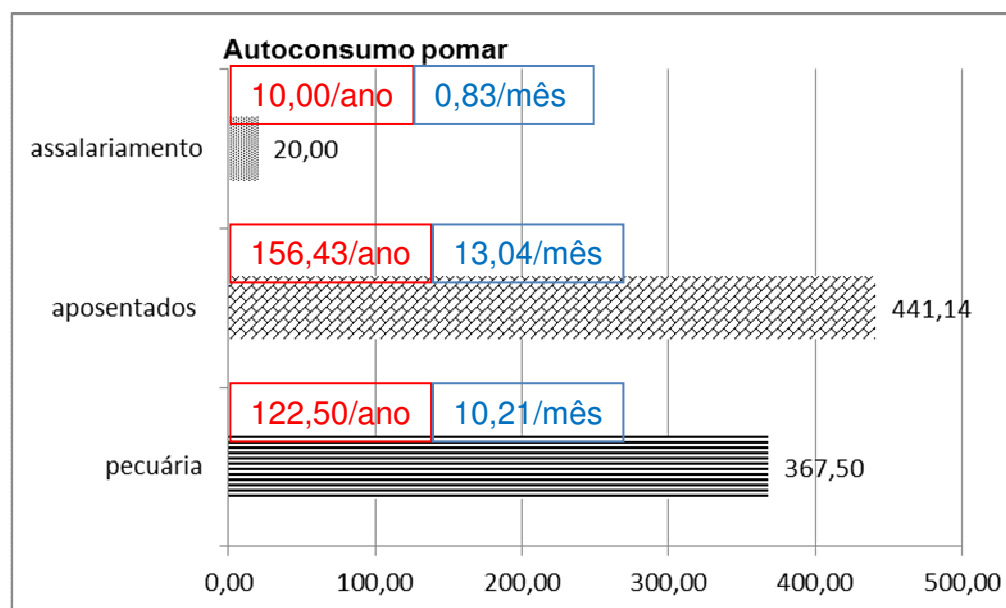


Figura 27 – Autoconsumo pomar

A figura mostra que os produtos do pomar representam valores altos para a categoria dos aposentados (R\$ 441,14), talvez por esses produtos poderem ser colhidos mesmo que não seja feito nenhum manejo nas frutíferas (poda, adubação...), além da preocupação com a saúde pelo consumo de frutas. Já para as propriedades que dependem da atividade pecuária a média dos valores é mais baixa

(R\$ 252,12). Outro fator que explica a produção bem mais baixa que a categoria de exploração pecuária, são os pomares ainda novos que não alcançaram seu potencial de produção, explicação que serve também para a categoria assalariamento.

De acordo com os entrevistados, todos os que têm horta e pomar dizem que a produção é suficiente para o consumo da família e chegam a perder parte do que produzem, especialmente os produtos provenientes do pomar. Muitos doam produtos para filhos e parentes que moram na cidade ou conhecidos que visitam a propriedade e vizinhos próximos, mas não vendem nenhum produto. Em alguns casos ainda após as doações há um grande excedente de frutas que são destinados para os animais na propriedade.

O fato de quase totalidade das propriedades apresentarem horta e pomar, e consumirem com bastante frequência esses produtos, indica que no município de Manoel Viana tem-se um cenário diferenciado ao encontrado por Ribeiro (2009) em seu estudo elaborado nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí, que constatou que a alimentação dos pecuaristas familiares era baseada predominantemente na carne e com quase nenhum (em algumas famílias, nenhum) consumo de hortaliças e frutas. No caso estudado, a base da alimentação dos pecuaristas familiares de Manoel Viana também é a carne, mas as hortaliças e frutas fazem parte dos hábitos alimentares, especialmente nas épocas do ano que existe produção na propriedade.

Grisa (2007) apresenta os valores anuais estimados pelos entrevistados para os produtos da horta e pomar em quatro municípios gaúchos. Os valores por família atribuídos para a horta foram: Veranópolis R\$ 830,65, Morro Redondo R\$ 475,06, Salvador das Missões R\$ 689,22 e Três Palmeiras R\$ 397,42. Os valores atribuídos para o pomar foram: Veranópolis R\$ 667,65, Morro Redondo R\$ 313,00, Salvador das Missões R\$ 683,81 e Três Palmeiras R\$ 416,41. Santos e Ferrante (2003) também apresentam valores para o autoconsumo. As autoras pesquisaram o valor médio anual per capita do consumo alimentar domiciliar das produções de horta e pomar de assentamentos rurais de Pontal do Paranapanema e de Itapeva, e apresentam valores de R\$ 59,51 e R\$ 23,68 para a horta e R\$ 51,94 e 23,05 para o pomar, respectivamente.¹⁷

¹⁷ A pesquisa de campo foi realizada em 1999/2000, e os valores não foram reajustados.

No presente estudo, foram calculados os valores médios anuais por família e per capita dos artigos da horta e do pomar a partir dos produtos e quantidades informados pelos entrevistados, utilizando-se como referência os preços praticados no comércio local, ou seja, os valores que seriam pagos caso os produtos fossem adquiridos no mercado. Chegou-se a valores médios de R\$ 185,70 por família para horta e valores médios de R\$ 396,40 por família para pomar. (Valores médios per capita/ano R\$ 67,53 para horta e R\$ 144,14 para pomar). Em relação aos custos de produção, todos afirmam que para a horta gasta-se no máximo de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 com a aquisição de sementes. Às vezes ficam sementes de um ano para o outro e de algumas espécies é possível guarda-las do cultivo anterior. Para o pomar os entrevistados afirmam que o único custo é no momento da implantação do pomar com a aquisição das mudas, pois não são utilizados adubos solúveis e nenhum tipo de produto químico. Importante ressaltar que os valores médios calculados foram baseados no consumo da família e para alguns produtos há um excedente que é doado para parentes, vizinhos ou conhecidos, e/ou fornecido para os animais.

A comparação dos resultados encontrados em Manoel Viana com os dois estudos citados, é dificultada em função do tempo decorrido entre as pesquisas que podem acometer em uma análise equivocada por causa dos reajustes dos preços dos produtos. Mesmo assim, pode-se observar que os valores de autoconsumo de horta calculados para as propriedades de pecuária familiar são bem inferiores aos encontrados por Grisa (2007), mas ainda assim, acredita-se que são resultados significativos por toda a tradição e cultura da região no consumo de outros alimentos. Em relação aos produtos do pomar os valores apresentados por Grisa (2007) dos municípios de Veranópolis (R\$ 667,65) e Salvador das Missões (R\$ 683,81) são bem superiores¹⁸ aos encontrados em Manoel Viana (R\$ 396,40), e Três Palmeiras (R\$ 416,41) apresenta um valor pouco superior, enquanto que em Morro Redondo (R\$ 313,00) o valor encontrado é inferior ao de Manoel Viana.

A produção animal e seus derivados são apresentados na tabela 30.

¹⁸ Embora não seja possível saber o tamanho das famílias.

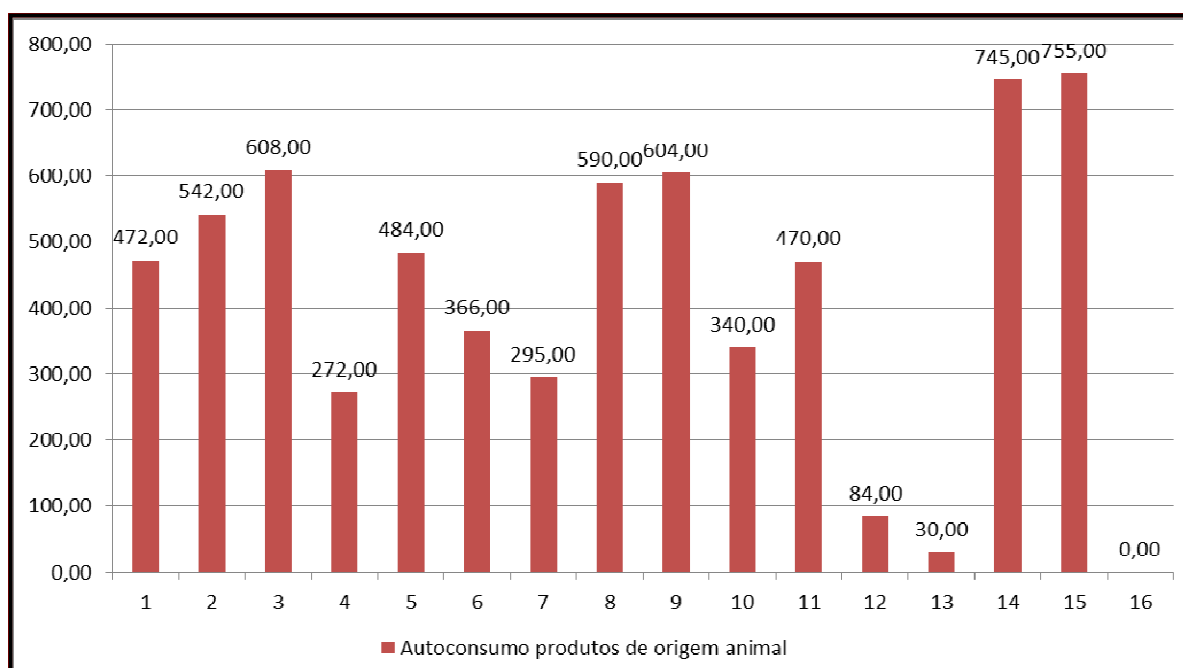
Tabela 30 - Produção animal encontradas nas propriedades visitadas

Produção animal	Frequência	Porcentagem (%)
Ovos	15	93,75
Leite	13	81,25
Mel	5	31,25

As porcentagens foram calculadas considerando as 16 propriedades entrevistadas

De acordo com a tabela 30 a produção de ovos é bastante representativa entre as famílias entrevistadas estando presente em praticamente todos os estabelecimentos. A produção de leite entre os entrevistados pode ser verificada em 81,25% dos casos, onde todos produzem somente para o gasto da família e alguns para os guaxos. O excedente desta produção em algumas propriedades é transformado em queijo e doce de leite para consumo da família e/ou vendas informais. A produção de mel é verificada em alguns estabelecimentos (31,25%), onde é destinado somente ao auto abastecimento da casa.

A figura 28 apresenta a soma dos valores dos produtos de autoconsumo de origem animal encontrados nas propriedades visitadas por família no ano.

**Figura 28 - Valores de autoconsumo dos produtos de origem animal**

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

Os valores de autoconsumo dos produtos de origem animal variam de R\$ 0,00 a R\$ 755,00 e foram levados em consideração somente as quantidades informadas que foram consumidas pela família. O leite, em todos os casos em que está presente é o produto com maior peso em termos monetários em função de seu consumo bastante frequente. A figura 29 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos de origem animal agrupados a partir da tipologia.

A figura 29 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal dos produtos de origem animal.

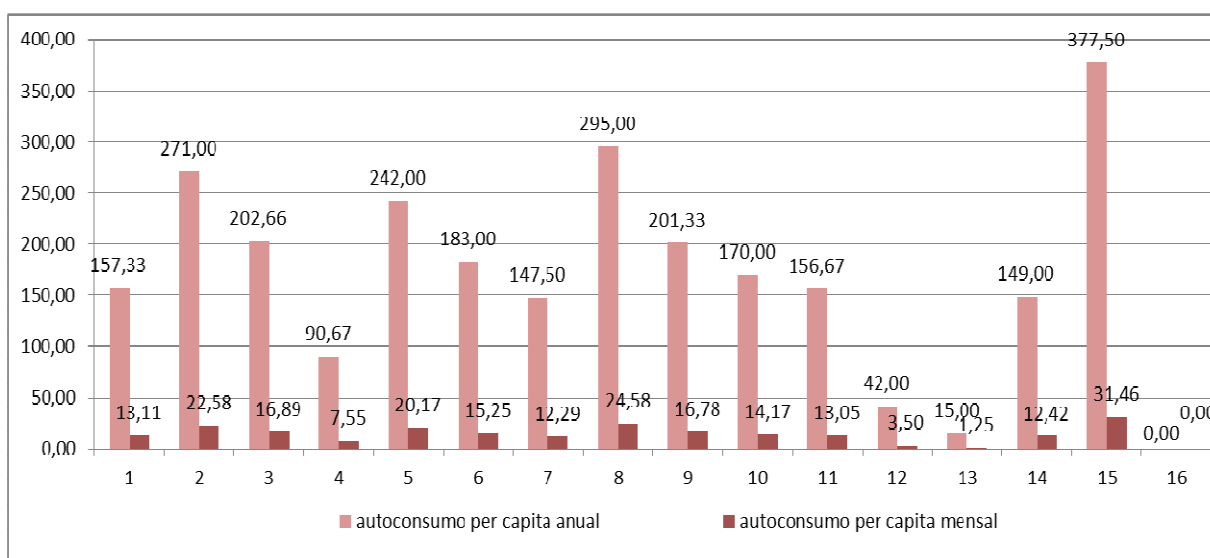


Figura 29 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal – produtos de origem animal

A figura 30 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos de origem animal, agrupados a partir da tipologia.

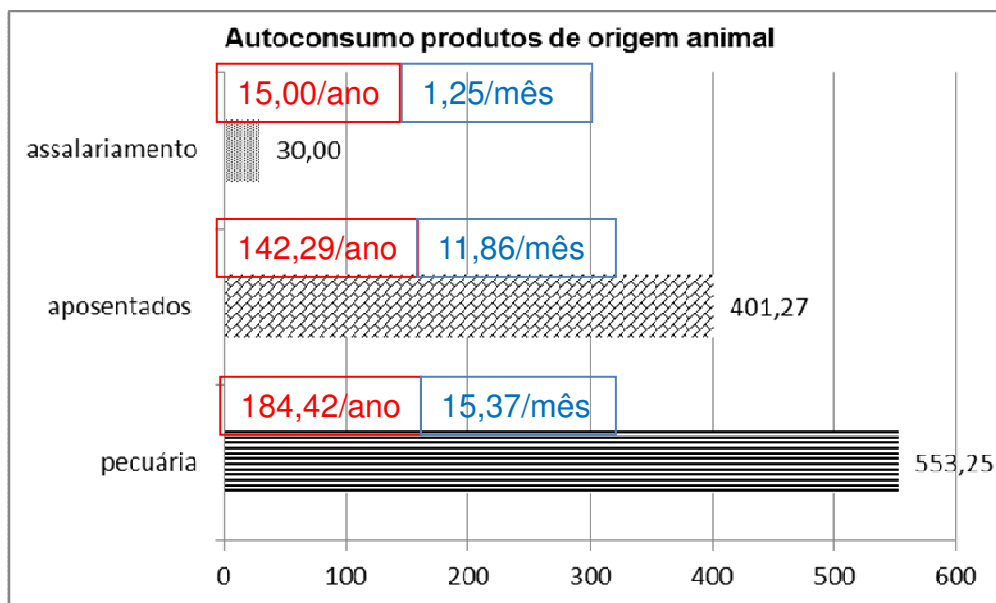


Figura 30 – Autoconsumo produtos de origem animal

A figura 30 mostra que as propriedades dependentes da atividade pecuária são as que têm um autoconsumo maior de produtos de origem animal (R\$ 553,25) pelo fato de serem criadores, seguidos da categoria de aposentados (R\$ 401,27) e da mesma forma ocorre com os valores per capita por ano e por mês.

A carne é o principal produto da alimentação das famílias que trabalham com pecuária de corte por ser um produto que existe em abundância em suas propriedades e pelo hábito regional de consumo de carne. A carne destinada ao consumo da casa consiste numa forma de economia já que não existe a necessidade de utilizar outros recursos para sua aquisição, e considerando-se o valor que a carne assume nos centros comerciais urbanos, representa uma grande economia financeira para as famílias. Por esse motivo, para a categoria social da pecuária familiar, o importante não é o quanto vende de sua produção (lógica de não acumulação de capital), mas sim o quanto o sistema consegue produzir para suprir as necessidades da família (PORTO, 2008). Assim, a produção de autoconsumo deve ser incentivada, pois a quantia economizada com esse tipo de consumo pode representar investimento em outros setores (LEITE & BERGAMASCO, 2005).

Torres (2003) falando dos pecuaristas familiares de Santana do Livramento diz que o que torna viável esse conjunto de propriedades é o fato de grande parte de seu consumo ser produzido na propriedade. A carne é produto mais caro e

importante do ponto de vista nutricional (e cultural para a região) e é produzido na propriedade a um custo bastante reduzido (TORRES, 2003).



Figura 31 - Criação de bovinos e ovinos

A figura 32 apresenta a soma dos valores dos produtos de autoconsumo de carne encontrados nas propriedades visitadas por família no ano.

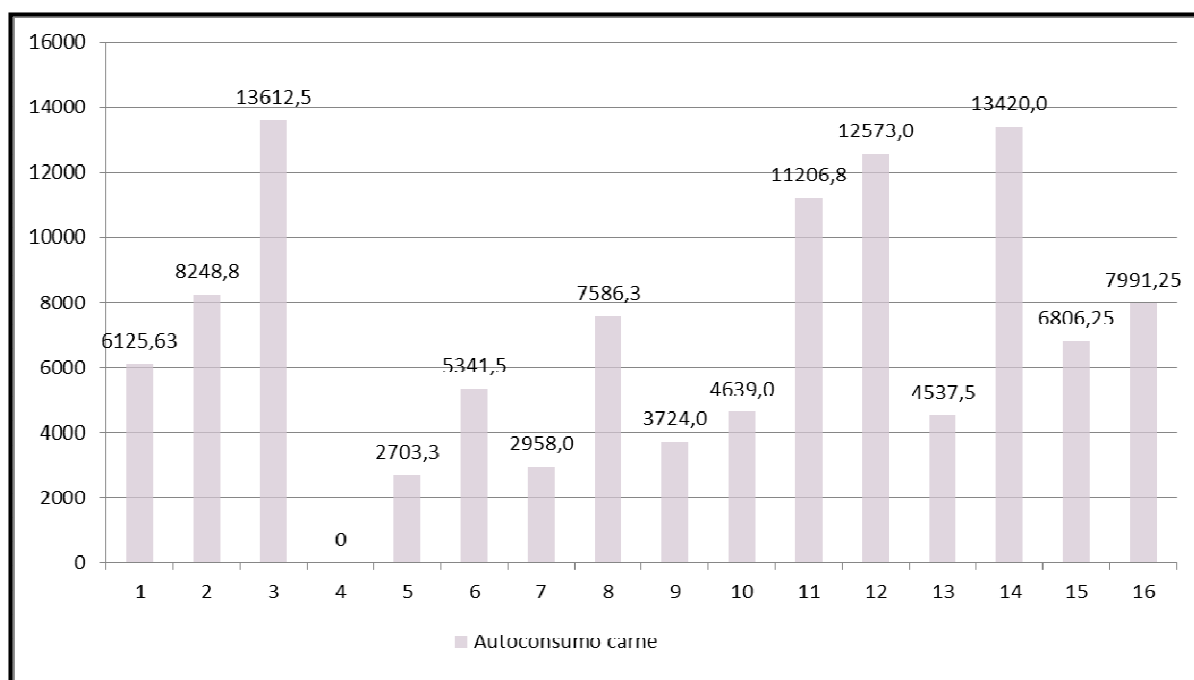


Figura 32 - Valores de autoconsumo - carne

Obs: Realizou-se o somatório das quantidades dos produtos consumidos, não considerando os custos de produção.

Os valores de autoconsumo de carne variam de R\$ 0,00 a R\$ 13612,50. Observa-se que de todos os grupos formados de autoconsumo, este é o que apresenta valores mais elevados.

A figura 33 apresenta o autoconsumo da carne dividido por tipo.

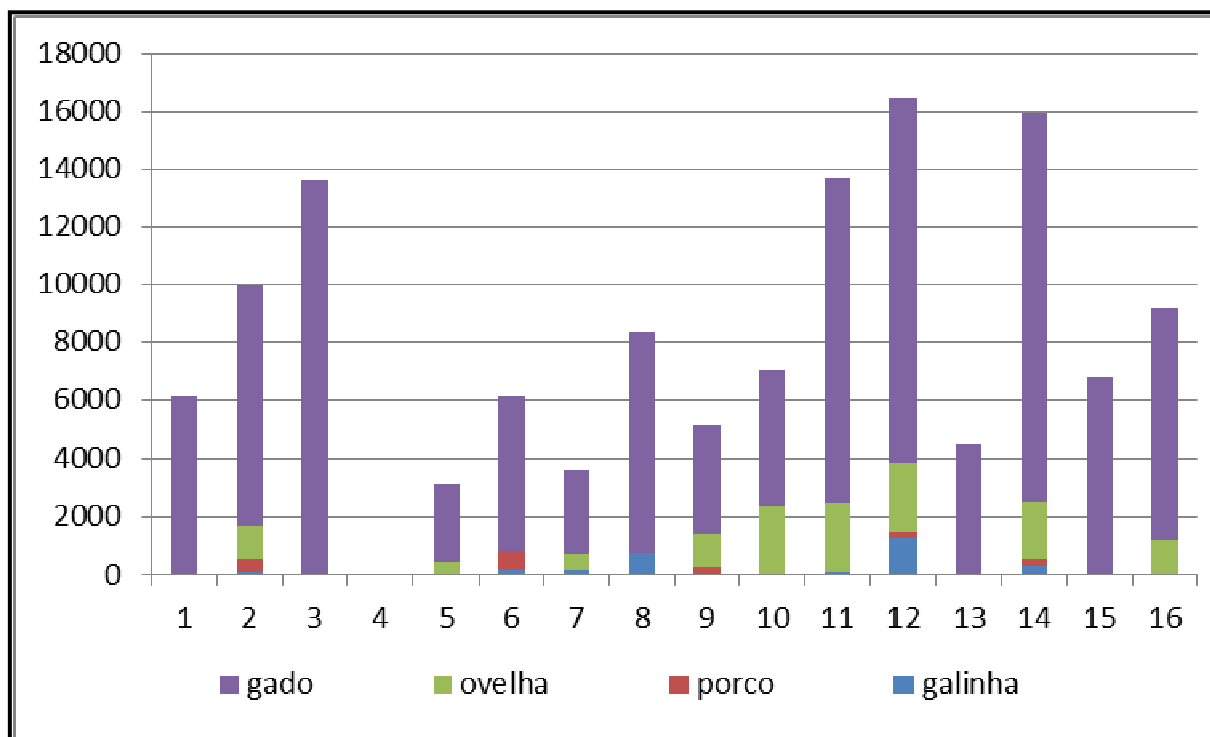


Figura 33 - Autoconsumo carne – dividido por tipo

Analisando a tabela 33 pode-se ter uma noção da representatividade em valores de cada tipo de carne (gado, ovelha, porco, galinha). Para todas as famílias a carne de gado é a mais consumida, seguida da carne de ovelha, pela carne de galinha que na maioria das propriedades é comprada no mercado da cidade, pois a produção caseira não é capaz de suprir totalmente as necessidades da família, e pela carne de porco que está presente em alguns estabelecimentos.

Em relação à frequência de consumo de carnes, todas as famílias afirmam que é diária; “carne é uma coisa que tem sempre” (entrevista, 3), “algum tipo de carne tem todos os dias” (entrevista, 5). A figura 29 apresenta os valores do autoconsumo dos diferentes tipos de carne agrupados a partir da tipologia.

A figura 33 apresenta os valores do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal da carne.

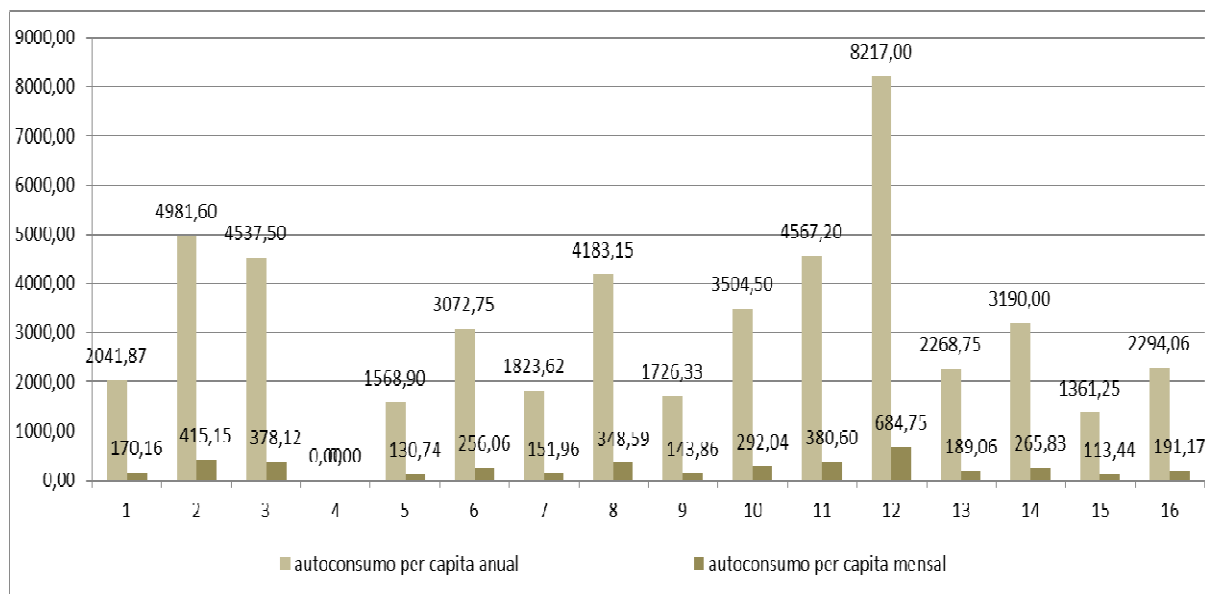


Figura 34 – Autoconsumo per capita anual e autoconsumo per capita mensal - carne

A figura 35 apresenta os valores do autoconsumo dos produtos da carne agrupados a partir da tipologia.

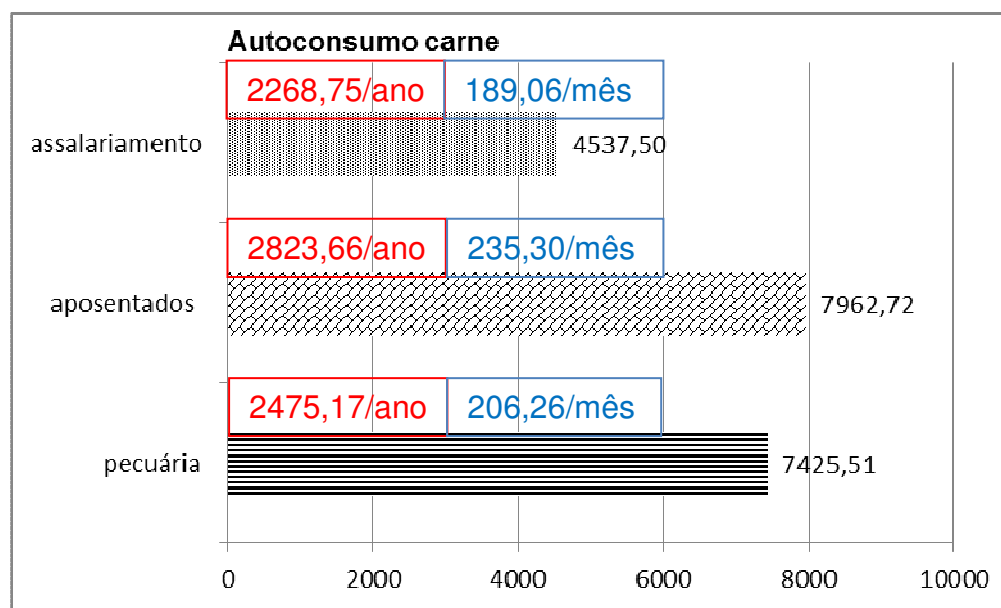


Figura 35 – Autoconsumo carne

A figura indica valores bastante próximos entre a categoria de aposentados (R\$ 7962,72) e o grupo de estabelecimentos que desenvolve somente atividade pecuária (R\$ 7425,51). Isso mostra que embora existam diferenças significativas entre os grupos, o consumo de carne é praticamente igual.

A figura 36 apresenta a soma dos valores de todos os produtos de autoconsumo encontrados nas propriedades visitadas por família no ano.

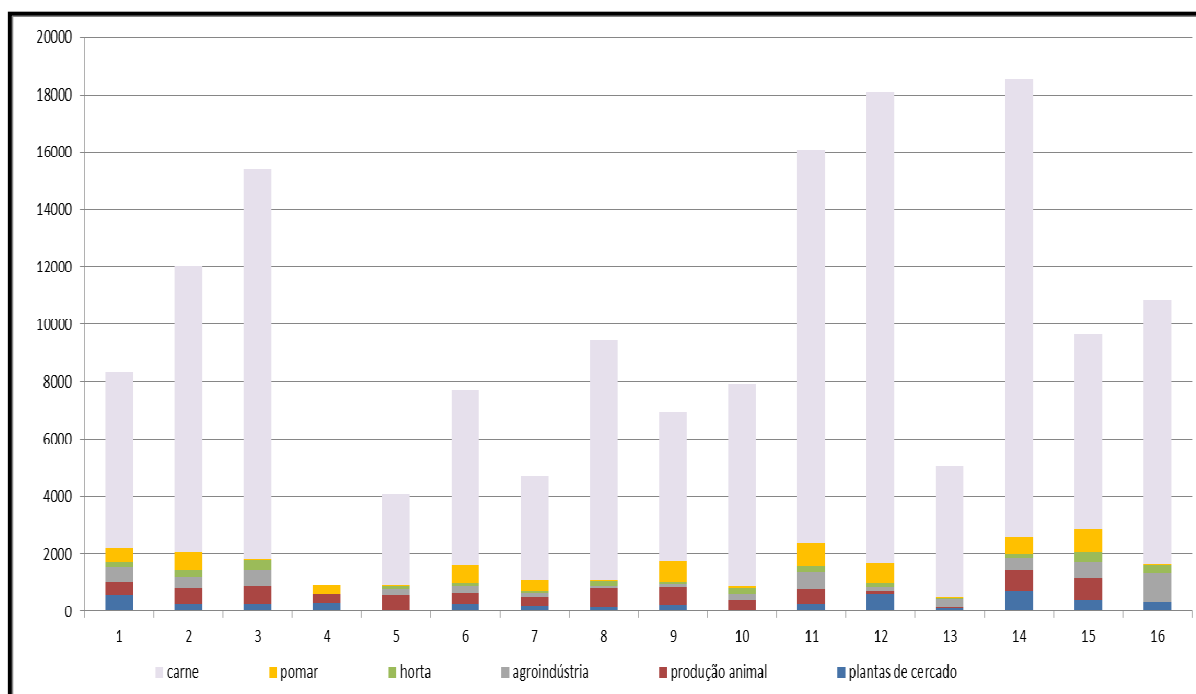


Figura 36 - Valores totais de autoconsumo

Pela figura 36 observa-se que a carne sem dúvida é o produto que representa maior valor em termos monetários de todos os produtos destinados ao autoconsumo e o mais importante em termos de quantidade. Apenas uma família (4) não abate animais para seu consumo por preferirem comprar no mercado já que moram bem próximos da cidade. Além disso, a baixa produção desta família em praticamente todas as atividades deve-se a problemas de saúde de todos da família e a contribuição das aposentadorias para a aquisição dos alimentos no comércio.

Quantidades adequadas de alimentos de origem animal e vegetal são necessários para uma dieta alimentar balanceada e saudável, suprimindo as necessidades de todas as fases do ser humano. Desta forma, sendo a carne um dos alimentos mais completos e de alto valor nutritivo explica porque é um alimento consumido em todo o mundo, pelos mais variados povos, ainda que, observe-se entre países e regiões preferências por tipos de carne diferentes (bovina, ovina, suína, aves, peixes, etc).

A figura 37 apresenta o somatório de todos os produtos do autoconsumo per capita anual e autoconsumo mensal.

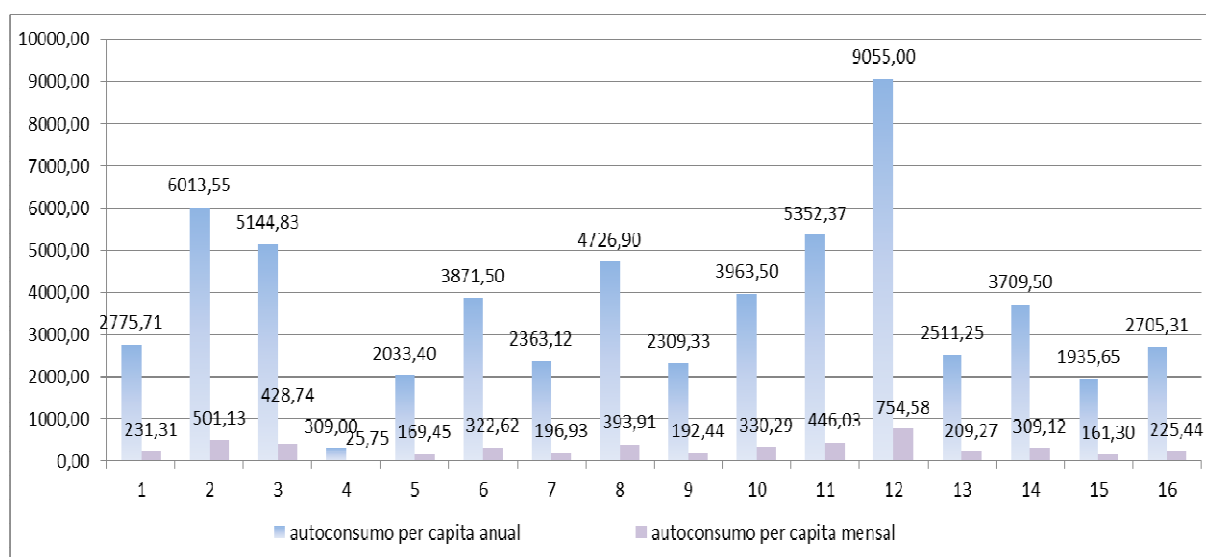


Figura 37 – Total do autoconsumo per capita anual e total do autoconsumo per capita mensal

A figura 38 apresenta os valores do autoconsumo total, ou seja, a soma de todos os produtos agrupados a partir da tipologia.

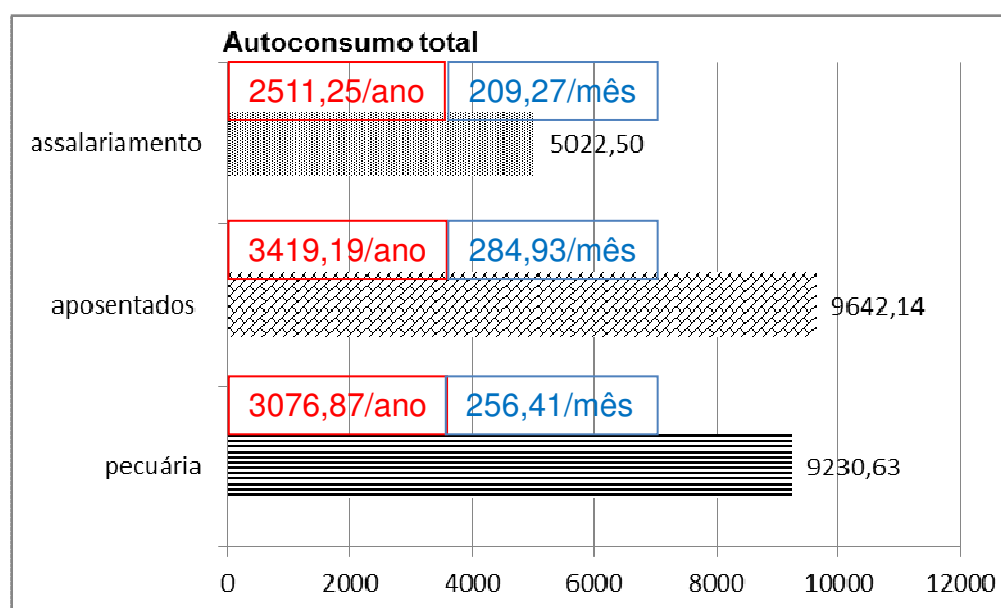


Figura 38 – Autoconsumo total

Os dados da figura mostram que o autoconsumo total entre os estabelecimentos que tem sua dinâmica definida pela aposentadoria e os que dependem da atividade pecuária é muito semelhante, demonstrando que existem grupos de alimentos que são mais importantes para uma categoria do que para

outra, mas que ao final os valores se equivalem resultando em valores bem próximos, como pode ser observado. As análises da categoria que conta com assalariamento acabaram por ser prejudicadas em função de a amostra ser pequena (apenas uma propriedade).

A figura 38 mostra os valores mensais gastos com alimentação, de acordo com a declaração dos entrevistados.

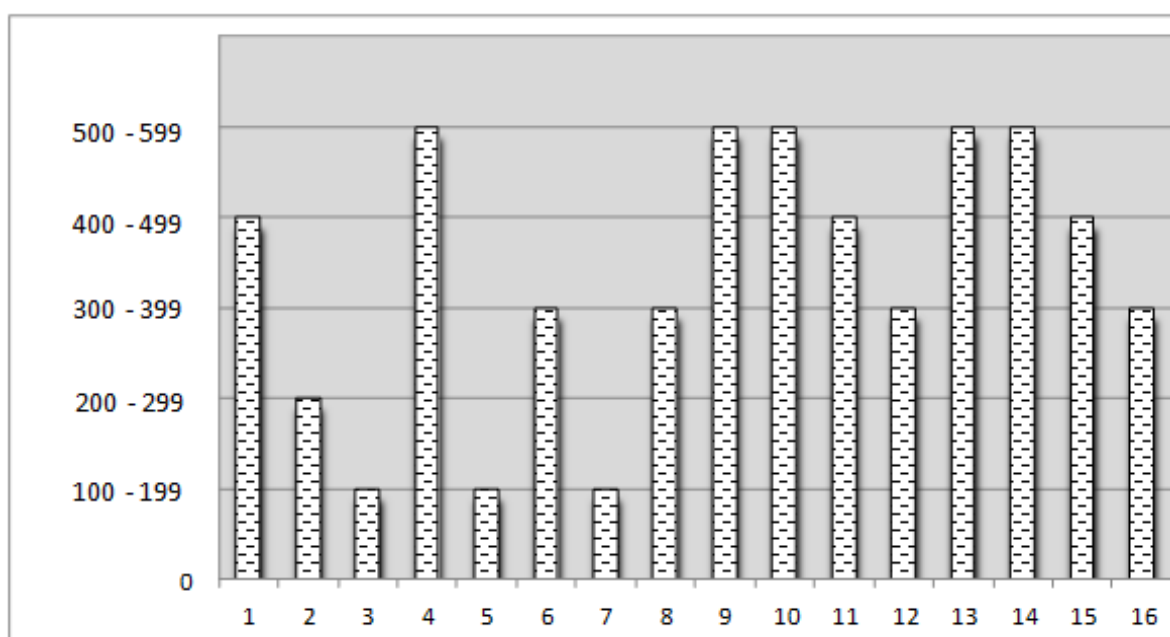


Figura 39 - Valores mensais gastos com alimentação, conforme declaração dos entrevistados.

A partir da análise da tabela acima, observa-se que os valores mensais gastos com alimentação da família são bastante variáveis. As diferenças de valores ocorrem em função do tamanho das famílias, da facilidade de acesso à cidade e consequentemente ao mercado, da quantidade de produtos “crioulos” produzidos, da quantidade e variedade de produtos comprados, dos recursos financeiros que dispõem, etc. Os produtos necessários são todos comprados nos mercados da cidade, embora em algumas localidades existam pequenos comércios (bolichos); “[...] no bolicho tem mais bebida do que outra coisa, às vezes nem erva mate não tem” (entrevista 16).

A maioria dos entrevistados afirma que não vão com muita frequência a cidade, especialmente aqueles que moram mais longe. Alguns vão somente uma vez por mês para receber a aposentadoria e aproveitam para pagar contas, fazer o

rancho e tudo mais que precisarem. O meio de transporte mais utilizado é o ônibus e o taxi e em poucos casos o veículo particular.

A tabela 32 apresenta média, porcentagem, média mensal, média per capita, dos grupos de produtos formados (agroindústria caseira, plantas de cercado, horta, pomar, produtos de origem animal e carne).

Tabela 31 - Média, porcentagem, média mensal, média per capita, dos grupos de produtos

Indicadores	Tipologia Aposentados	Tipologia Pecuária	Tipologia Assalariados
Média Produtos Agroindústria Caseira	327,63	380,75	280,00
% Produtos Agroindústria Caseira	3,40	4,13	5,57
Média Mensal Produtos Agroindústria Caseira	27,30	31,73	23,33
Média Per Capita Produtos Agroindústria Caseira	116,18	126,92	140,00
Média Produtos Plantas de Cercado	335,18	251,50	120,00
% Produtos Plantas de Cercado	3,48	2,72	2,39
Média Mensal Produtos Plantas de Cercado	27,93	20,96	10,00
Média Per Capita Produtos Plantas de Cercado	118,86	83,83	60,00
Média Produtos Horta	174,20	252,12	35,00
% Produtos Horta	1,81	2,73	0,70
Média Mensal Produtos Horta	14,52	21,01	2,92
Média Per Capita Produtos Horta	61,77	84,04	17,50
Média Produtos Pomar	441,14	367,50	20,00
% Produtos Pomar	4,57	3,98	0,40
Média Mensal Produtos Pomar	36,76	30,62	1,67
Média Per Capita Produtos Pomar	147,05	130,31	10,00
Média Produtos Origem Animal	401,27	553,25	30,00
% Produtos Origem Animal	4,16	5,99	0,60
Média Mensal Produtos Origem Animal	33,43	46,10	2,50
Média Per Capita Produtos Origem Animal	133,76	196,19	15,00
Média Carne	7962,72	7425,51	4537,50
% Carne	82,58	80,45	90,34
Média Mensal Carne	663,56	618,79	378,12
Média Per Capita Carne	2823,66	2475,17	2268,75
Σ Média Total	9642,14	9230,63	5022,50
Média Mensal Total	862,51	769,22	418,54
Média Per Capita Total	3670,28	3076,88	2511,25

A tabela 32 agrupa vários dados mostrando a representatividade de cada grupo de produtos para cada tipologia formada. Na tabela fica evidente que a carne assume valores bem significativos em todas as categorias respondendo por 80,45%

a 90,34% dos valores dos alimentos produzidos e consumidos. Quanto maior a porcentagem, mais importante é aquele produto para a família dentre os demais produtos, pois responde por valores mais altos. Interessante observar as médias mensais e as médias per capita, pois dão uma noção mais palpável de quanto representa a produção para o autoconsumo de cada produto para cada categoria. Por exemplo, a média mensal dos produtos da horta é de R\$ 21,01 por família para a categoria que depende da renda pecuária, sendo a mais alta entre os tipos. A média per capita anual para essa categoria é de R\$ 84,04.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender as características e a importância da produção para o autoconsumo para os sistemas de pecuária familiar e para tal, o município de Manoel Viana/RS foi o local de referência para a pesquisa de campo. Trazer alguns apontamentos e reflexões para as pesquisas realizadas sobre a produção para o autoconsumo em um sistema de produção pouco analisado também é a intenção deste estudo.

A pecuária de corte no RS atualmente se apresenta com uma realidade complexa e diferenciada entre as regiões do estado que está presente, e compõe sistemas de produção com diferentes formatos (isolado ou em conjunto com outras atividades) e com diferenças econômicas nos sistemas de produção.

A categoria de pecuarista familiar constitui em um tipo diferenciado de agricultor familiar, onde sua característica principal é a criação de bovinos de corte e/ou ovinos em áreas inferiores de tamanho, comparando-se com as áreas historicamente utilizadas para pecuária no Rio Grande do Sul.

A lógica deste grupo de produtores é diferenciada e apresenta uma preocupação grande com a reprodução da família, que em muitos casos é mais importante que a produtividade e os ganhos econômicos. E neste sentido, a produção para o autoconsumo e a venda de parte da produção de gado em momento que o mercado for favorável ou que houver necessidade de entrada de recursos financeiros para a família consiste na principal estratégia de reprodução social. A época da venda do gado escolhida de acordo com o mercado, mas também com as necessidades da família são características importantes deste grupo. E esse primeiro, é um fator que diferencia o comércio da carne do comércio de produtos de origem vegetal que apresentam safra e entressafra. A carne pode ser possível sua não comercialização por mais de um ano, caso a família julgue necessário. Desta forma, ressalta-se a autonomia dos pecuaristas familiares, pois pode utilizar seu produto somente para o autoconsumo e/ou garantir seu sustento por meio da venda de outros produtos que disponha, ou ainda por outras fontes de rendas.

As características dos pecuaristas familiares tiveram influência da formação histórica da região com suas criações e manejos predominantes e das condições naturais de solo, relevo, clima, etc. A região estudada é marcada pelo peso da

pecuária extensiva tendo o campo nativo como principal recurso forrageiro e o gado como parte da cultura e da identidade dos habitantes locais. Estudar a produção para o autoconsumo numa região onde em um primeiro momento possa parecer que ela não seja expressiva foi um desafio, pois quando se pensa em autoconsumo imagina-se a horta, o pomar, as plantas de cercado e as pequenas criações. Entretanto, nesta região o produto mais representativo da produção para o autoconsumo é a carne bovina e ovina, sendo estes produtos a base da alimentação das famílias. A criação de bovinos e ovinos ocupam uma posição central na organização da família como um modo de vida, onde a produção mercantil não interfere na produção para a casa. A carne é um produto que não é agregado valor na propriedade, ou seja, os produtores não abatem os animais para comercializa-los nem para transforma-los em outros produtos.

No caso estudado, pode-se observar diferenças de importância da produção para o autoconsumo entre as famílias entrevistadas. Algumas delas puderam ser expressas nos grupos das tipologias formadas (estabelecimentos de aposentados, estabelecimentos de exploração pecuária e estabelecimentos de assalariados), mas parte delas foge desta lógica, apresentando dinâmicas próprias e muito particulares, pertinentes a cada unidade familiar de acordo com suas necessidades e aspirações para o futuro. Entretanto, na grande maioria dos casos, a produção para o autoconsumo constitui uma estratégia relevante para a reprodução social das famílias, mesmo com todas as diferenciações e graus de importância que assume.

Consiste em uma produção diferenciada da metade norte do estado desenvolvida pelos italianos e alemães, uma produção que segue os hábitos de consumo regional e trabalha com os recursos que dispõem e com o saber fazer das famílias, pois lidar com o gado é o que fazem de melhor.

As principais diferenças entre a produção para o autoconsumo entre os estabelecimentos pesquisados devem-se às rendas externas (aposentadoria principalmente) e problemas de saúde dos entrevistados que os impedem de se dedicarem mais. A representatividade da aposentadoria rural entre as famílias entrevistadas chama a atenção e ela tem custeado despesas da casa e pequenos investimentos nas atividades produtivas além de garantir a manutenção do rebanho como uma poupança. Soma-se a isso a importância da produção para o autoconsumo, especialmente da carne que permite com que as famílias fiquem por longos períodos (às vezes dois anos) sem comercializar sua produção, pois as

necessidades mensais são custeadas por outras rendas (aposentadoria em muitos casos). E, sendo a carne um produto presente diariamente nas refeições e de elevado valor no comércio, as despesas com alimentação diminuem bastante e reduzem mais ainda pela produção de outros alimentos (outros produtos de origem animal, lavouras, horta, pomar e agroindústria caseira).

Se o valor da produção para o autoconsumo for contabilizado como renda, observa-se que as propriedades apresentam uma alta rentabilidade, pois se não fosse produzido, uma quantidade significativa de recursos teria que ser gasta para a compra de produtos para a alimentação. Pensando a respeito da lógica dos pecuaristas familiares, o importante não é o quanto é vendido anualmente, mas o quanto é economizado utilizando-se produtos da propriedade, ou seja, é o quanto o sistema de produção consegue produzir para se manter.

A produção para o autoconsumo também assume outros papéis que vão além da economia de recursos. Contribui para a autonomia das famílias, colabora com a segurança alimentar e nutricional, estreita os laços de amizade através da reciprocidade, pode colaborar para a diminuição da pobreza rural, entre outros.

Desta maneira, pode ser uma ferramenta importante para o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural das comunidades. Até então, as iniciativas mais frequentes que buscam fortalecer a agricultura familiar são as políticas de crédito, que muitas vezes acabam por fragilizar a produção para o autoconsumo. No entanto, a pecuária de corte por ser vista como uma atividade de propriedades de grande porte contribuiu para que os pecuaristas familiares não sejam contemplados pelas Políticas Públicas, por não se enquadrarem nos critérios estabelecidos para o limite de área, apesar da baixa renda que possuem. Mas as políticas públicas para essa categoria social não podem se resumir ao crédito e devem pensar em ações que contemplem a melhoria das condições de vida das famílias através do aperfeiçoamento das atividades produtivas, melhorias na infraestrutura, auxílio para escoamento da produção, etc.

Pretendia-se realizar uma análise econômica para cada grupo identificado na tipologia, entretanto, os valores poderiam ser subestimados ou superestimados, pois iria variar de acordo com a movimentação de vendas do último ano. Como existem casos nos dois extremos, de pecuaristas familiares que não comercializam a mais de dois anos e outros que fazem vendas frequentes (às vezes compram de terceiros e vendem imediatamente), o momento da coleta de dados deveria prever outras

questões e/ou ser feita a análise com dados de mais de um ano. Além disso, são vários os fatores que dificultam o cálculo do autoconsumo dos produtos produzidos. Pouco controle que os produtores em geral têm sobre seus custos de produção, forma que são colhidos os alimentos (um pouco a cada dia, ou semana) o que faz com que não consigam enxergar a quantidade total que é gasta, qualidade diferenciada dos produtos, etc.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992. 275 p

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ALENDE, C. R. M. **Estudo dos sistemas de produção dos agricultores familiares da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 2006. 154 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

ANDREATTA, T; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. A. **Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro**. Porto Alegre: Anais do 47º Congresso da SOBER. 2009. 23 p. (CD-rom)

ANJOS, F. S.; DEL GROSSI, M.E.; CALDAS, N.V. **La seguridad alimentaria bajo outra mirada: análisis sobre la evolución de la población brasileña ocupada en actividades de autoconsumo**. Investigaciones Geográficas v.73, p.103-118, 2010.

BALEM, T. e SILVEIRA, P. R. da. A erosão cultural alimentar: processo de insegurança alimentar na agricultura familiar. In: **Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural**, 2005, Porto Alegre. Anais.

_____. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública. In: **Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários- IESA**, Florianópolis, SBSP/EPAGRI, 2002, anais em CD.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República**. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 abr. 2010.

BRUMER, A. & SPANEVELLO, R.M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre e Chapecó: UFRGS e Fetraf-Sul/CUT, 2008.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 15(2): 45-66, 1998.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª edição. São Paulo. Editora 34, 1997. 288 p.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Lavras, 2003. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/caporal1.htm> Acesso em 20 de outubro de 2009.

CAPRA, F. **As Conexões Ocultas**. São Paulo – SP: Editora Pensamento-Cultrix, 2002.

CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? **Environment and Urbanization**. v. 7, n. 1, p. 173-204, Apr. 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília: CONSEA; 1994.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COTRIM, M. S. **“Pecuária familiar” na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2003. 140 p. (Dissertação de Mestrado)

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia brasileira: Gênese histórica e formas de reprodução**. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão Social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia brasileira: Gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável. **Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil**. Deser, Relatório 2003/2004.

DOMBEK, L. A. **Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola/UNICAMP. Campinas/SP, 2006.

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007. 328p.

FAO/INCRA **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UTF/BRA/036, agosto, 1996.

FAO/INCRA. **Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico**. Brasília: PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA), 1997. 67 p.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Indicadores econômicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee>>. Acesso em 24 out. 2011.

FERREIRA FILHO, A. **História geral do Rio Grande do Sul**: 1503-1964. Porto Alegre: Globo S.A., 1965.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1986.

FOCHEZATTO, A.; TRICHES, D.; HERRLEIN JR., R.; STÜLP, V. J. Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (2. 2004; Porto Alegre, RS). **Anais...** Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2004. 10 p.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. 273 p. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

FREITAS, D. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**. FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade gaúcha. Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, 1993. p. 438-465.

FRIEDMANN, H. Family enterprises in agriculture: structural limits and political possibilities. In: COX, G.; LOWE, P.; WINTER, M. **Agriculture: people and policies**. London: Allen, 1986. p. 41-60.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MTC-CNPQ, 1989. 285p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 181p.

GRISA C.; CONTERATO, M. A. A produção para o autoconsumo no Brasil: entre a importância econômica e o reconhecimento social. In: **Anais...** 49º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HIRAI, W. G. **Agricultura familiar e segurança alimentar: a importância a produção para o autoconsumo em três municípios do RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Sistema de Produção Agrícola Familiar/UFPel. Pelotas/RS, 2008.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

IBGE, **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida>>. Acesso em: jul. 2011.

KAUTSKY, K. **A Questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Proposta, 1980. 149 p.
LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 339 p.

LEITE, J. P. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Autoconsumo de Alimentos no Assentamento de Sumaré II e Estudo Comparativo entre Assentamentos Rurais. In: CONGRESSO INTERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 10., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaría y nutrición em América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231p.

MALUF, R. S.; Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 53-86.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. liv. 1, v. 1, 579p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa, Instituto Piaget, 2001. 520 p.

MIELITZ NETTO, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MINAYO, M.C. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, A. C. **Programa de desenvolvimento da pecuária familiar**: nos municípios de Cacequi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004. 41 p. (Série Realidade Rural, 40)

MODOLO, A. P. S. **A velhice, a aposentadoria e os caminhos da previdência**. 2009. Monografia (Especialização em Administração Pública Municipal e Gestão Pública). Faculdade de Educação da Serra, Instituto Avançado de Pesquisas Educacionais, Alegre, 2009.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural**: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul. 2009. 208 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Estudo das formas de subordinação dos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. 313 p. Tese (Doutorado), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

PALMEIRA, M. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto camponês. In: **2º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste**. Anais. Salvador, 1991.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p. (Série Revisão, 1).

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. 142 p.

PLOEG, J. D. van der. El processo de trabajo agrícola y la mercantilización. In. GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional**: estudo de caso no município de Bagé-RS. Pelotas: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, 2008. 166 p. (Dissertação de Mestrado)

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, 171 p.

REVERBEL, C. **O gaúcho**. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.

RIBEIRO, C. M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, C. M. Pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre, RS, Emater-RS, v. 34, p. 11-45, 2003.

ROCHA, J. M. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. **Jornada de História Comparada**. (1) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Rede IPEA; Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ago, 2000.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, v.1, 1969. 401 p.

ROMANELLI, G. **O significado da alimentação na família**: uma visão antropológica. Medicina (Ribeirão Preto) 2006; 39 (3): 333-9.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; GODOY, W. I. Agricultura familiar e segurança alimentar: Estudo de Caso sobre o autoconsumo no Rio Grande do Sul. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2005. (CD-ROM)

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul, na cadeia produtiva da carne**. 2005. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, A. C.; BIOLCHI, M. A.; ANGELIS, T. Autoconsumo, desenvolvimento e agricultura familiar. **Boletim do Deser**, Curitiba, n. 153, p. 22-31, agos. 2006.

SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 216 p.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**. Produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116p.

SANTOS, J. A.; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 2005 pp31-33

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar**. In: BENTO CASARIL, K. B. P.; PLEIN, C. (Orgs.). Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro. Editora da UNIOESTE: Francisco Beltrão-PR, pp. 29-58, 165p. 2005.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH, UFRGS, 1999. 470 p. (Tese de Doutorado).

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 1998. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=591>>. Acesso em 10 nov. 2011.

SILVA NETO, B. & OLIVEIRA, A. de. **Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 16, p. 83-108, 2008.

SILVA NETO, B. Desenvolvimento Rural, Questão Agrária e Sustentabilidade da Campanha Gaúcha. In: Costa, B. P.; Quoos, J. H; Graeff Dickel, M. E. (orgs.) **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010. 226 p.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: **XXVI ENEGE** - Fortaleza/CE, Brasil, 2006.

TORRES, J. E. R.; MIGUEL, L. A. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida**: Estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. (Série Realidade Rural; V. 34), EMATER/RS, Porto Alegre, p.47-78, 2003.

TRINDADE, J. P. P.; FACIONI, G.; BORBA, M. F. S. **Espécies vegetais de ocorrência em pastagens naturais dos assentamentos da reforma agrária na região de Bagé – RS**. Embrapa Pecuária Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.urcamp.tche.br/ccr/pg/recursos/recursos/apostilarecursosgeneticos/Esppecies%20vegetais%20em%20pastagens.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2012.

VEIGA, J. E. da. Debates: Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996.

VERDUM, R. Depressão periférica e planalto: potencial ecológico e utilização social da natureza. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 39-57.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro. 1958.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 147p.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Hábitos alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. **Série antropologia**, Brasília, n. 20, 1978. 114 p.